

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 380, DE 2021**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 349/2021**

**OF 649/2021**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.232, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte.

MENSAGEM Nº 349

Senhores Membros do Congresso Nacional,


Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.992, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rochedo, no município de Rochedo - MS;
- 2 - Portaria nº 2.488, de 7 de junho de 2017 - Associação de Cultura de Brasília de Minas, no município de Brasília de Minas - MG;
- 3 - Portaria nº 5.232, de 28 de setembro de 2017 - Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR), no município de Portalegre - RN;
- 4 - Portaria nº 1.023, de 14 de março de 2018 - Comunidade de Jesus, no município de Bom Sucesso - MG;
- 5 - Portaria nº 1.257, de 14 de março de 2018 - Associação de Apoio Comunitário Bethel, no município de Aparecida de Goiânia - GO;
- 6 - Portaria nº 5.956, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Comunicação Comunitária de Campo Alegre, no município de Campo Alegre - SC;
- 7 - Portaria nº 5.964, de 22 de novembro de 2018 - Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Comunitária Lapeana, no município de Lapa - PR;
- 8 - Portaria nº 4.099, de 21 de agosto de 2019 - Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia - ACRBL, no município de Belo Horizonte - MG;
- 9 - Portaria nº 4.311, de 30 de agosto de 2019 - Associação Comunitária Cultural Bragadense - ACCB, no município de Pato Bragado - PR;
- 10 - Portaria nº 4.714, de 17 de setembro de 2019 - Associação Amigos de Pinhais, no município de Pinhais - PR;
- 11 - Portaria nº 4.717, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cultural Pinheirinho do Vale, no município de Pinheirinho do Vale - RS;
- 12 - Portaria nº 4.720, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Soledadense, no município de Soledade de Minas - MG;
- 13 - Portaria nº 4.749, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques, no município de Capitão Leônidas Marques - PR;
- 14 - Portaria nº 4.750, de 17 de setembro de 2019 - Fundação Rimidia Gayoso de Sousa, no município de Santa Teresinha - PB;
- 15 - Portaria nº 4.757, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Cultural Itapoã, no município de Ivinhema - MS;
- 16 - Portaria nº 4.760, de 17 de setembro de 2019 - Acauã Produções Culturais, no município de Aparecida - PB;



- 17 - Portaria nº 4.762, de 17 de setembro de 2019 - Associação dos Moradores do Tabuleiro, no município de Matinhos - PR;
- 18 - Portaria nº 4.763, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê, no município de Goioerê - PR;
- 19 - Portaria nº 4.764, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Rio Pardo de Minas, no município de Rio Pardo de Minas - MG;
- 20 - Portaria nº 4.873, de 19 de setembro de 2019 - Associação Comunitária Joaquim Mariano da Costa, no município de Toritama - PE;
- 21 - Portaria nº 4.874, de 19 de setembro de 2019 - Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana, no município de São Francisco de Assis - RS;
- 22 - Portaria nº 4.881, de 19 de setembro de 2019 - Associação Popular Passaquatrense Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, no município de Passa Quatro - MG;
- 23 - Portaria nº 4.884, de 19 de setembro de 2019 - Associação O Bom Pastor de Amparo Social, no município de Presidente Bernardes - SP;
- 24 - Portaria nº 4.944, de 19 de setembro de 2019 - Associação Beneficente Maria Pinto, no município de Caucaia - CE;
- 25 - Portaria nº 4.969, de 24 de setembro de 2019 - Associação Palmarense Rádio Comunitária, no município de Palmares do Sul - RS;
- 26 - Portaria nº 4.970, de 24 de setembro de 2019 - Associação Cultural e Comunitária de Itaberaí, no município de Itaberaí - GO;
- 27 - Portaria nº 4.973, de 24 de setembro de 2019 - Associação Rádio Comunitária de São José dos Pinhais, no município de São José dos Pinhais - PR;
- 28 - Portaria nº 5.176, de 4 de outubro de 2019 - Fundação de Cooperação e Desenvolvimento, no município de Massapê - CE;
- 29 - Portaria nº 5.177, de 4 de outubro de 2019 - Associação dos Moradores do Bairro Asa Norte e Bom Sucesso, no município de Imperatriz - MA; e
- 30 - Portaria nº 5.180, de 4 de outubro de 2019 - Rádio Comunitária Wagner FM, no município de Wagner - BA.

Brasília, 21 de julho de 2021.

 Assinado digitalmente por:  
JAIR MESSIAS BOLSONARO  
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço :  
<<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>

Brasília, 5 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006952/2013-26, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR), inscrita no CNPJ nº 02.863.836/0001-45, explore pelo prazo de dez anos a partir de 22 de novembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Portalegre, estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16365/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5232/2017, de 28 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 01 de novembro de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*

## PORTARIA Nº 5232/2017/SEI-MCTIC

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006952/2013 e nº 53000.006952/2013-26, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (abacanr), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Portalegre/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 28/09/2017, às 16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2194939** e o código CRC **573AAD71**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 649/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias n<sup>os</sup> 2.992, de 2015; 2.488 e 5.232, de 2017; 1.023, 1.257, 5.956 e 5.964, de 2018; 4.099, 4.311, 4.714, 4.717, 4.720, 4.749, 4.750, 4.757, 4.760, 4.762, 4.763, 4.764, 4.873, 4.874, 4.881, 4.884, 4.944, 4.969, 4.970, 4.973, 5.176, 5.177 e 5.180, de 2019.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral  
da Presidência da República

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.007034/2013-14

SEI nº 2743324

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 42816/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.006952/2013-26.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 05/11/2019, às 17:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4817456** e o código CRC **92F47B72**.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

### TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.006952/2013-26**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 22 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 22/07/2014, às 09:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0049118** e o código CRC **9A45660A**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Processo de Outorga nº 53780.000329/1998

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASILIA - DF  
53000 000952/2013-26  
SEAP/SCE  
14/02/2013-15:28

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego**, sediada na localidade de **Portalegre/RN**, tem validade até 22/11/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 8 de fevereiro de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
**NATÁLIA FROEMMING**  
Chefe de Serviço

LDE

REN

43

53000.006952/13

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO-ABACANR"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 – Centro – Portalegre-RN  
CNPJ.: 02.863.836/0001-45



Exmº. Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação Beneficente Artística e Comunitária "Ana Nunes do Rêgo-ABACANR", inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 02.863.836/0001-45, com sede na rua Ana Nunes do Rêgo, 57 – Centro – na cidade de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte, CEP.: 59.810-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada, conforme Portaria nº 636, datada de 09 de dezembro de 2003, e Decreto Legislativo nº 294, publicado no Diário Oficial da União nº 226, datado de 22 de novembro de 2002, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a renovação da outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 000677/2013-59

SEAPASCE

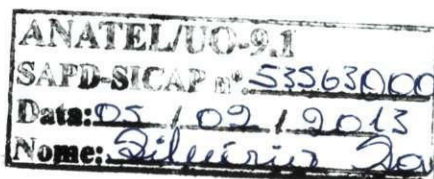
26/02/2013-07:21

Portalegre-RN, 14 de janeiro de 2013.

*Auto*

**Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo**

CPF.: 406.535.954-68



93/2013

SEARC





## **D E C L A R A Ç Ã O**

Eu, **Maria Marquière Dantas de Freitas Rêgo**, na qualidade de representante legal da Associação Beneficente Artística e Comunitária "Ana Nunes do Rêgo-ABACANR", declaro, para os devidos fins, que a Rádio "FM Portalegre" encontra-se com suas instalações e equipamentos, em conformidade com a Licença Para Funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária, nº 001967/2001, emitida em 21 de janeiro de 2004, pelo Ministério das Comunicações, sendo: Latitude 06S0126 e Longitude 37W5916, frequência, 104,9 MHz, 1,00 KM, canal 285, Indicativo de Estação ZYD539, Potência 25,00 W, Antena Espiral, Altura Centro Irradiação 27,5m, com ganho 0,0 dBd, Transmissor Principal da Teclar Equipamentos Eletrônicos, TEC 113, código 000384XXX0345.

A presente declaração é a expressão da verdade. Dou fé.

Portalegre-RN, 14 de janeiro de 2013.

  
**Maria Marquière Dantas de Freitas Rêgo**  
CPF.: 406.535.954-68



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO BENEF.ARTIST.E COMUNIT.ANA NUNES DO REGO-  
ABACANR  
**CNPJ:** 02.863.836/0001-45

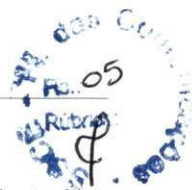
Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:46:27 do dia 15/01/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 14/02/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>02.863.836/0001-45</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>24/06/1998</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO BENEFICIENTE ARTISTICA COMUNITARIA ANA NUNES DO REGO</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ABACANR</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte</b> <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA</b>			
LOGRADOURO <b>R ANA NUNES DO REGO</b>		NÚMERO <b>57</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>59.810-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>PORTALEGRE</b>	UF <b>RN</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **21/07/2012** às **12:07:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Atualize sua página](#)



## REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Estado do Rio Grande do Norte

Comarca de Portalegre

Cartório Único

Fórum Dr. Aldo Pessoa, Av. Dr. Antonio Martins, 118, Centro Portalegre-RN, CEP 59.810-000-Fone 3377-2005

### CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a pedido de parte interessada, que revendo os livros deste cartório único do Registro de Pessoas Jurídicas da cidade de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte, constatei que em data de 23/05/2012, no Livro nº 03, Fis. 13/36, sob nº 208, foi Registrado a **ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA ANA NUNES DO RÊGO - ABACANR**; Ata realizada em 04/04/2012; tendo como objetivo a Alteração Estatutária e Aprovação do Novo Estatuto de Acordo com o novo Código Civil. Presidente: **MARIA MARQUIRE DANTAS DE FREITAS REGO**, CPF nº 406.535.954-68; Tesoureiro: **FRANCISCO FABIANO VIANA DE MOURA**, CPF nº 072.749.234-98.

Do que para constar firmo a presente; do que dou fé.

PORTALEGRE-RN, 23 de Maio de 2012.

  
FRANCISCO GENILSON DAMASCENA

Oficial Substituto do Registro.

FCO. GENILSON DAMASCENA

Tabelião Substituto

CPF 664.648.544-57







## REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Estado do Rio Grande do Norte

Comarca de Portalegre

Cartório Único

Fórum Dr. Aldo Pessoa, Av. Dr. Antonio Martins, 118, Centro Portalegre-RN, CEP 59.810-000-Fone 3377-2005

### CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a pedido de parte interessada, que revendo os livros deste cartório único do Registro de Pessoas Jurídicas da cidade de Portalegre, Estado do Rio Grande do Norte, constatei que em data de 24/06/2010, no Livro nº 03, Fls. 11/12, sob nº 207, foi Registrado a **ATA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA ANA NUNES DO RÊGO - ABACANR**; Ata realizada em 24/06/2010; tendo como objetivo a Eleição da Nova Diretoria, tendo como Presidente: a Sra. **MARIA MARQUIRE DANTAS DE FREITAS REGO**, CPF nº 406.535.954-68; Tesoureiro: **FRANCISCO FABIANO VIANA DE MOURA**, CPF nº 072.749.234-98.

Do que para constar firmo a presente; do que dou fé.

PORTALEGRE-RN, 23 de Maio de 2012.

  
FRANCISCO GENILSON DAMASCENA

Oficial Substituto do Registro,  
FCO. GENILSON DAMASCENA  
Tabelião Substituto  
CPF 664.648.544-57

CARTÓRIO ÚNICO

CNPJ 08.392.615/0001-12

Maria Hornadeira Nunes Rêgo Campos

Tabelião, Escrivão e Oficial do Registro

Estado do Rio Grande do Norte

Comarca de Portalegre

Seção de Autenticidade

Seção de Registro

Seção de Arquivo

Seção de Comunicação

Seção de Fiscalização

Seção de Controle

Seção de Arquivo

Seção de Comunicação

Seção de Fiscalização

Seção de Controle

Seção de Arquivo

Seção de Comunicação

Seção de Fiscalização

Seção de Controle

Seção de Arquivo

Seção de Comunicação

Seção de Fiscalização

Seção de Controle

Seção de Arquivo

Seção de Comunicação

Seção de Fiscalização

Seção de Controle

Seção de Arquivo

CERTIDÃO  
LAAT 096644

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 - Portalegre/RN



**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24/06/2010.**

Reuniram-se aos vinte quatro dias do mês de Junho de dois mil e dez, as 09:00 horas na Sede da Associação Beneficente Artística Comunitária "ANA NUNES DO RÊGO", situada a Rua Ana Nunes do Rêgo Nº 57 - Centro de Portalegre/RN, os abaixo assinados, sócios da mesma em 1ª (primeira) Convocação:

01. Mário Marquim Dauto F. Rêgo
02. Ildefonso
03. Antônio Almeida Figueira
04. Maria do Rêgo Outeira
05. Francisco Salazar Viana da Mota
06. Francisco Antonio de Sousa Santos Figueira
07. Charles Souza Martins
08. Francisco de Assis
09. João Paulo Viana de Mota
10. João Augusto de Freitas Rêgo
11. Benedito Magalhães
12. Domício de Freitas Rêgo
13. Francisco Salazar Santos Figueira
14. Moniz Teixeira Vito
15. Correia Corrêa de Souza Vito
16. João Bosco da Figueira
17. Raimundo de Brito Junior
18. Dommeira Venturina de Freitas
19. Gregório de Paiva Viana
20. Odilson
21. Francisca Rita
22. Antônio Cláudio dos S. Lima
23. João Nunes Junior
24. João de Arimatéa Magalhães Junior



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



Foram convocados os sócios, José Augusto de Freitas Rêgo e José Adalberto Nunes Rêgo, o primeiro para presidir a presente Assembléia e o segundo para Secretário, tendo o membro Presidente lido o Edital de dependências desta Sede, que determina a eleição dos membros que comporão a nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. As 11:00 horas foi feito a 2ª (segunda) Convocação, não havendo acréscimo na presença dos Sócios, o membro Presidente apresentou a Chapa Única: Assim constitui de Diretoria Executiva: <sup>FL. 63</sup> Presidente, Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo; <sup>FL. 67</sup> Vice-Presidente, João Paulo Viana de Moura; <sup>FL. 68</sup> Secretário, Charles Souza Marinho; Tesoureiro, Francisco Fabiano Viana de Moura e o Conselho Fiscal composto por Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca, Círios Vannuci de Souza, Francisco Edielson, Raimundo Nonato Gomes de Lima, Francisco Salatiel dos Santos Fonseca. Em seguida foram chamados os sócios presentes, um a um, chamada nominal, no qual a mando do membro presidente, foi entregue a cédula de votação, que em cabine e através de votação secreta, registraram seus votos, colocando em uma urna indefasável. Terminada a votação o membro Presidente abriu a urna, sendo constatado o mesmo numero de votos e votantes, e juntamente com o membro Secretário, apurou o total de 24 (vinte quatro) votos validos, sendo os 24 (vinte quatro) votos para a Chapa Única, sendo eleita a Chapa Única por unanimidade dos votos. Desta forma foi eleita a Chapa Única para o mandato de 02 (dois) anos. Em seguida foi anunciada e empossada os membros eleitos da seguinte maneira: Diretoria Executiva: Presidente, Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo, Vice-Presidente, João Paulo Viana de Moura, Secretário, Charles Souza Marinho; Tesoureiro, Francisco Fabiano Viana de Moura e o Conselho Fiscal: Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca, Círios Vannuci de Souza, Francisco Edielson, Raimundo Nonato Gomes de Lima, Francisco Salatiel dos Santos Fonseca. E para constar lavrei a presente ATA que depois de lida e aceita conforme, vai assinado por mim e pelo membro Presidenta.

SECRETÁRIO: 

PRESIDENTE: 

24/06/2010  
24/06/2014

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAODIÁRIA REALIZADA EM 04/06/2012, COM OBJETIVO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO CIVIL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA ANA NUNES RÊGO - ABACANR.**

Reuniram-se aos quatro do mês de abril do ano dois mil e doze, às 09:00 (nove) horas na sede da Associação Beneficente Artística Comunitária "Ana Nunes Rêgo" - ABACANR, localizado na Rua Ana Nunes do Rêgo, nº. 57, Centro, Portalegre/RN, os abaixo assinados, sócios da mesma em 1ª (primeira) convocação:

1. Luís Marquim Duarte F. Rêgo
2. Almeida
3. João Manuel de Aguiar
4. Maria do Rêgo Neto
5. José Augusto de Freitas Rêgo
6. Francisca Julianna Viana de Sousa
7. Charles Souza Marinho
8. Francisco do Espírito Santo
9. Carlos Amor de Souza Viana
10. Francisca Rita
11. José Paulo Viana de Moura
12. x Manoel Teixeira Neto
13. x João Baseo de Figueira
14. Daniela de Almeida Dias Rêgo
15. Raimundo Manoel de Aguiar
16. Francisco Antonio de Bulcão Santos Figueira
17. Francisca de Julianna de Freitas
18. Raimundo de Freitas Junior



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



19. *Edição de Estatuto*  
20. *Assinatura*

A Presidente Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo, tendo como secretário Charles de Souza Marinho, abriu a Assembléia Geral Extraordinária da Associação, o qual foi lido o Edital, datada de 27 de março de 2012 e cuja cópia se encontra nas dependências desta Sede, que determina alteração estatutária e aprovação do novo estatuto de acordo com o novo código civil. As 11:00 horas foi feita a 2ª (segunda) convocação, não havendo acréscimo na presença de Sócios a Presidente apresentou a ordem do dia que foi composta pelo seguinte item: Apresentação, Discussão, Alteração e Aprovação do novo Estatuto da Entidade conforme a exigência do novo Código Civil. Como primeiro e último item da Ordem do dia a Presidente Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo, falando sobre o objetivo conforme Edital, fez a leitura do Novo Estatuto e partes do Código Civil referente ao funcionamento da Associação, deixando a palavra livre ao término da leitura dos mesmos. Discutido e alterado, tiraram-se às dúvidas, colocando em votação pelo Presidente o novo Estatuto com as alterações propostas, as quais tiveram aprovação, unânime. O novo estatuto aprovado ficou nos seguintes termos:

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA ANA NUNES DO RÊGO**

**ESTATUTO SOCIAL**

**APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2012, COM  
ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS CONFORME O NOVO CÓDIGO CIVIL.**

**CAPÍTULO I**

**DO NOME, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVO SOCIAL**

**Art. 1º** - A Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR, sociedade civil para fins não econômicos, será regido pelo presente Estatuto e demais Leis aplicáveis, constituída na forma da lei, em 24 de junho de 1998, tendo:

- a) Sede administrativa situada à Rua Ana Nunes do Rêgo, nº 57 – Centro, no Município de Portalegre/RN com foro jurídico na comarca de Portalegre/RN;
- b) Prazo de duração indeterminado, caracterizado como pessoa jurídica de direito privado sendo correspondente com o ano civil; e,

*Pres.*

*Ass.*

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



- c) Área de ação, para efeito de admissão de associados é preferencialmente circunscrita a área do município de Portalegre/RN, podendo inclusive abrir representação e/ou escritório em qualquer cidade brasileira.

**Art. 2º** - Para consecução do seu objetivo, a Associação poderá:

§ 1º - Promover o desenvolvimento da comunidade através da realização de obras e ações, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo, bem como programas governamentais;

§ 2º - Representar a comunidade junto a órgãos públicos e privados, na reivindicações das soluções objetivando seu progresso e bem estar, físico, mental e social;

§ 3º - Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da cidade e município, através da integração de seus moradores;

§ 4º - Proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas;

§ 5º - Promover, incentivar, manter e divulgar a democratização dos meios de comunicação em geral e, em especial a criação e manutenção de meios alternativos e/ou comunitários, as denominadas “Estações de Serviço de Radiodifusão Comunitária”;

§ 6º - Promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas;

§ 7º - Promover compras em comum de interesse dos seus associados;

§ 8º - Filiar-se a outras entidades congêneres;

§ 9º - Conscientizar a comunidade de seus direitos e deveres para refletir sua potencialidade;

§ 10 - Celebrar convênios com órgãos governamentais e organizações não governamentais, nacionais ou internacionais quando for deliberado pela Assembléia Geral.

**CAPÍTULO II**

**DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES**





## SEÇÃO I

### DOS ASSOCADOS

**Art. 3º** - Poderá ingressar livremente, qualquer pessoa física, homens e mulheres, com idade maior ou igual á 18 anos, independente de raça, cor, religião, posição política e social, em sua área de atuação que concordem com disposição deste Estatuto, e não pratique outra atividade que possam prejudicar ou colidir com os seus interesses e objetivos da Associação, desde que tenha ligação com o Município de Portalegre/RN.

**Art. 4º** - Os sócios são da seguinte categoria:

- a) Fundadores;
- b) Regulares;
- c) Honoríficos;
- d) Contribuintes.

§ 1º - Os Sócios Fundadores são os que constam na ata de fundação estatutária da Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR;

§ 2º - Os Sócios Regulares serão os previstos no Art. 3º, apresentados por 02 (dois) sócios e aprovados em Assembléia;

§ 3º - Os Sócios Honoríficos serão aqueles que prestarem relevante serviço à Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR, ajuízo da diretoria e aprovados em Assembléia;

- l) Os Sócios Honoríficos estão isentos das contribuições devidas a Associação e não gozam de direito de votar e serem votados;

§ 4º - Os Sócios Contribuintes serão os órgão e entidades, públicas ou privadas, que prestem serviços à comunidade.

- l) Os Sócios Contribuintes poderão ter representação no Conselho Deliberativo. O representante terá o direito de compor o Conselho

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



Deliberativo, sendo-lhe vedado, todavia, o direito de ser votado para composição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Os sócios contribuintes, através de sua representação, gozarão das demais regalias atribuídas aos Sócios Regulares.

**SEÇÃO II**

**DOS DIREITOS**

**Art. 5º** - São direitos dos Associados, quites com suas obrigações sociais e em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este Estatuto:

- I) Tomar parte das Assembléias Gerais, discutir, propor, deliberar, votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ressalvado a restrição imposta aos representantes de Sócios Contribuintes, o qual encontra-se previsto no Art. 4, § 4º, inciso I;
- II) Participar dos programas de benefícios e gozar de outras vantagens que a Associação venha realizar ou conceder;
- III) Utilizar-se de todos os serviços mantidos pela Associação;
- IV) Fazer parte das comissões de trabalho, da representação de núcleos da Associação ou de departamentos instituídos pela Diretoria Executiva;
- V) Propor à Diretoria Executiva, ainda que através de representante de núcleos da Associação, medidas de interesse da comunidade;
- VI) Participar das reuniões na Assembléia Geral, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;
- VII) Frequentar as dependências da Associação e estabelecimentos criados para suas finalidades;
- VIII) Requerer á Diretória esclarecimentos e informações julgadas necessárias para o bom funcionamento da Associação;
- IX) Convocar a Assembléia Geral e fazer nela representar, nos termos e nas condições prevista nesse Estatuto;
- X) Ter acesso aos livros e documentos fiscais, contábeis e de controles administrativos, nas épocas próprias, mediante requerimento prévio;

*Aduto*

*João*

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



- XI) Desligar-se a qualquer tempo da Associação, mediante solicitação por escrito;
- XII) Recorrer dos atos da Diretoria Executiva, quando julgados prejudiciais aos seus direitos e interesses.

**SEÇÃO III**

**DOS DEVERES**

**Art. 6º - São deveres dos Associados**

- I) Cumprir as disposições deste Estatuto e respeitar as decisões tomadas pelos órgãos de Administração;
- II) Frequentar as reuniões e zelar pelo patrimônio e pela boa imagem e interesses da Associação;
- III) Pagar em dia taxas, mensalidades e outras contribuições estabelecidas pela Assembléia Geral;
- IV) Cumprir pontualmente com os compromissos assumidos perante a Associação;
- V) Fazer-se presente às assembléias e reuniões para as quais for convocado e contribuir para o alcance aos objetivos da convocação;
- VI) Participar, direta ou indiretamente, de todas as ações que objetivarem o engrandecimento da Associação ou o desenvolvimento econômico e social da comunidade;

§ 1º - Os valores das taxas, mensalidades e outras contribuições previstos inciso III serão reajustados anualmente a juízo da Assembléia, através de Resolução.

§ 2º - O Associado estará sujeito às penalidades legais e estatutárias quando infringir qualquer item citado neste artigo, atribuindo-lhe as seguintes punições:

- a) Advertência verbal, aplicada pelo Presidente da Associação, após deliberação em Reunião da Diretoria;



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão dos direitos temporariamente, definidos em Assembléia Geral;
- d) Exclusão definida, aplicada pela Diretoria e referendada pela Assembléia Geral Extraordinária convocada especificamente para a finalidade quando reincidente por 03 (três) vezes na letra "a"; ou quando reincidente por 2 (duas) vezes na letra "b"; ou quando reincidente por 2 (duas) na letra "c".

§ 3º - A exclusão será aplicada pela Diretoria, após deliberação em reunião, ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, devendo haver imediata notificação por escrito ao associado;

§ 4º - O associado excluído poderá recorrer para a Assembléia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contando da data do recebimento da notificação;

§ 5º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembléia Geral;

§ 6º - A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 3º deste artigo;

§ 7º - Os sócios excluídos do quadro social não poderão reclamar a restituição de qualquer contribuição que hajam feito a Associação.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

**Art. 7º** - São órgãos Diretivos as Associação:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Diretoria Executiva e
- d) Conselho Fiscal.

§ 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionalidade dos Órgãos referidos neste artigo não será renumerado.

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



§ 2º - É vedado o exercício acumulativo de cargos, ressalvada a participação na Assembléia Geral e no Conselho Deliberativo.

**SEÇÃO I**

**DAS ASSEMBLÉIAS**

**Art. 8º** - A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, é órgão soberano em quaisquer decisões de interesse da Associação, nos limites do que dispuser a lei e na conformidade deste Estatuto, suas deliberações tomadas vinculam a todos, ainda que ausente(s) ou discordante(s).

**Art. 9º** - As deliberações serão tomadas com aprovação da maioria dos presentes, através do voto. Em caso de empate, o voto de qualidade será dado pelo presidente da Assembléia. Casa associado só terá direito a 01 (um) voto, não sendo permitido votar por procuração. Os associados contribuintes votarão através de seus representantes nomeados para composição do Conselho Deliberativo.

**Art. 10** – A assembléia Geral Ordinária realizar-se-á obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, em razão do encerramento do exercício social do ano anterior, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar obrigatoriamente na Ordem do Dia:

- I) Reformar os Estatutos;
- II) Eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- III) Apreciar e votar o Balanço, Relatório, plano de trabalho e o parecer do Conselho Fiscal;
- IV) Autorizar a alienação de bens obsoletos ou sem utilidades;
- V) Apreciar e aprovar os regimentos internos e Códigos de Ética que venham ser elaborados

**Parágrafo Único** – Para participar das Assembléias Gerais com direito a voto, os associados deverão estar filiados pelo menos 90 (noventa) dias antes da convocação.

**Art. 11** – Compete a Assembléia Geral Extraordinária:

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



- I) Deliberar sobre a dissolução da Associação e nomear liquidante ou interventor;
- II) Autorizar a obtenção de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e constituição de garantias, quando for o caso;
- III) Eliminar o associado do quadro social observando-se as disposições constantes no presente Estatuto;
- IV) Aprovar os planos de ação submetidos pelo Conselho Deliberativo;
- V) Resolver questões nas quais o Estatuto seja omissivo.

**Parágrafo Único** – A Assembléias Extraordinárias reunir-se-á sempre que as necessidades o exigirem.

**Art. 12** – É de exclusiva competência da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, a destituição ou substituição de qualquer membro da Diretoria e/ou Conselho Fiscal e/ou de Departamentos criados, bem como para a alteração estatutária, quando será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes a Assembléia, não podendo dela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§ 1º - Quando ocorrer renúncia de membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal a que venha comprometer a administração da Associação, qualquer associado convocará uma Assembléia Geral Extraordinária objetivando nova eleição para a Diretoria e/ou Conselho Fiscal que serão eleitos e empossados no prazo máximo de 07 (sete) dias, observando o art. 14 do presente Estatuto.

§ 2º - Quando ocorrer renúncia de membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal que não comprometa a administração da Associação, a substituição será imediata, tomando posse o membro da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal competente, exercendo o cargo que lhe foi conferido até o fim do mandato inicialmente previsto para a Diretoria e/ou Conselho Fiscal.

**Art. 13** – O “quorum” para a realização de Assembléia Geral Ordinária e/ou Extraordinária, em primeira convocação é de 2/3 (dois terços) do número de associados e em pleno gozo dos seus direitos, em seguida e última convocação, uma

*Quinto*

*Charles*



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



hora mais tarde com maioria absoluta dos associados, observando o Art. 10, Parágrafo Único deste Estatuto.

**Art. 14** – A Assembléia será normalmente convocada pelo Presidente, mas se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada, em conjunto, pelos outros membros efetivos da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, após solicitação não atendida, respeitando o Art. 10, Parágrafo Único deste Estatuto.

**Art. 15** – A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, com avisos enviados aos associados ou fixados em lugares públicos. No comunicado ou no aviso deve estar claro o dia, hora e local da Assembléia, bem como a pauta de assuntos a serem tratados.

**Parágrafo Único** – A Assembléia só poderá deliberar assuntos que constem da Ordem do Dia.

**Art. 16** – A Mesa da Assembléia será constituída pelos membros da Diretoria, ou, na sua falta ou impedimento, por membros do Conselho Fiscal.

**Art. 17** – Todos os assuntos constantes na pauta do Edital de convocação e as decisões tomadas pela Assembléia Geral Ordinária e/ou Extraordinária serão obrigatoriamente registrados em ata e assinada por todos os presentes.

## SEÇÃO II

### DO CONSELHO DELIBERATIVO

**Art. 18** – O Conselho Deliberativo Compete:

- I) Elaborar, coordenar e executar plano de Trabalho da Associação, Regimento Interno e Código de Ética submetido e aprovado pela Assembléia Geral
- II) Delibera sobre os planos de desenvolvimento econômico e social da comunidade;
- III) Estabelecer as metas de realização e as propriedades, submetendo-as a Assembléia Geral para aprovação;

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



- IV) Propor à Assembléia Geral o Valor de taxas, mensalidades e outras contribuições exigidas dos associados;
- V) Examinar a procedência dos motivos alegados pela Diretoria Executiva para recusar pedidos de inscrição de sócios e, da mesma forma, os atos de exoneração que não se fundamentarem em iniciativa dos próprios associados envolvidos, observados o art. 25, inciso XI;
- VI) Buscar fontes alternativas de financiamento para fomentar projetos da associação;
- VII) Propor diretrizes de atuação, monitorar e supervisionar as atividades já realizadas, oferecendo orientações gerais;

§ 1º - O Conselho Deliberativo é composto de representantes do Órgãos e Entidades, públicas ou privadas, que prestem serviços à comunidade. Tem assento ao Conselho também os representantes das comunidades rurais que constituem núcleos populacionais do município de Portalegre/RN.

§ 2º - A juventude local representar-se-á através de um dos encarregados do Departamento Juvenil da ABACANR – Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo, principalmente pelo Presidente deste departamento.

§ 3º - A representação de qualquer entidade ou órgão das comunidades rurais as fará mediante apresentação formal subscrita pelos respectivos responsáveis ou por mais da metade dos associados que vier a representar.

**Art. 19** – O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, por convocação do Presidente, extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais.

**Art. 20** – A Presidência e Vice Presidência do Conselho Deliberativo cabem ao Presidente da Diretoria Executiva. Os trabalhos de secretário das reuniões do Conselho Deliberativo são de competência e responsabilidade do secretário da Diretoria Executiva.

**Art. 21** – O Conselho Deliberativo reúne-se e delibera com a maioria simples dos seus componentes.

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



**Art. 22** – O mandato do Conselho Deliberativo será coincidente com o mandato da Diretoria.

**SEÇÃO III**

**DA DIRETORIA**

**Art. 23** – A Diretoria compõe-se de: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

**Parágrafo Único** – A Diretoria Executiva será composta pelo Presidente, 1º Secretário e 1º Tesoureiro.

**Art. 24** – Os cargos eletivos da Diretoria terão mandato de 04 (quatro) anos, sendo obrigatório à remoção de pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros, com início em 24 de junho e o término em 24 de junho.

**Parágrafo Único** – A forma de gestão administrativa da diretoria será por decisão colegiada, por maioria de votos entre os presentes.

**Art. 25** – A Diretoria reunir-se-á, no mínimo, a cada 02 (dois) meses e a Diretoria Executiva uma vez a cada mês, por convocação do Presidente, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por convocação daquele ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

**Art. 25** – A Diretoria Executiva Compete:

- I) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e deliberações por ela tomada, o Regimento Interno, o Código de Ética e sobretudo das decisões tomadas em Assembléia Geral;
- II) Articular-se e representar perante as instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse do Associado;
- III) Criar receitas destinadas a cobrir despesas operacionais e de manutenção;
- IV) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária o relatório e as contas de sua gestão, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- V) Acolher aclamações dos Associados;

*Antes*

*Amor*



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



- VI) Executar o plano de desenvolvimento da comunidade definida pelo Conselho Deliberativo e aprovado pela Assembléia Geral;
- VII) Encaminhar até 30 de dezembro de cada ano, para aprovação da Assembléia Geral, relatórios anuais das atividades desenvolvidas na comunidade;
- VIII) Exonerar, a pedido ou por motivos relevantes, sócios do quadro social, respeitando o art. 11, inciso III, deste Estatuto;
- IX) Aprovar o Quadro do Pessoal Administrativo da Associação Comunitária;
- X) Contratar e definir funcionários;
- XI) Aprovar propostas de inscrição de sócios. As propostas acaso não aprovadas devem ser submetidas, com as justificativas cabíveis, ao Conselho deliberativo, para exames;
- XII) Convocar Assembléia Geral e o Conselho Deliberativo;
- XIII) Interpretar os presentes Estatutos e decidir sobre os casos omissos.

**Art. 26 - Compete ao Presidente:**

- I) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto as decisões por emanadas, o Regimento Interno, o Código de Ética e, sobretudo as decisões tomadas em Assembléia Geral;
- II) Representar a Associação ativa e passiva, judicialmente e extrajudicialmente;
- III) Proteger o patrimônio da Associação;
- IV) Baixar portarias disciplinando as ações que visem o bom desenvolvimento das atividades internas;
- V) Passar procurações a terceiros com poderes limitados ao fato pertinente, quando o fato assim o exigir, observando o disposto no art. 9º;

*Auto*

*Carla*

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



- VI) Autorizar os pagamentos quando da existência de suficiência de fundo e verificar freqüentemente o saldo bancário ou em caixa;
- VII) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- VIII) Assinar com o Secretário, as correspondências da Associação;
- IX) Criar comissões e/ou departamentos da Associação;
- X) Assinar atas e outros documentos, tais como: Contrato de parcerias e prestação de serviço, convênios e termos, de interesse da Associação;
- XI) Assinar cheque, ordens de pagamento, balancetes mensais e outros documentos de igual natureza, juntamente com o tesoureiro;
- XII) Indicar os estabelecimentos bancários nos quais deverão ser feitos os depósitos de qualquer natureza para Associação;
- XIII) Alienar, mediante anuência da Assembléia Geral, bens obsoletos ou sem utilidade para a comunidade;
- XIV) Realizar, mediante aprovação da Assembléia Geral, a contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias;
- XV) Receber doação em nome da Associação;
- XVI) Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno ou deliberadas pela Assembléia;

**Parágrafo Único** – Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências, faltas e vacância até o seu término.

**Art. 27** – Compete ao Secretário:

- I) Lavrar ou mandar lavrar atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias, mantendo os respectivos livros sob sua guarda e responsabilidade;
- II) Fazer ou mandar fazer a correspondência, relatórios e outros documentos determinando seu arquivamento;
- III) Assinar com o Presidente as correspondências da Associação;

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



- IV) Organizar os arquivos, mantendo-os sob sua guarda e responsabilidade;
- V) Efetuar a guarda e zelo de toda secretaria e arquivo da Associação;
- VI) Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

**Parágrafo Único** – Ao 2º Secretário compete assumir as funções de 1º Secretário, por delegação temporária deste ou por qualquer outro impedimento do mesmo.

**Art. 28** – O 1º Secretário substitui o Vice-Presidente, fazendo com que o 1º Tesoureiro substitua o 2º Secretário.

**Art. 29** – Compete ainda o 1º Secretário assumir a Presidência na ausência do Presidente e Vice-Presidente.

**Art. 30** – Havendo renúncia coletiva da diretoria ou na falta de diretores executivos, convoca-se uma Assembléia Geral e será eleita uma Junta Governativa para administrar e promover uma nova eleição no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 31** – Ao Tesoureiro compete:

- I) Arrecadar as receitas e depositar o numerário em Banco, designado pelo Presidente, conforme art. 26, inciso XII;
- II) Elaborar e apresentar balanços e balancetes mensais da Associação para o Conselho Fiscal;
- III) Realizar os pagamentos quando autorizados pelo Presidente;
- IV) Assinar os cheques, ordens de pagamento, balancetes mensais e quaisquer outros documentos contábeis, juntamente com o Presidente;
- V) Fazer a escrituração no livro auxiliar de caixa, dando seu visto e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- VI) Executar o recolhimento das obrigações fiscais, FGTS, previdenciárias e outras exigidas em Lei e fazer declaração de Imposto de Renda, relação anual de informações sociais e manter sob sua guarda as certidões negativas de Tributos Federais, Estaduais e Municipais; e,
- VII) Substituir o 2º Secretário, conforme dispõe o art. 28;

*Auto*

*[Assinatura]*





- VIII) Apresentar relatório de receitas e despesas, sempre que for solicitado;
- IX) Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- X) Manter o numerário em estabelecimento bancário.

#### **SEÇÃO IV**

##### **DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 32** – O Conselho Fiscal Será formado por três membros efetivos titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, ao mesmo tempo com a Diretoria.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o término deste.

§ 3º - Em sua primeira reunião, o Conselho Fiscal, escolherá o Coordenador e o Secretário, entre seus próprios membros.

§ 4º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, devendo os assuntos tratados e decisões tomadas serem lavradas em ata, num livro próprio, ao final sendo assinada por todos os presentes, cujas reuniões só poderão se realizar com a presença de no mínimo 03 (três) de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos;

§ 5º - O livro de atas ficará sob a guarda e responsabilidade do Secretário do Conselho Fiscal.

**Art. 33** – Ao Conselho Fiscal Compete:

- I) Fiscalizar todo o movimento financeiro da Associação, quer de receita, quer de despesas;
- II) Elaborar, executar, examinar, periciar, aprovar ou reprovar os balanços e balancetes mensais, opinando a respeito;

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



- III) Opinar sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo parecer para os organismos superiores da Associação.
- IV) Fiscalizar as atividades desenvolvidas pela Associação, examinando todos os documentos que julgar necessário; e,
- V) Verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica se estão sendo utilizados com zelo e bem guardados;
- VI) Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

**CAPÍTULO IV**

**PERDA DE MANDATO**

**Art. 34** – Os membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal perderão o mandato nos seguintes casos:

- I) Malversação, ou dilapidação do patrimônio social;
- II) Grave violação desse Estatuto;
- III) Abandono do cargo, na forma prevista no Estatuto;
- IV) Transferência voluntária do Estado, que importe no afastamento do exercício do cargo;
- V) Mudança de residência do Estado;

§ 1º - A perda de mandato será declarada pela Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.

§ 2º - Toda e qualquer destinação de cargo administrativo, deverá ser precedida de notificação, com prazo mínimo de 10 (dez) dias, assegurado ao interessado pleno direito de defesa.

§ 3º - A perda do mandato na hipótese do inciso I do caput, somente se efetivará, mediante comprovação documental.

**Art. 35** – Na hipótese de perda de mandato, as substituições serão feitas de acordo com o disposto neste Estatuto.



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



**Art. 36** – A convocação de substitutos ou suplentes quer para a Diretoria, quer para o Conselho Fiscal, compete ao Presidente ou ao substituto legal.

**Parágrafo Único** – Em relação á convocação de suplentes para o Conselho Fiscal, será obedecida á ordem de colocação na chapa.

**Art. 37** – Havendo renúncia, assumirá automaticamente o cargo vacante o substituto legal previsto neste Estatuto.

§ 1º - As renúncias serão automaticamente o cargo vacante o substituto legal previsto neste Estatuto.

§ 2º - Em se tratando de renúncia do Presidente da Organização será notificado seu substituto legal, que dentro de 48 (quarenta e oito) horas reunirá a Diretoria para ciência do ocorrido assumindo de imediato o cargo.

**Art. 38** – Ocorrendo a à renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Fiscal e não havendo substituto ou suplente, será convocado de imediato a Assembléia Geral Extraordinária, elegendo uma junta governativa para administrar, promovendo uma eleição no prazo que estabelece o art. 30.

**Art. 39** – Em caso de Abandono do cargo processar-se-á na forma dos artigos anteriores, no que lhes forem aplicáveis.

## CAPÍTULO V

### DA ELEIÇÃO

**Art. 40** – As eleições para os cargos eletivos serão realizados conforme o previsto no art. 24.

§ 1º - O voto é secreto;

§ 2º - O Regimento eleitoral será aprovado em Assembléia;

§ 3º - Candidatos considerados sócios fundadores, e Regulares em pleno exercício de seus direitos poderão votar e ser votados;

§ 4º - Para os sócios honoríficos verificar o art. 4º, § 3º, inciso I;

§ 5º - Em relação aos sócios contribuintes, observar o preceituado no art. 4º, § 4º, inciso I;

*Auto*

*Paulo*

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



§ 6º - O Presidente da Instituição coordenará o pleito da Diretoria e do Conselho Fiscal.

**Art. 41** – Só poderá concorrer na eleição como candidato para preenchimento dos cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal, o associado em pleno gozo dos seus direitos ou outras obrigações previstas no Regimento Interno ou regras estabelecidas pela Diretoria vigente.

**Art. 42** – Cada associado terá direito a votar uma única vez, observado o estatuído no art. 10, Parágrafo Único.

**Art. 43** – Os membros eleitos para a Diretoria ou Conselho Fiscal tomarão posse imediatamente, na mesma Assembléia, observando o disposto no art. 24.

**Art. 44** – O Presidente afixará na sede da Associação ou locais públicos, com prazo de 30 dias o Edital de convocação para realização de eleição para preenchimento de cargos na Diretoria ou no Conselho Fiscal, definindo local, dia e hora da sua realização, especificando a natureza da(s) eleição(ões), de acordo com o número de chapas inscritas a votação poderá ser por voto secreto ou aclamação.

**Parágrafo Único** – Os pleiteantes aos cargos eletivos na Diretoria ou no Conselho Fiscal deverão fazer suas inscrições ou registro de ch após, na sede da associação, até 05 (cinco) dias antes do pleito.

**Art. 45** – A Diretoria nomeará até 30 dias, uma comissão eleitoral para elaborar as instruções gerais das eleições constituídas de três associados não ocupantes de cargos eletivos ou candidatos dos pleitos, com a finalidade de:

- I) Elaborar os modelos das cédulas;
- II) Organizar as mesas receptoras e junta apuradora;
- III) Controlar a votação, apurar os votos e afixar o resultado da eleição.

**Art. 46** – Dar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.

§ 1º - Em caso de empate, assumirá aquele que tiver maior tempo de Serviço no Estabelecimento;

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



§ 2º - Caso o empate ainda persista, será dado como eleito aquele que for mais idoso.

**Art. 47** – Concluídos os trabalhos do pleito e entregue todos os documentos e materiais utilizados à Diretoria, a Comissão Eleitoral, após a posse dos eleitos será dissolvida automaticamente, sem maiores formalidades.

**CAPÍTULO VI**

**DO PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS**

**Art. 48** – O patrimônio é ilimitado e constituído por todos os bens e direitos que a Associação possui ou vier a possuir, a saber:

- I) Bens móveis e/ou imóveis rurais ou urbanos, adquiridos ou a ela doados, através de convênio, contratos ou outras formas de ajustes co órgãos Públicos ou Privados, Instituições Financeiras nacionais ou internacionais, desde que não haja ressalva que impeçam a apropriação no Patrimônio da Associação;
- II) Doação de entidades ou pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras;
- III) Bens semoventes, ações e apólices da dívida pública.

**Parágrafo Único** – Nenhum bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser alienado, vendido ou hipotecado sem expressa autorização dos associado, em Assembléia Geral, observando os dispositivos art. 10, inciso IV; art. 26, inciso XIII e art. 33, inciso VI.

**Art. 49** – Constituem recursos financeiros da Associação:

- I) Auxílios financeiros obtidos de qualquer origem;
- II) Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos;
- III) Subvenções e auxílios estabelecidos pelos poderes públicos;
- IV) Rendas decorrentes da exploração de bens próprios;
- V) Taxas e outras contribuições dos Associados;
- VI) Receitas provenientes de convênio, empréstimo ou prestação de serviço a terceiros ou associados;

*Queto*

*Grades*



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



VII) Quaisquer outros recursos públicos ou privados que lhe forem destinados.

**Parágrafo Único** – Os recursos financeiros serão mantidos em depósitos, em Bancos da reconhecida idoneidade, observado o art. 26, inciso XII.

**CAPÍTULO VII**  
**DA DISSOLUÇÃO**

**Art. 50** – A Associação será dissolvida quando observado o disposto no art. 11, inciso I, do presente estatuto, aliado à vontade manifestada pelos Associados em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para este fim.

**Parágrafo Único** – Dissolvida a Associação, o seu patrimônio inclusive os recursos financeiros, será doado destinado á entidade de fins não econômicos e/ou entidades assistenciais do município de Portalegre/RN, devidamente Registrada no Conselho Nacional de Serviços Social, por deliberação dos Associados em Assembléia Geral.

**CAPÍTULO VIII**  
**DADOS GERAIS DA BANDEIRA**

**Art. 51** – A Bandeira da Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR é representada por um retângulo de várias cores nas proporções de 1 metro e comprimento por 70 centímetros de largura, com desenhos que simbolizam alguns dos objetivos da Associação.

**CAPÍTULO IX**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 52** – É vedada a remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal.

**Art. 53** – A Associação não distribuirá dividendos de espécie algum, nem de qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas vendas, a títulos de lucro ou participação no seu resultado, aplicando-se os eventuais resultados positivos no apoio à ampliação de suas atividades dentro dos objetivos sociais previstos neste Estatuto.



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



**Art. 54** – A reforma deste Estatuto será proposta pela Diretoria executiva em Assembléia Geral Extraordinária, especificamente convocada para este fim e entrará imediatamente em vigor, desde que mais de um ano antes das eleições e com a aprovação da maioria absoluta em 1ª convocação e nas demais com a presença de 1/3 (um terço), com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes aptos a votar.

**Art. 55** – a Associação se obriga a manter, em todos os níveis, uma gestão aberta e clara, facilitando o controle de todas as suas atividades pelos Associados.

**Art. 56** – Os departamentos, grupos de trabalho ou comissões serão criados observando-se os dispostos neste Estatuto, sendo formado por 03 (três) Associados, os quais atuarão como auxiliares a Diretoria na Gestão das atividades da Associação.

**Art. 57** – A Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes Rêgo – ABACANR, foi fundada no dia 24 de junho de 1998 e devidamente registrada no Cartório competente.

**Art. 58** – A atual Diretoria passará a ter um mandato de 4 (quatro) anos, iniciando 24 de junho de 2011 e encerrando no dia 24 de junho de 2015.

**Art. 59** – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvidas as entidades ou órgãos competentes quando for o caso e referendados pela Assembléia Geral.

**Art. 60** – O presente Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral de alteração estatutária, realizada nesta data, cuja Ata que aprovou este Estatuto, é peça anexa dele, para quaisquer fins de direito.

Portalegre/RN, 04 de abril de 2012.

**Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo**

**CPF: 406.535.954-68**

**Presidente**

**Charles Souza Marinho**

**CPF: 084.687.814-36**

**Secretário**

**Francisco Fabiano Viana de Moura**

**CPF: 072.749.234-98**

**Tesoureiro**

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



---

**Robério Trajano da Silva**  
**OAB/RN 8769**

Nada mais havendo a tratar a presente Assembléia Geral Extraordinária foi encerrada às 13:30 (treze e trinta) horas, e que vai assinada por mim, Charles Souza Marinho, que secretariei e pela Presidenta Maria Marquiere Dantas de Freitas Rêgo.

Secretário: *Charles Souza Marinho*

Presidente: *Maria Marquiere Dantas F. Rêgo*


**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA**



O Presidente da Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes Rêgo – ABACANR, ao final assinado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias vigente propriamente pelo art. 12, § 7º, inciso I, convocar todos os Associados no gozo de seus direitos estatutários para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da ABACANR, no endereço sito na Rua Ana Nunes do Rêgo, nº. 57, Centro, Portalegre/RN, no dia 04 de abril de 2012, em primeira convocação, às 18:00 horas e em segunda e última convocação às 18:30 horas a fim de tratar da seguinte ordem do dia:

a) Reforma Estatutária.

Portalegre/RN, em 27 de março de 2012.

  
Maria Marquiere Dantas de Freitas Rêgo  
Presidente da Associação  
ABACANR



Eu, **Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo**, na qualidade de representante legal da Associação Beneficente Artística e Comunitária "Ana Nunes do Rêgo-ABACANR", declaro, para os devidos fins, que:

- a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- a emissora reserva um percentual, mínimo, de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo, mínimo, à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constitucional Federal.

Portalegre-RN, 14 de janeiro de 2013.

  
**Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo**  
CPF.: 406.535.954-68





## **D E C L A R A Ç ã O**

Eu, **Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo**, na qualidade de representante legal da Associação Beneficente Artística e Comunitária "Ana Nunes do Rêgo-ABACANR", declaro, para os devidos fins, que o responsável pela gestão da atividade da área editorial da Rádio "FM Portalegre" é **João Paulo Viana de Moura**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na rua Padre Teófilo Rocha de Oliveira, 27, Centro, Portalegre-RN, portador da cédula de identidade RG nº 2.462.962-SSP/RN e CPF 075.726.764-77 e **Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca**, responsável área editorial da emissora, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na rua Manoel Soares de Freitas, 10, Centro, Portalegre-RN portador da cédula de identidade RG nº 1.870.343-SSP e CPF 051.427.904-48.

A presente declaração é a expressão da verdade. Dou fé.

Portalegre-RN, 14 de janeiro de 2013.

  
**Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo**  
CPF.: 406.535.954-68



Número  
**051.427.904-48**

Nome  
**FRANCISCO ANTONIO DE LISBOA SANTOS  
 FONSECA**

Nascimento  
**10/12/1982**

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 RIO GRANDE DO NORTE  
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
 INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
 COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

*Francisco Antonio de Lisboa Santos Fonseca*  
 ASSINATURA DO TITULAR

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**



CÓDIGO DE CONTROLE  
**7D25.7BFC.9C17.944D**

A autenticidade deste comprovante deverá  
 ser confirmada na Internet, no endereço

**www.receita.fazenda.gov.br**

Comprovante emitido pela  
 Secretaria da Receita Federal do Brasil  
 às 11:23:37 do dia 22/03/2012 (hora e data de Brasília)  
 dígito verificador: 00

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
 001.870.343

DATA DE  
 EMISSÃO 29/02/2008

FRANCISCO ANTONIO DE LISBOA SANTOS FONSECA

FILIAÇÃO  
 EUSEBIO PARCELLI PAULO FONSECA  
 ELIZABETH DANTAS DOS SANTOS FONSECA

NATURALIDADE  
 PORTALEGRE RN

DATA DE NASCIMENTO  
 10/12/1982

D.O.C. ORIGEM  
 CERT. DE NASCIMENTO L-AOS F-99 RG-2236

OPF  
 051.427.904-48

2a. VIA

FABIO SCHUCH VERAS DANTAS  
 ASSINATURA DO DIRETOR

RESPONSÁVEL

DATA

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO  
[ ] SÍNDICO  
[ ] PORTEIRO [ ] MORADOR

PARA USO DO ENTREGADOR  
[ ] MUDOU-SE  
[ ] NÃO EXISTE N° INDICADO  
[ ] OUTROS  
[ ] INSUFICIENTE  
[ ] DESCONHECIDO  
[ ] RECUSADO

Ganhe tempo e comodidade. Cadastre sua conta no débito automático em conta corrente.



**INES VIANA DOS SANTOS**

RUA MANOEL SOARES DE FREITAS, 10

CENTRO - PORTALEGRE  
PORTALEGRE-RN CEP-59810000

Nº do Contrato: 0253690011  
Nº do Medidor: B008796

Rota: 09  
Roteiro: 0003773  
Propriedade: 0019736



Colabore com nossas ações

LIQUE: (84) 4006.1600  
[www.caccdurvalpaiva.org.br](http://www.caccdurvalpaiva.org.br)

Os sinais e sintomas acima não significam exatamente que sua criança tem câncer.

**NA CURA DO CÂNCER  
INFANTO-JUVENIL, QUANTO  
MAIS CEDO MELHOR!!**

Se a sua criança apresentar alguns desses sintomas, procure um médico e tire a sua dúvida.

Manchas roxas no corpo ou nas pálpebras

Sangramento em geral  
Nódulos ou pintas na pele que crescem ou mudam de cor

Na área dos olhos, pupila branca ou totalmente dilatada

Vômitos acompanhados de dores de cabeça

Dores nos ossos ou nas juntas  
Febre freqüente  
Irritabilidade

312-034/060

W33090011 0112

W3117000

W3117000 03 0003773







DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Número do Medidor	Tipo da Função	Anterior		Atual		Nº dias	Constante	Ajuste	Consumo
		Data	Leitura	Data	Leitura				
11850642	CAT	03/12/2012	28.446,00	02/01/2013	28.521,00	30	1.00000		75,00

NÍVEIS DE TENSÃO			Tensão Nominal (V)	Limite de Variação (V)		Tensão Nominal (V)	Limite de Variação (V)	Limite de Variação (V)	Limite de Variação (V)
Minimo	Maximo	Minimo		Maximo					
220	201	231							

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES	
Descrição	Valor
DIC - Nº. de horas sem energia	0,06
FIC - Nº. de vezes sem energia	1,00
DMC - Duração máxima de interrupção contínua	0,06
DICR - Duração de interrupção em dia crítico	12,22

**Informações importantes sobre a conta de energia**

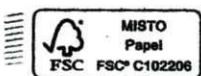
O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento.  
Pagamento em atraso gera: Multa 2% (Res. 414/ANEE-09/09/10) e Juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02) no próximo mês.  
Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 18,21  
O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.  
O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.



MARIA EDILMA VIANA DE MOURA

RUA RAFAEL TEOFILO ROCHA DE OLIVEIRA 27

CENTRO/AREA URBANA  
59810-000 PORTALEGRE RN



www.cosern.com.br

Conta Contrato: 0253434015

Medidor: 11850642

Un. Leitura: 01071130

Sequência: 00401

Poste: DC08328

As demonstrações financeiras societárias e regulatórias de 31/12/2011 estão disponíveis no site [www.cosern.com.br](http://www.cosern.com.br).  
AÇÕES SIMPLES AJUDAM A MANTER A DENGUE LONGE DA SUA CASA, DO SEU BAIRRO E ATÉ DA SUA CIDADE. FAÇA A SUA PARTE. NÃO DEIXE ÁGUA ACUMULADA.





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.462.962 DATA DE EXPEDIÇÃO 22.03.2003

NOME **JOÃO PAULO VIANA DE MOURA**

FILIAÇÃO **Luiz Gonzaga de Moura**  
**Maria Edilma Viana de Moura**

NATURALIDADE **Portalegre-RN** DATA DE NASCIMENTO **29.01.1988**

DOC. ORIGEM **C/NASC. NR 3.623 Liv. A-04 Fls. 247v8**  
**Cart. Único de Portalegre-RN**

CPF

**Ellege S. Oliveira Ferreira**  
**Coordenadora da COB**  
**ITEP**

VACINADO  
O  
BRASILEIRO  
VIVERE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

**João Paulo Viana de Moura**  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO-  
ABACANR**

Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 – Centro – Portalegre-RN  
CNPJ.: 02.863.836/0001-45



**RELATÓRIO RESUMIDO DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

A emissora de rádio "FM Portalegre", 104,9mhz, veículo de comunicação pertencente a esta entidade, cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constitucional Federal.

Durante esse período, a estação não veiculou nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural. Ela reserva um percentual, mínimo, de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

Opinamos, portanto, que a rádio "FM Portalegre" cumpre seus objetivos estatutários e os objetivos ao que se propôs desde sua manifestação de interesse em explorar os serviços de radiodifusão comunitária.

Portalegre-RN, 14 de janeiro de 2013.

*Pe. Iraildo Ramos da Silva*

Paroquia Portalegre/RN – DSLM  
CNPJ:08.264.111/0025-94

*Raimundo N. Viana de Oliveira*

Ass. de Jovens Padre Dario Torboli  
CNPJ:07.759.080/0001-02

*[Signature]*

Ass. Cultural e Esportiva Portalegrense  
CNPJ:08.549.875/0001-59

*[Signature]*  
Grupo Cultural Arraiá da Juventude  
CNPJ:08.600.195/0001-61





**RELAÇÃO DOS ASSOCIADOS PESSOA FÍSICA**

**NOME:** Boanerges de Freitas Barreto Filho  
**ENDEREÇO:** Praça Coronel Vicente do Rêgo Filho, s/n  
**RG:** 1.296.541-SSP/RN **CPF:** 813.242.194-91  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** José Adalberto Nunes do Rêgo  
**ENDEREÇO:** Rua Agostinho Hermes de Freitas Nº 12  
**RG:** 615.501-SSP/RN **CPF:** 423.191.347-91  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** João Paulo Viana de Moura  
**ENDEREÇO:** Rua Padre Teófilo Rocha de Oliveira Nº 27  
**RG:** 2.462.962-SSP/RN **CPF:** 072.726.764-77  
**ESTADO CIVIL:** Solteiro

**NOME:** Francisco Fabiano Viana de Moura  
**ENDEREÇO:** Rua Padre Teófilo Rocha de Oliveira Nº 27  
**RG:** 2.360.130-SSP/RN **CPF:** 072.749.234-98  
**ESTADO CIVIL:** Solteiro

**NOME:** Charles Souza Marinho  
**ENDEREÇO:** Rua Professor José Nobre Nº 18  
**RG:** 2.519.498-SSP/RN **CPF:** 084.687.814-36  
**ESTADO CIVIL:** Solteiro

**NOME:** Francisco Edielson  
**ENDEREÇO:** Rua dos expedicionários Nº 21  
**RG:** 423.785-SSP/RN **CPF:** 115.918.111-04  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** Eliésio de Paiva Viana  
**ENDEREÇO:** Sítio Riacho da Areia  
**RG:** 457.363-SSP/RN **CPF:** 423.196.684-20  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** Francisca Sandrégini de Castro Rêgo Magalhães  
**ENDEREÇO:** Rua Ana Nunes do Rêgo Nº 231  
**RG:** 953.097-SSP/RN **CPF:** 565.232.034-68  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** Raimundo de Freitas Júnior  
**ENDEREÇO:** Rua Sebastião Caldas Nº 40  
**RG:** 1.613.346-SSP/RN **CPF:** 641.698.478-49  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO-ABACANR"**

Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 – Centro – Portalegre-RN

CNPJ.: 02.863.836/0001-45



**NOME:** Raimundo de Freitas Júnior  
**ENDEREÇO:** Rua Sebastião Caldas Nº 40  
**RG:** 1.613.346-SSP/RN    **CPF:** 641.698.478-49  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** Cícero Alexandre Pereira  
**ENDEREÇO:** Rua Antônio de Freitas Nº 86  
**RG:** 651.112-SSP/RN    **CPF:** 378.209.824-20  
**ESTADO CIVIL:** Solteiro

**NOME:** João Bosco da Fonseca  
**ENDEREÇO:** Rua José de Freitas Nobre Nº 38  
**RG:** 595.753-SSP/RN    **CPF:** 085.870.944-91  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** Ciena Maria Paiva Diógenes Rêgo  
**ENDEREÇO:** Rua Agostinho Hermes de Freitas Nº 12  
**RG:** 1.093.668-SSP/RN    **CPF:** 938.089.174-15  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** Francisco Antonio de Lisboa Santos Fonseca  
**ENDEREÇO:** Rua Manoel Soares de Freitas Nº 10  
**RG:** 1.870.343-SSP/RN    **CPF:** 051.427.904-48  
**ESTADO CIVIL:** Solteiro

**NOME:** Walmor Fernandes de Paiva  
**ENDEREÇO:** Rua Antonio Ribeiro de Bessa Nº 135  
**RG:** 2.523.926-SSP/RN    **CPF:** 050.825.824-83  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** José Belarmino dos Santos Neto  
**ENDEREÇO:** Rua Manoel Soares de Freitas Nº 10  
**RG:** 2.458.944-SSP/RN    **CPF:** 013.681.224-42  
**ESTADO CIVIL:** Solteiro

**NOME:** Francisca Tertulina de Freitas  
**ENDEREÇO:** Rua Sebastião Caldas Nº 40  
**RG:** 649.676-SSP/RN    **CPF:** 023.601.024-78  
**ESTADO CIVIL:** Casada

**NOME:** Francisco Salatiel dos Santos Fonseca  
**ENDEREÇO:** Avenida Doutor Antônio Martins Nº 132  
**RG:** 2.442.076-SSP/RN    **CPF:** 052.821.024-63  
**ESTADO CIVIL:** Solteiro

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO-ABACANR**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 – Centro – Portalegre-RN  
CNPJ.: 02.863.836/0001-45



**NOME:** Francisco Diassis  
**ENDEREÇO:** Raimundo Correia Viana Nº 15  
**RG:** 931.442-SSP/RN    **CPF:** 513.387.184-87  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** José Augusto de Freitas Rêgo  
**ENDEREÇO:** Avenida Doutor Antônio Martins Nº 25110  
**RG:** 321.198-SSP/RN    **CPF:** 156.233.604-59  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** Maria Marquies Dantas de Freitas Rêgo  
**ENDEREÇO:** Avenida Doutor Antônio Martins Nº 25110  
**RG:** 612.027-SSP/RN    **CPF:** 406.535.954-68  
**ESTADO CIVIL:** Casada

**NOME:** João Nunes Júnior  
**ENDEREÇO:** Rua Francisco Rodrigues de Freitas Nº 30  
**RG:** 483.361-SSP/RN    **CPF:** 142.773.523-91  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** Francisca Rita  
**ENDEREÇO:** Conjunto Cohab Nº 209  
**RG:** 581.709-SSP/RN    **CPF:** 761.522.514-00  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** Túlio de Oliveira Gomes  
**ENDEREÇO:** José Vieira Mafaldo Nº 121  
**RG:** 266.560-SSP/RN    **CPF:** 108.567.904-78  
**ESTADO CIVIL:** Casado

**NOME:** Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes  
**ENDEREÇO:** José Vieira Mafaldo Nº 121  
**RG:** 496.104-SSP/RN    **CPF:** 289.106.054-72  
**ESTADO CIVIL:** Casada

**NOME:** Luiz Gomes  
**ENDEREÇO:** Sítio Sobrado  
**RG:** 513.658-SSP/RN    **CPF:** 155.320.624-04  
**ESTADO CIVIL:** Casado

Portalegre-RN, 14 de janeiro de 2013.

**Maria Marquies Dantas de Freitas Rêgo**  
CPF.: 406.535.954-68





## LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

### MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Rádio Comunitária

#### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

##### DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç Ã O B E N E F A R T I S T C O M U N I T

##### DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

CGC

A N A N U N E S D O R E G O 0 2 8 6 3 8 3 6 0 0 0 1 4 5

##### DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

F M P O R T A L E G R E

Portaria de Autorização nº 636 de 09/12/2003 Publicada no D.O.U de 11 de dezembro de 2003.

Decreto Legislativo nº 294 de 21/11/2002 Publicado no D.O.U de 22 de novembro de 2002.

#### 1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

##### LOGRADOURO

A V A N A N U N E S D O R E G O 5 7

##### BAIRRO

##### CIDADE

C E N T R O P O R T A L E G R E

##### CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

##### COORDENADAS GEOGRÁFICAS

R N

°

'

" S

°

W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

#### 2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

##### LOGRADOURO

##### BAIRRO

##### CIDADE

##### CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

##### COORDENADAS GEOGRÁFICAS

°

06

'

01

26

" S

37

°

59

16

W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

#### 3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

##### LOGRADOURO

##### BAIRRO

##### CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)	UF	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	" S	°	W
----------------------	----	-------------------------	-----	---	---

#### 4. TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE																									
T	E	C	L	A	R	E	Q	U	I	P	E	L	E	T	R	O	N	I	C	S					
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA					Nº HOMOLOGAÇÃO										
T	E	C		1	1	3				2	5	,	00	watts	0	0	0	3	8	4	X	X	X	03	45
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA															
				25,00										watts											
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA															
				104,9										MHz											

#### 5. TRANSMISSOR AUXILIAR (se houver)

FABRICANTE																			
MODELO										POTÊNCIA DE FABRICA					Nº HOMOLOGAÇÃO				
POTÊNCIA DE OPERAÇÃO										POTÊNCIA MEDIDA									
FREQUENCIA DE OPERAÇÃO										FREQUENCIA MEDIDA									

- Os dados dos transmissores são os mesmos dados que constam na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☐

#### 6. SISTEMA IRRADIANTE - ANTENA/TORRE

FABRICANTE DA ANTENA															MODELO										
I	D	E	A	L	I	N	D	D	E	A	N	T	E	N	A	S	L	T	D	A	F	M	A	0	2
GANHO max (Gt)					ALTURA EM RELAÇÃO AO SOLO					ALTURA DA TORRE					ALTITUDE DO LOCAL										
0 , 0 dBd					27 , 50 m					27 , 50 m					635 , 0										

- Os dados do sistema irradiante são os mesmos que constam na última licença expedida?

NÃO ☐ SIM ☒

#### 7 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE															MODELO							
K	M	P													R	G	2	1	3	C	E	L
COMPRIMENTO(L)					ATENUAÇÃO EM 100 m (AL)					PERDAS NA LINHA (PL)					EFICIÊNCIA DA LINHA (η)							
35 , 0 m					4 , 2 dB					1 , 4 dB					0 , 7 1							

$\frac{-(PL)}{10}$

$$\text{Perdas na linha (PL)} = \underline{L \cdot AL}$$

Eficiência da linha ( $\eta$ ) = 10

100

## 8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

--

### 9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

--

## 10 – DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

**NOME COMPLETO**

R	O	N	A	L	D	O		D	E		A	N	D	R	A	D	E		M	A	R	T	I	N	S								
---	---	---	---	---	---	---	--	---	---	--	---	---	---	---	---	---	---	--	---	---	---	---	---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	--

ENDEREÇO

[illegible]

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

																		C	A	P	I	M			M	A	C	I	O			
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	---	---	---	---	--	--	---	---	---	---	---	--	--	--

CIDADE

UF

[illegible]

REG.CREA

## FORMAÇÃO

[illegible]

CEP

TELEFONE

[illegible]

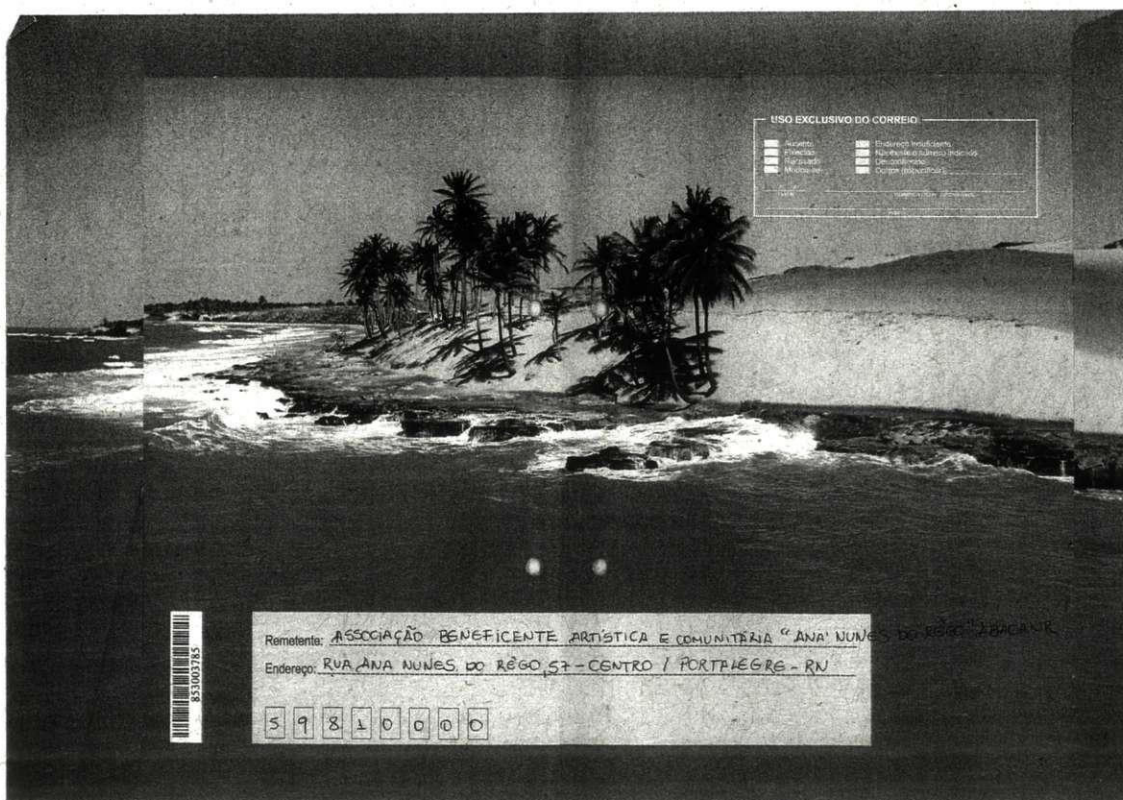
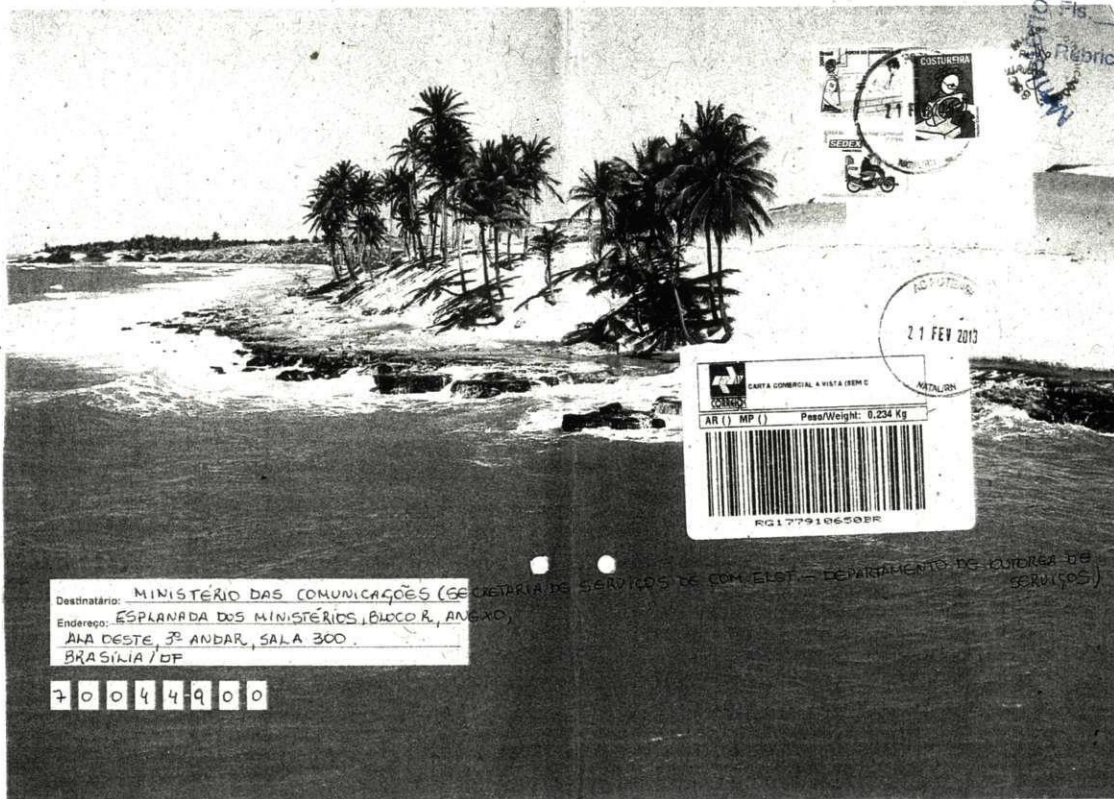
LOCAL

## DATA

A horizontal number line with 20 tick marks. The first 18 tick marks are labeled with integers from 1 to 18. The 19th tick mark is labeled with the fraction  $\frac{1}{2}$ , and the 20th tick mark is labeled with the fraction  $\frac{1}{4}$ .

ASSINATURA





**Ministério das Comunicações**  
**Secretaria de Serviço de Radiodifusão**  
**Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão**  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**



**Identificação do Processo**

Número: 53000.006952/2013 Localidade / UF: PORTALEGRE/RN  
Entidade: ASSOCIACAO BENEFICIENTE ARTISTICA COMUNITARIA ANA NUNES DO REGO  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

**Processo**

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

**2. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom FL. 03
- Certidão Negativa ANATEL FL. 04
- CNPJ válido e atual FL. 05
- OBS: cópia do RG e CPF FL. Só tem do João Paulo, mas sem CPF
- Estatuto atualizado ou cópia das alterações FL.
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada FL. 09
- Último relatório do Conselho Comunitário FL. Sem grade de programação
- O Estatuto Social FL. 11/32

**Pendências:**

- a) RG e CPF;
- b) Falta grade de programação;
- c) Atas de Eleição da Diretoria - lavradas no período de vigência da outorga;
- d) Estatuto Social
- d.1. Indicar entre seus objetivos sociais a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária;
- d.2. Acrescentar que a Entidade assegura o ingresso gratuito;
- d.3. Indicar a constituição do Conselho Comunitário.

**Pendências:**

*WALLACE S. PINHEIRO*

~~Pedro Luis Barreto Vianna Rocha~~





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0191/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº **53000.006952/2013-26**  
Processo de Outorga nº 53780.000329/1998

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA “ANA NUNES DO RÊGO”** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **PORTALEGRE / RN**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

II. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

III. Cópia do CPF de todos os dirigentes, conforme art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, alínea “e”, da Norma 1/2011;

IV. Grade de programação, bem como avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Rádio Fusão Comunitária, conforme exigência contida no subitem 20.3, alínea “h”, da Norma 1/2011;

V. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação de seu texto ao disposto na legislação vigente, a fim de:

- a) Indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme exigência contida no subitem 8.2, alínea “g”, da Norma 1/2011;



- b) Acrescentar que a entidade assegura o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, conforme exigência contida no subitem 8.3, alínea “b”, da Norma 1/2011;
- c) Indicar a constituição do Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, conforme exigência contida no subitem 8.2, alínea “k”, da Norma 1/2011.

## CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 16 de janeiro de 2014.



**WALLACE S. PINHEIRO**  
*Técnico de Nível Superior*

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0191/2014/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 17 de janeiro de 2014.



**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6177

Ofício nº 236 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 17 de Janeiro

de 2014.

Ao Senhor (À Senhora)

**MARIA MARQUIRE DANTAS DE FREITAS RÊGO**

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA  
“ANA NUNES DO RÊGO”

Rua Ana Nunes do Rêgo nº. 57 - Centro  
59.810-000 Portalegre – RN

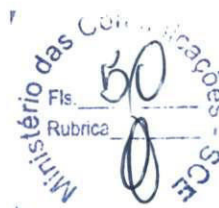
Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.006952/2013-26.**

Ao Senhor (À Senhora) Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.006952/2013-26**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **PORTALEGRE / RN**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 0191 / 2014, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6177

Ofício nº 61 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 08 de Janeiro de 2014.

Ao Senhor (À Senhora)

**MARIA MARQUIRE DANTAS DE FREITAS RÊGO**

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA  
“ANA NUNES DO RÊGO”**

Rua Ana Nunes do Rêgo nº. 57 - Centro  
59.810-000 Portalegre – RN

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000. 006952/2013-26.**

Ao Senhor (À Senhora)

Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000. 006952/2013-26**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **PORTALEGRE / RN**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 0045 / 2014, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.
3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

**ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Substituto





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 0045/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**  
Referência: Processo de renovação nº **53000.006952/2013-26**  
Processo de Outorga nº 53780.000329/1998

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA “ANA NUNES DO RÊGO”** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **PORTALEGRE / RN**.

---

**ANÁLISE**

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, solicitamos os documentos explicitados abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

II. Cópia do CPF de todos os dirigentes, conforme art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, alínea “e”, da Norma 1/2011;

III. A Entidade encaminhou o último Relatório do Conselho Comunitário. Entretanto, não fora encaminhado o relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como a avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Rádio Fusão Comunitária, conforme exigência contida no subitem 21.4.1 da Norma 1/2011;

IV. Além do mais, verificou-se a necessidade de que sejam encaminhadas as Atas de Eleição da Diretoria lavradas no período de vigência da outorga, conforme exigência contida no artigo 13, da Lei Nº 9.612, de fevereiro de 1988;

V. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação de seu texto ao disposto na legislação vigente, a fim de:

- a) Indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, conforme exigência contida no subitem 8.2, alínea "g", da Norma 1/2011;
- b) Acrescentar que a Entidade assegura o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço, conforme exigência contida subitem 8.3, alínea "b", da Norma 1/2011;
- c) Indicar a constituição do Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, conforme exigência contida no subitem 8.2, alínea "k", da Norma 1/2011.

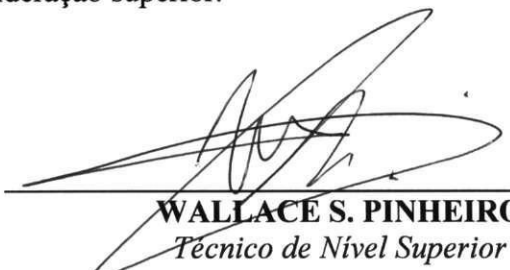
### CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.

Brasília, 06 de janeiro de 2014.



**WALLACE S. PINHEIRO**  
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 0045/2014/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 08 de janeiro de 2014.



**ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Substituto

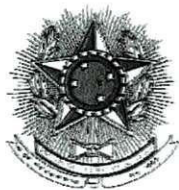
04

Ministério das Comunicações -  
Fls. 52  
Imprensa Pública

NA NUNES DO REG  
RN

Score  
133





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF  
(61) 3311-6177

Ofício nº 236 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 17 de Janeiro

de 2014.

Ao Senhor (À Senhora)

**MARIA MARQUIRE DANTAS DE FREITAS RÊGO**

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA  
"ANA NUNES DO RÊGO"

Rua Ana Nunes do Rêgo nº. 57 - Centro

59.810-000 Portalegre - RN

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.006952/2013-26.**

Ao Senhor (À Senhora) Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.006952/2013-26**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **PORTALEGRE / RN**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 0191 / 2014, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.

3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

  
**SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF  
(61) 3311-6177

Ofício nº 61 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 08 de Janeiro de 2014.

Ao Senhor (À Senhora)

**MARIA MARQUIRE DANTAS DE FREITAS RÊGO**

Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA  
"ANA NUNES DO RÊGO"**

Rua Ana Nunes do Rêgo nº. 57 - Centro  
59.810-000 Portalegre - RN

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000. 006952/2013-26.**

Ao Senhor (À Senhora)

Representante Legal,

2. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000. 006952/2013-26**, que trata da renovação da outorga concedida a esta entidade para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **PORTALEGRE / RN**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 0045 / 2014, que solicita apresentação de documentos necessários à instrução processual.

3. Comunicamos o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

4. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.

Atenciosamente,

**ERICK VINICIUS OLIVEIRA MORAIS**  
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Substituto

wsp/CGRC

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,  
Ed. Anexo Alta Oeste Sala 300  
7044-900 - Brasília - DF

70044-900



11 FEV 2014

AR

DH



Maria Marqure Dantas de Freitas Régo  
Ass. Benef. Artística Comunitária "Ana Nunes do Régo"  
Rua: Ana Nunes do Régo nº 57 - Centro  
59810-000 - Portalegre - RN



Ex-Rem 4 71

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA ANA NUNES DO RÊGO**

Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 – Centro – Portalegre-RN

CNPJ.: 02.863.836/0001-45



Ofício nº 008/2014

Portalegre-RN, em 29 de janeiro de 2014.

Ao Senhor

**SAMIR Amando Granja Nobre Maia**

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

BRASÍLIA-DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASIL - DF  
53000 007177/2014-66  
SEAP/SGC  
1702/2014-00 31

Assunto: Encaminha Documentação relativa à **Nota Técnica** do Ministério das Comunicações

Senhor Coordenador,

Em resposta ao ofício nº 236/2014/CGRC/SCE-MC, datado de 17 de janeiro pretérito, encaminhamos a Vossa Senhoria a documentação exigida pela Nota Técnica, que constatou pendências relativas à análise do Processo de Renovação de Outorga nº 53000.006952/2013-26, quais sejam:

- I – Prova de que os diretores da entidade são brasileiros natos com idade superior a 18 anos e cópias de seus documentos pessoais (RG ou Certidão de Nascimento) – Anexo 1;
- II – Cópia do Cadastro de Pessoa Física de todos os Dirigentes (Anexo 1);
- III – Relatório Resumido, contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Anexo 2);
- IV – Atas de Eleições da Diretoria lavradas no período de vigência da outorga. (anexo 3);
- V – Reforma no Estatuto Social para Adequação de seu texto ao disposto na legislação (Norma 1/2011), com as seguintes alterações:

- a) Executar Serviço de Radiodifusão Comunitária;
- b) Assegurar o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço e
- c) Indicar a constituição do Conselho Comunitário, nos termos da Lei nº 9.612/1998. (Ata e Estatuto Reformado). Anexo 4.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, elevamos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

  
**Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo**

PRESIDENTE

CPF.: 406.535.954-68

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA ANA NUNES DO RÊGO**

Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 – Centro – Portalegre-RN

CNPJ.: 02.863.836/0001-45



Ofício nº 008/2014

Portalegre-RN, em 29 de janeiro de 2014.

Ao Senhor

**SAMIR Amando Granja Nobre Maia**

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

BRASÍLIA-DF

Assunto: Encaminha Documentação relativa à **Nota Técnica** do Ministério das Comunicações

Senhor Coordenador,

Em resposta ao ofício nº 236/2014/CGRC/SCE-MC, datado de 17 de janeiro pretérito, encaminhamos a Vossa Senhoria a documentação exigida pela Nota Técnica, que constatou pendências relativas à análise do Processo de Renovação de Outorga nº 53000.006952/2013-26, quais sejam:

- I – Prova de que os diretores da entidade são brasileiros natos com idade superior a 18 anos e cópias de seus documentos pessoais (RG ou Certidão de Nascimento) – Anexo 1;
- II – Cópia do Cadastro de Pessoa Física de todos os Dirigentes (Anexo 1);
- III – Relatório Resumido, contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Anexo 2);
- IV – Atas de Eleições da Diretoria lavradas no período de vigência da outorga. (anexo 3);
- V – Reforma no Estatuto Social para Adequação de seu texto ao disposto na legislação (Norma 1/2011), com as seguintes alterações:

- a) Executar Serviço de Radiodifusão Comunitária;
- b) Assegurar o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço e
- c) Indicar a constituição do Conselho Comunitário, nos termos da Lei nº 9.612/1998. (Ata e Estatuto Reformado). Anexo 4.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, elevamos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

  
**Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo**  
PRESIDENTE  
CPF.: 406.535.954-68

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMARCA DE PORTALEGRE-RN  
CARTÓRIO ÚNICO

Cartório Único, sito à Praça Cel. Vicente do Rego Filho, 12, Centro Portalegre-RN, CEP: 59810-000, Fone 84-3377-2005

E-mail-bernadeteregonunes@gmail.com, fgdamascena@gmail.com e genilsondamascena@gmail.com



## CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS

CERTIFICO, em razão do meu ofício e parte interessada, que revendo os livros deste Cartório Único do Registro de Pessoas Jurídicas da cidade de Portalegre – Estado do Rio Grande do Norte, constatei que em data de 04 de Fevereiro de 2014, no Livro 03, folhas 111, sob o nº 243, foi registrada o **ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTISTICA COMUNITÁRIA ANA NUNES DO RÊGO - ABACANR.** realizado em 29/01/2014; onde foi presidente a Sra. **MARIA MARQUIRE DANTAS DE FREITAS RÊGO** e Tesoureiro o Sr. **FRANCISCO FABIANO VIANA DE MOURA.** O referido é verdade, do que dou fé.

Portalegre – RN, 04 de Fevereiro de 2014.

  
FRANCISCO GENILSON DAMASCENA  
Tabelião Público Substituto  
CPF 664.648.544-03





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMARCA DE PORTALEGRE-RN  
CARTÓRIO ÚNICO

Cartório Único, sito à Praça Cel. Vicente do Rego Filho, 12, Centro Portalegre-RN, CEP: 59810-000, Fone 84-3377-2005

E-mail-bernadeteregonunes@gmail.com, fgdamascena@gmail.com e genilsondamascena@gmail.com



## CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS

CERTIFICO, em razão do meu ofício e parte interessada, que revendo os livros deste Cartório Único do Registro de Pessoas Jurídicas da cidade de Portalegre – Estado do Rio Grande do Norte, constatei que em data de 04 de Fevereiro de 2014, no Livro 03, folhas 111, sob o nº 243, foi registrada a **ATA DE DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA COM OBJETIVO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA, E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO CIVIL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTISTICA COMUNITÁRIA ANA NUNES DO RÊGO - ABACANR E ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL E COMUNITÁRIO**. Ata realizada em 29/01/2014; onde foi presidida a reunião pelo o Sr. **JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO** e secretariado o Sr. **JOSÉ ADALBERTO NUNES RÊGO**. O referido é verdade, do que dou fé.

Portalegre – RN, 04 de Fevereiro de 2014.

  
FRANCISCO GENILSON DAMASCENA  
Tabelião Público Substituto  
CPF 864.648.544-23





# **ANEXO I**

## **COPIAS DE DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES**



## **D E C L A R A Ç ã O**

Eu, **Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo**, na qualidade de representante legal da Associação Beneficente Artística e Comunitária "Ana Nunes do Rêgo-ABACANR", declaro, para os devidos fins, que os Diretores da Rádio FM Portalegre 104.9 são brasileiros natos com idade superior a 18 anos, conforme relação nominal abaixo e documentação comprobatória anexa:

Presidente – **Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo** – RG.: 612.027-SSP/RN;

Vice-Presidente – **João Paulo Viana de Moura** – RG.: 2.462.962-SSP/RN;

Secretário: **Charles de Souza Marinho** – RG.: 2.519.498-SSP/RN;

Tesoureiro: **Francisco Fabiano Viana de Moura** – RG.: 2.360.130-SSP/RN.

### **CONSELHO FISCAL**

**Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca** – RG.: 1.870.343-SSP/RN

**Círios Vannuci de Souza** – 001.937.027-SSP/RN

**Francisco Edielson** – RG.: 423.758-SSP/RN

**Raimundo Nonato Gomes de Lima** – RG.: 1.652.365 – SSP/RN

**Francisco Salatiel Santos Fonsêca** – RG.: 2.442.076 – SSP/RN

### **CONSELHO COMUNITÁRIO**

**Erivon Maia de Oliveira** – RG.: 2.426.464-92 – SSP/CE

**Raimundo Nonato Viana de Oliveira** – RG.:

**Antônio Luciane Holanda Diógenes** – RG.: 1.850.027

**Expedito Gomes de Lira** – RG.: 096.018 – SSP/RN

**Francisco Josenildo da Silva** – RG.: 2807376-SSP/RN

A presente declaração é a expressão da verdade. Dou fé.

Portalegre-RN, 29 de janeiro de 2014.

  
**Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo**

CPF.: 406.535.954-68





# DIRETORIA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 612.027 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/07/2010

NOME MARIA MARQUIRE DANTAS DE FREITAS REGO

FILIAÇÃO EUGENIO CEZARIO DA SILVA  
JOSINA FERNANDES DA SILVA

NATURALIDADE UMARIZAL RN DATA DE NASCIMENTO 24/06/1964

DOC. ORIGEM CERY. DE CASAMENTO L-216 F-37 RG-13616  
NATAL - RN-4 CARTORIO

CNP 406.635.954-68  
2a. VIA

ASSINATURA DO TITULAR  
CRISTIANE RUIZARA DE SOUZA DANTAS

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério das Comunicações - 06/07/2010

TRIBUTOS DE RENDAS

SELO DE AUTENTICIDADE 392.615/0001-12

ANOREG-RN

AUTENTICAÇÃO Francisco Senilson Damascena Substituto

AKN 022410

Portalegre/Rio Grande do Norte

CARTÓRIO ÚNICO

CNPJ 08.392.615/0001-12

A presente cópia é a reprodução fiel do original DOU FE.

Portalegre/RN, 25 de 02 de 2014

Francisco Senilson Damascena Substituto

CPF 664.648.544-53



**Ministério da Fazenda**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**

Comprovante de Situação Cadastral no CPF



Nº do CPF: 406.535.954-68

Nome da Pessoa Física: MARIA MARQUIRE DANTAS DE FREITAS REGO

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **10:37:15** do dia **07/02/2014** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **E046.20AB.163C.A538**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

C.G.C. 08.459.224/0001-78

**MARIA DE FÁTIMA REBOUÇAS SAMPAIO**

CPF 107.920.664-72

**TABELA E OFICIAL DE REGISTRO CIVIL**  
Av. Tavares de Lira, 83 – Fone: 222-9180  
CEP 58.010 – NATAL - RIO GRANDE DO NORTE



**1: ZONA DA COMARCA DE NATAL**

1: HUGO FRANCO SAMPAIO

### Substitutos

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
RIO GRANDE DO NORTE**

Selo de Autenticidade: 392.615/0001-12

**ANOREG-RN**

AUTENTICAÇÃO

**AKN 022411**

**PORTAL REGRISTRO ÚNICO**

Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes  
Escrivã e oficial do Registro  
Civil e Preferido Titular

**Francisco Genilson Damascena**  
Substituto

**Portalegre/Rio Grande do Norte**

**CARTÃO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12 **AUTENTICAÇÃO**

A presente cópia é a reprodução fiel do original DOU FÉ.

Portalegre/RN, 13 de 02 de 2014

Maria Beatriz de Mello e Silva  
 Francisco Genesio de Mello

Cartório do Registro Civil da 1ª Zona de Natal-RN, 29 de Janeiro de 1993

#### 4º. Ofício de Notas

Maria de Fátima Rebouças Sampaio

Extraída por: CUF - 107920664-72  
Hugo Franco Sampaio

CPF - 108.424.544 - 20

Não contém emendas ou razuras

Volume de Processo Digitalizado Renovação (0090389)

SEI 53000.006952/2013-26 / pg. 69



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.462.962 DATA DE EXPEDIÇÃO 22.03.2003

NOME **JOÃO PAULO VIANA DE MOURA**

FILIAÇÃO **Luiz Gonzaga de Moura**  
**Maria Edilma Viana de Moura**

NATURALIDADE **Portalegre-RN** DATA DE NASCIMENTO **29.01.1988**

DOC. ORDEM **C/NASC. NR 3.623 Liv. A-04 Fls. 247vº**  
**Cart. Único de Portalegre-RN**

CPF

**Eliege S. Oliveira Ferreira**  
**Coordenador da COID**  
**ITEP**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**RIO GRANDE DO NORTE**  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

**POLEGAR DIREITO**

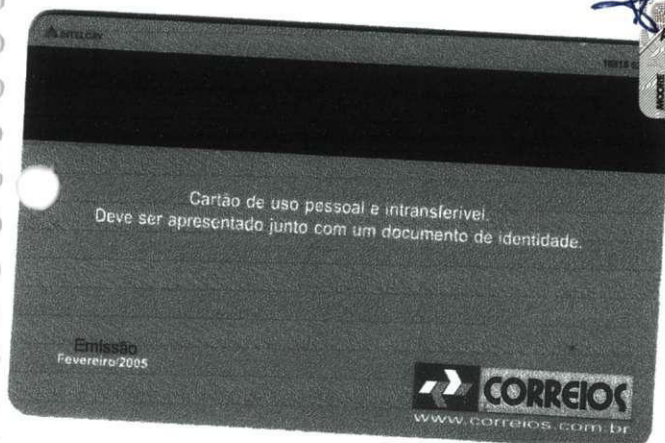
**Comunicado**

**JOÃO PAULO VIANA DE MOURA**  
ASSINATURA DO TITULAR

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**



**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITA

*Charles Souza Marinho*  
ASSINATURA DO TITULAR

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**  
MODELO FORMULARIO 3-A

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.519.498  
Filiação 06.10.2003

NOME **Charles Souza Marinho**  
FILIÇÃO **Antonio de Freitas Marinho**  
**Maria Gorete de Souza Oliveira**

São Paulo-SP  
NATURALIDADE 16.02.1991  
DATA DE NASCIMENTO

C/Nasc.nº 173.575 Fls.156v\* Lv.  
DOC. ORIGEM A-288 Cart. de São Paulo-SP

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR  
LEINº 7.116 DE 29/08/83  
COORD. DE IDENT. CIVIL E CRIMINAL  
TEP/RN

**TO VACINADO**  
**BRASIL**  
**LIVRE**  
**DA RUÍÇA**

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de Inscrição  
**084.687.814-36**

Nome  
**CHARLES SOUZA MARINHO**

Nascimento  
**16/02/1991**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE  
Selo de Autenticidade

**CARTÓRIO ÚNICO**  
08.392.615/0001-12

**Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes**  
Escrivã e oficial do Registro  
Civil e Protesto de Títulos

**Francisco Genilson Damascena**  
Substituto

ANOREG-RN

AUTENTICAÇÃO  
AKN 022414

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão  
Agosto/2006

**CORREIOS**  
www.correios.com.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE  
Selo de Autenticidade

**CARTÓRIO ÚNICO**  
08.392.615/0001-12

**Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes**  
Escrivã e oficial do Registro  
Civil e Protesto de Títulos

**Francisco Genilson Damascena**  
Substituto

ANOREG-RN

AUTENTICAÇÃO  
AKN 022415

Portalegre/Rio Grande do Norte

**CARTÓRIO ÚNICO** AUTENTICAÇÃO  
CNPJ 08.392.615/0001-12

A presente cópia é a reprodução  
fiel do original DOU FÉ.

Portalegre/RN, 31 de 02 de 2014

*Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes* Tabelião Pública  
*Francisco Genilson Damascena* Substituto

**FRANCISCON DAMASCENA**  
Tabelião Substituto  
CPF 664.648.544-53



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.360.130 DATA DE EXPEDIÇÃO 12.03.2002

NOME FRANCISCO FABIANO VIANA DE MOURA

FILIAÇÃO Luiz Gonzaga de Moura Maria Edilma Viana de Moura

Portalegre-RN 01.08.1985

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

C/Nasc. Nº 2.937 Liv. A-04 Fls. 76 do 2º Cart. de Portalegre-RN

DOC. ORGEM

CPF Hannellore Grace Souza dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 30/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

Polígono DIREITO

Rubrica

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão Fevereiro/2005

**CORREIOS**  
www.correios.com.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

Selo de Autenticidade

ANOREG-RN

AUTENTICAÇÃO

AKN 022416

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12

Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes

Escritório Oficial do Registro Civil e Protesto de Títulos

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

**072.749.234-98**

Nome

**FRANCISCO FABIANO VIANA DE MOURA**

Nascimento

**01/08/1985**

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12

A presente cópia é a reprodução fiel do original DOU FÉ.

Portalegre/RN, 11 de 02 de 2014

Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes

Francisco Genilson Damascena Substituto

CPF 664.648.544-53

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

Selo de Autenticidade

ANOREG-RN

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12

Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes

Escritório Oficial do Registro Civil e Protesto de Títulos

Francisco Genilson Damascena Substituto

Portalegre/Rio Grande do Norte



# CONSELHO FISCAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

POLGAR DIREITO

*Francisco Antonio de Sousa Santos Fonseca*

CARTeira DE IDENTIDADE

Ministério das Comunicações - SCE

Fls. 70

Rubrica

TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

Selo de Autenticidade

ANOREG-RN

AUTENTICACAO

AKN 022418

**CARTÓRIO ÚNICO**

CNPJ 08.392.615/0001-12

Maria Bernadete Nunes Régio Gomes

Escrivã e oficial do Registro

Protesto de Títulos

Francisco Genilson Damascena

Substituto

Portalegre/Rio Grande do Norte

**CARTÓRIO ÚNICO**

CNPJ 08.392.615/0001-12

**AUTENTICACAO**

A presente cópia é a reprodução fiel do original DOU FÉ.

Portalegre/RN, 11 de 02 de 2014

Maria Bernadete Nunes Régio Gomes - Tabelião Pública

Francisco Genilson Damascena - Tabelião Público Substituto

**FCO. GENILSON DAMASCENA**

Tabelião Substituto

CPF 664.642.644-63

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

001.427.343

29/02/2008

FRANCISCO ANTONIO DE LIMA SANTOS FONSECA

ELIZABETH DANTAS DOS SANTOS FONSECA

PORTALEGRE RN

10/12/1982

CERT. DE NASCIMENTO L. 013 F-75 RG-2236

PORTALEGRE RN-UNICO CARTORIO

CPF 051.427.304-48

2a. VIA

FABRICIO DE MORAES DANTAS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

*Cirios Vannuci de Souza Ferreira*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério das Comunicações - SCE  
Fls. 71  
Rubrica

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
RIO GRANDE DO NORTE  
Selo de Autenticidade

ANOREG-RN

**CARTÓRIO ÚNICO**  
AUTENTICAÇÃO  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
Maria Bernadete Nunes Reis Gomes  
Tabelião, Escrivã e oficial do Registro  
Civil e Protesto de Títulos  
Francisco Genilson Damascena  
Substituto  
Portalegre/Rio Grande do Norte

**CARTÓRIO ÚNICO** AUTENTICAÇÃO  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
A presente cópia é a reprodução  
fiel do original DOU FÉ.  
Portalegre/RN, 41 de 02 de 2014

Maria Bernadete Nunes Reis Gomes - Tabelião Pública  
Francisco Genilson Damascena - Substituto  
Tabelião Substituto  
CPF 364.648.544-53

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL  
NOME 001.937.027 DATA DE EXPEDIÇÃO 05/12/2001

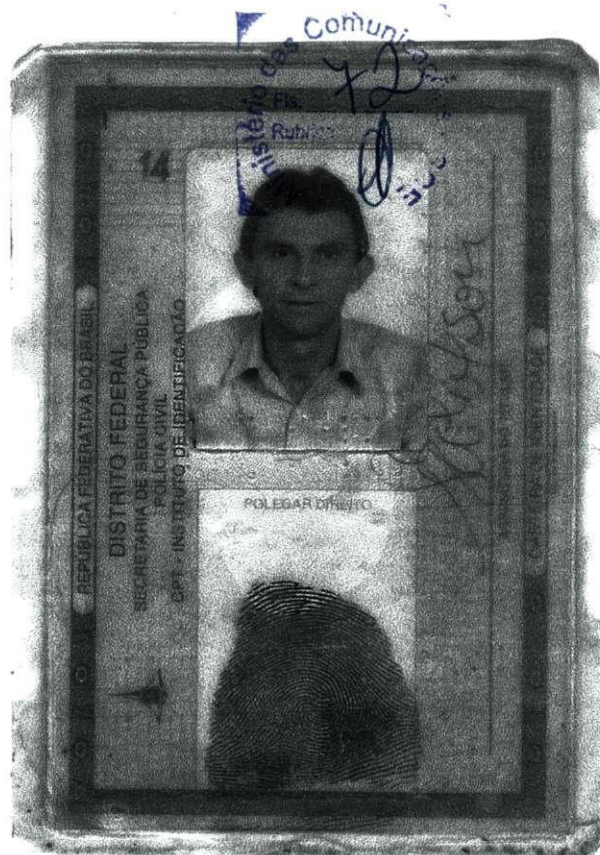
FILIAÇÃO CIRIOS VANNUCI DE SOUZA FERREIRA

RANULFO FERREIRA  
JOANA DE SOUZA LOPES FERREIRA  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

MOSSORO RN 06/11/1981  
DOC. ORIGEM NASCIM L0101 F-237 RG-020284

MOSSORO RN 02 CARTÓRIO  
CPF 012.755.714-84/... 131100 0

2 VIA José Guido Silveira  
SUB COORD. REGIONAL  
LEP/MOSSORO RN





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

**TÔ VACINADO**

POLEGAR DIREITO

*Francisco Salatiel Santos Fonsêca*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério das Comunicações - SCE  
Fls. 73  
Rubrica

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
Maria Bernadete Nunes Reis Gomes  
Tabeliã, Escrivã e oficial de Registro  
Civil e Protesto de 1990 em RN  
Francisco Genilson Damascena  
Substituto  
Portalegre/Rio Grande do Norte

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
RIO GRANDE DO NORTE  
Selo de Autenticidade

1 AKN 022421

**CARTÓRIO ÚNICO AUTENTICAÇÃO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
A presente cópia é a reprodução  
fiel do original DOU FÉ.  
Portalegre-RN de 02 de 2014

Maria Bernadete Nunes Reis Gomes - Tabeliã Pública  
Francisco GENILSON DAMASCENA  
Tabelião Substituto  
CPF 664.648.544-53

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.442.076 DATA DE EXPEDIÇÃO 25.11.2002

NOME FRANCISCO SALATIEL SANTOS FONSÊCA

FILIAÇÃO Eugenio Parcelli Paulo Fonsêca  
Elizabeth Dantas dos Santos Fonsêca

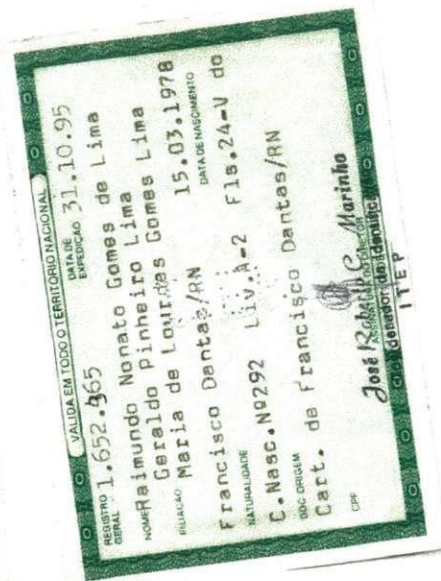
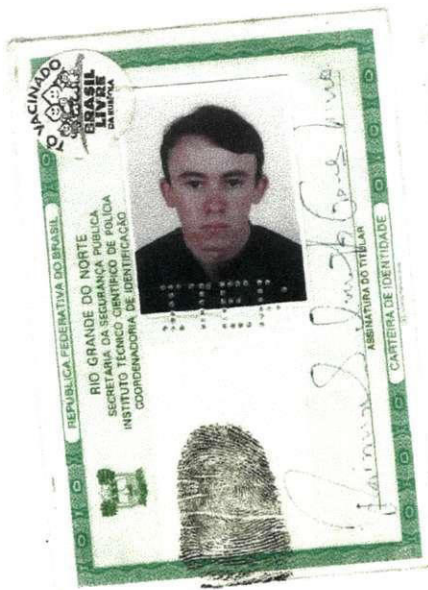
NATURALIDADE Portalegre-RN DATA DE NASCIMENTO 16.12.1983

DOC. C/GEN. C/NASC. Nº. 2.429 Liv. A-03 Fls. 148vº  
2º Cart. Portalegre-RN

CPF 052.821.024-63

Dr. Jossimar Pereira  
Diretor de Registro de 09/11/83





Ministério das Comunicações  
Fls. 74  
Rubrica

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
RIO GRANDE DO NORTE  
Selo de Autenticação  
ANOREG-RN  
AUTENTICAÇÃO  
LAKN 022422015  
CARTÓRIO ÚNICO  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
Bernadete Nunes Rêgo Gomes  
Escrivã e oficial do Registro  
Civil e Protesto de Títulos  
Genilson Damascena  
Substituto  
Portalegre/Rio Grande do Norte

CARTÓRIO ÚNICO AUTENTICAÇÃO  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
A presente cópia é a reprodução  
fiel do original DOU FÉ.  
Portalegre/RN, 11 de 02 de 2014  
Bernadete Nunes Rêgo Gomes - Tabeliã Pública  
Genilson Damascena - Tabelião Público Substituto  
Tabelião Substituto  
CPF 664.648.544-53



# CONSELHO COMUNITÁRIO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2426464/92 DATA DE EXPEDIÇÃO 11.08.92

NOME **ERIVON MAIA DE OLIVEIRA**

FILIAÇÃO **Antonio Jorge Maia**  
**Edila Moura de Oliveira**

NATURALIDADE **Água Nova-RN** DATA DE NASCIMENTO **19.08.74**

DOC. ORIGEM **Cert. Nasc. Nº 7613, Lv. A-35, Fls. 25**  
**Cartório de Pau dos Ferros-RN**

CPF \*\*\*  
FORTALEZA-CE

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério das Comunicações - SCS

Fls. 76

Rubrica

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

**CARTÓRIO ÚNICO**

CNPJ 08.392.615/0001-12

ANOREG-RN

AUTENTICAÇÃO

**AKN FOR 2423**

**Francisco Damascena**  
Substituto  
Portalegre/Rio Grande do Norte

**Wu res Régio Gomes**  
Civil e Protesto de Títulos

**CARTÓRIO ÚNICO** AUTENTICAÇÃO

CNPJ 08.392.615/0001-12

A presente cópia é a reprodução fiel do original DOU FE.

Portalegre/RN, 11 de 02 de 2014

**Francisco Damascena**  
Substituto  
Tabelião Público

CPF 664.648.544-53

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

CARTÃO DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR **Erivon Maia de Oliveira**

POLEGAR DIREITO

**Erivon Maia de Oliveira**



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 953055 2.VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 01/04/2006

NOME RAIMUNDO NONATO VIANA DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO SANDOVAL RAPOSO DE OLIVEIRA TERESINHA VIANA DE OLIVEIRA

NATURALIDADE PORTALEGRE RN DATA DE NASCIMENTO 04/08/1971

DOC. ORIGEM CERT.NASC.No.358 L.1 F.76 PORTALEGRE RN 779.493.824-49

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério das Comunicações

Fls. 27

Rubrica

**CARTÓRIO ÚNICO**

CNPJ 08.392.615/0001-12

Selo de Autenticação Bernadete Nunes Rêgo Gomes

Tabella, Escrivã e oficial do Registro Civil e Protesto de Títulos

Francisco Genilson Damascena Substituto

ANOREG-RN

AUTENTICAÇÃO

AKN 02242

**CARTÓRIO ÚNICO**

CNPJ 08.392.615/0001-12

**AUTENTICAÇÃO**

A presente cópia é a reprodução fiel do original DOU FÉ.

Portalegre/RN, 11 de 02 de 2014

Assinatura de Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes, Tabella Pública

Assinatura de Francisco Genilson Damascena, Substituto

CPF 364.648.544-56

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO

REPÚBLICA DE PORTUGAL

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

REGISTRO: 096.018  
DATA DE EXPEDIÇÃO: 10/05/2007

**ESPEDITO GOMES DE LIMA**

FILIAÇÃO: SEBASTIÃO GOMES DE LIMA  
MÁRIA DAS MENDES FARIAS

NATURALIDADE: POUJOIR

DATA DE NASCIMENTO: 04/11/1947

DOC. ORDEM CERT. DE CAS-DIV L-B1 F-81 RG-988

EDUARDO GOMES - RN-2 CARTÓRIO

0411.024.874-68

3a. VIA

FÁSILO ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**RIO GRANDE DO NORTE**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**

**INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA**

**COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO**

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

Ministerio das Comunicações

Rubrica

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO

**CARTÓRIO ÚNICO**

2.615/0001-12

Selo de Autenticação

Maria Bernadete Nunes Régio Gomes

Secretária e oficial do Registro

Protesto de Títulos

Francisco Genilson Damascena

Substituto

Portalegre/RN

ANOREG-RN

AUTENTICAÇÃO

AKN 022425

**CARTÓRIO ÚNICO**

CNPJ 08.392.615/0001-12

**AUTENTICAÇÃO**

A presente cópia é a reprodução fiel do original DOU FÉ.

Portalegre/RN, 11 de 02 de 2016

Maria Bernadete Nunes Régio Gomes

Francisco Genilson Damascena

Substituto



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

1.850.027

DATA DE EXPEDIÇÃO 27.02.1997

NOME ANTONIO LUCIANI HOLANDA DIÓGENES

FILIAÇÃO Francisco Diógenes Rêgo

Maria das Graças Holanda

Portalegre-RN

DATA DE NASCIMENTO 17.02.1980

C/Nasc. nº 1.588 LIV-A-2 Fls 237

2º Cartório de Portalegre-RN.

*Rosemary A. Santos Santiago*

Substituta

CPF

79 Foes

TO VACINADO

BRASIL LIVRE DA RUBÉOLA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

Selo de Autenticidade

CARTÓRIO ÚNICO

CNPJ 08.392.615/0001-12

ANOREG-RN

Bernadete Nunes Rêgo Gomes

Escrivã e oficial do Registro Civil e Protesto de Títulos

Francisco Genilson Damascena

Substituto

Portalegre/Rio Grande do Norte

AUTENTICAÇÃO

AKN 022426

CARTÓRIO ÚNICO

CNPJ 08.392.615/0001-12

AUTENTICAÇÃO

A presente cópia é a reprodução fiel do original DOU FÉ.

Portalegre/RN, 11 de 02 de 2014

*[Assinatura]*

Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes - Tabeliã Pública

Francisco Genilson Damascena - Tabelião Substituto

Tabelião Substituto

CPF 364.648.544-63



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO




*Francisco Joseilson da Silva*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.108.896 DATA DE EXPEDIÇÃO 11.08.1999

NOME FRANCISCO JOSENILDO DA SILVA

FILIAÇÃO José Matias da Silva  
Francisca Lucia

Alexandria-RN Rubrica 16.08.1982  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

C/Nasc. Nº 1.500 Liv. Nº 03 Fls. 142 V  
DOC. ORIGEM do Cart. de Taboleiro Grande-RN

CPF 009.410.134-56

M. Fátima Ximenes de Almeida  
ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE  
Selo de Autenticação

ANOREG-RN

AUTENTICAÇÃO

AKN 022427

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12

Mariadete Nunes Régio Gomes  
Escrivã e oficial do Registro Civil e Protesto de Títulos

Francisco Genilson Damascena  
Substituto

Portalegre/Rio Grande do Norte

**CARTÓRIO ÚNICO** AUTENTICAÇÃO  
CNPJ 08.392.615/0001-12

A presente cópia é a reprodução fiel do original DOU FÊ.

Portalegre/RN, 11 de 02 de 2014

*Maria Bernadete Nunes Régio Gomes* - Tabeliã Pública  
*Francisco Genilson Damascena* - Tabelião Público Substituto

FCO. GENILSON DAMASCENA  
Tabelião Substituto  
CPF 664.648.544-53



## **ANEXO II**

# **GRADE DE PROGRAMAÇÃO**

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO"**

**ABACANR"**

Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 – Centro – Portalegre-RN

CNPJ.: 02.863.836/0001-45



A emissora de rádio "FM Portalegre", 104,9mhz, veículo de comunicação pertencente a esta entidade, cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constitucional Federal.

Desde sua criação, a emissora não veiculou nenhuma publicidade com o objetivo de obtenção de lucros, ficando ressalvados os casos de apoio cultural. Ela reserva um percentual, mínimo, de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

A Rádio "FM Portalegre" cumpre seus objetivos estatutários e os aos quais se propôs desde sua manifestação de interesse em explorar os serviços de radiodifusão comunitária.

Sua GRADE DE PROGRAMAÇÃO é composta das seguintes atrações:

**Segunda a sexta-feira**

6h às 7h – Programa 'Manhã de Luz' (Igreja Católica);

7h às 8h – Programa Manhã Sertanejo;

8h às 12h – Show da Manhã;

12 às 13h – 104 Comunidade (Notícias);

13h às 14h – Espaço reservado às Igrejas Evangélicas;

14h às 16h – Programa Tarde Legal;

16h às 18h – Forrozão de Portalegre;

18h às 19h – Programa de Entrevista;

19h às 20h – A Voz do Brasil;

20h às 21h – Programação Musical.

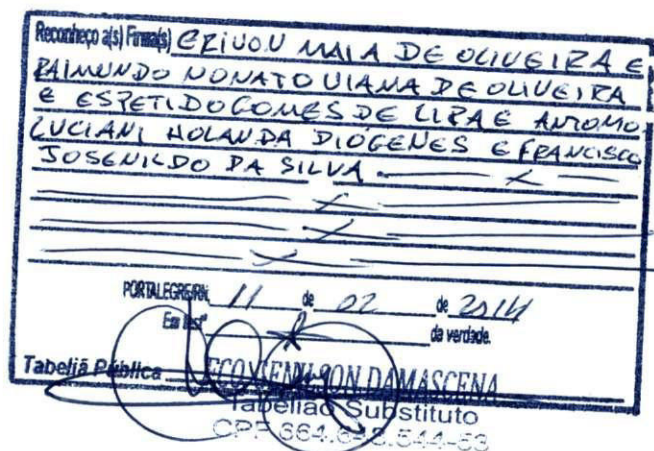
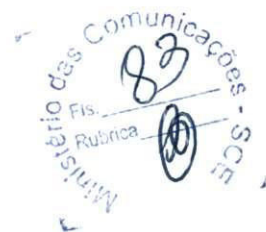
**Sábado:**



6h às 8h – Programa Musical;  
 8h às 12h – Conexão 104;  
 12h às 13h – Espaço reservado às Igrejas Evangélicas;  
 13h às 15h – 104 Comunidade (Notícias e Entrevistas);  
 15h às 18h – Programa ‘As Melhores da Semana’;  
 18h às 18h30min – ‘A Hora do Anjo’;  
 18h30min às 21h – Programação Musical.

### Domingo:

6h às 8h – Programa Musical;  
 8h às 9h30min – Transmissão da Santa Missa;  
 9h30min às 12h30min – Conexão 104  
 12h30 às 13h – ‘Prosa Rural’ (Programa da EMBRAPA);  
 13h às 21 – Programação Musical.



Portalegre-RN, 29 de janeiro de 2014.

*Regras e regras de Oliveira*

Paróquia de Portalegre – DSLM

CNPJ: 08.264.111/0025-94

*Raimundo N. V. de Oliveira*

Ass. Jovens Padre Dário Tórboli

CNPJ: 07.759.080/0001-02

*Ass Cultural e esportiva Portalegrense*

Ass Cultural e esportiva Portalegrense

CNPJ: 08.549.875/0001-59

*Grupo Cultural Arraiá da Juventude*

Grupo Cultural Arraiá da Juventude

CNPJ: 08.600.195/0001-61

*Francisco José de Silva*

Ass. Comunitária dos Agricultores Familiares do Sítio Serrinha

CNPJ: 07.559.540/0001-59





## **ANEXO III**

# **ATAS DAS ELEIÇÕES DA DIRETORIA NO PERÍODO DE VIGENCIA**



ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BENE-  
FICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO".

Reuniram-se aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sede própria, sito à Rua Ana Nunes do Rêgo, número cinquenta e sete, na cidade de Portalegre Estado do Rio Grande do Norte os senhores: José Adalberto Nunes Rêgo, José Augusto de Freitas Rêgo, Antônio Nunes do Rêgo, Boanerges de Freitas Barreto Filho, Zenobio Rêgo, João Nunes Júnior, José de Aymatêia Magalhães Júnior, Zenobio do Rêgo Filho, Túlio de Oliveira Gomes, Lina Maria Paiva Diógenes Rêgo, Maria do Rêgo Neto, Bety Rêgo Barreto, Ana Gleice, de Freitas Souza, Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes, Marcos Aurélio de Paiva Rêgo, João Bosco da Fonseca, Raimundo de Freitas Júnior, Elismar Rêgo Paiva, Luis Gonzaga Barreto, Espedita Nunes Rêgo, Rui Nunes Rêgo, Elpidio de Souza Rêgo, Jane Evane Ribeiro Rêgo, Boanerges de Freitas Barreto, Maria Delta de Dias Rêgo, Maria Jélio Rêgo, Francisca Tertulino de Freitas, Francisca Benura Pinheiro Nunes, Francisca Sandregenis de Castro Rêgo Magalhães, José Gleuber Pereira Paiva, Luizgand Rêgo, César Gabriel de Queiroz, Agácio Rocha Filho, João Turibio do Nascimento, Maria Salete Nunes do Rêgo, Leonardo Nunes do Rêgo, Antônio Cláudio Alves, José César Rocha, Francisco Fabiano Soares Raimundo Magno Rêgo, Renata Maria Virgínia Nunes Rêgo, Cícero Alexandre Pereira e Maria Marquize Dantas de Freitas Rêgo,



10/11/13

86  
Rubrica  
Sistema das Comunicações

fundadores da Associação que se funda da neste ato sob a denominação ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO" (ABACANR). Foram designados os Srs: Ciena Maria Paiva Diógenes Rêgo e Boamergeres de Freitas Barreto Filho para dirigir os trabalhos. Em primeiro lugar foi colocada em apreciação e votação a escolha do nome da referida Associação como também o estatuto social. A votação procedeu normalmente sendo os dois itens aprovados por unanimidade, em seguida foram escolhidos por votação os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, como também a Diretoria Executiva, com mandato de dois anos que ficaram assim constituídos: a) CONSELHO DELIBERATIVO: Presidente - Boamergeres de Freitas Barreto Filho; Secretária - Francisca Benina Pinheiro Nunes; Membros: Elismar Rêgo Paiva e João Bosco da Fonseca. Suplentes: Agostinho Rocha Filho e César Gabriel de Queiroz. b) CONSELHO FISCAL: Presidente - Leonarido Nunes Rêgo; Secretário - Francisca Sandregenis de Castro Rêgo Magalhães. Membros: Raimundo Magno Rêgo e Benôbio do Rêgo Filho. Suplentes: José de Arimatéia Magalhães Júnior e Raimundo de Freitas Junior. c) DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente - José Adalberto Nunes Rêgo; Vice-Presidente - José Augusto de Freitas Rêgo; Secretária - Ciena Maria Paiva Diógenes Rêgo; Tesoureira - Maria



Marques Aurélio de Paiva Rêgo; Segundo Tesoureiro - João Nunes Júnior. Sem mais assuntos a tratar, a senhora Lina Maria Paiva Diógenes Rêgo que presidiu a reunião, deu a mesma por encerrada e lavrou a presente ata que assina juntamente com os sócios fundadores e demais presentes.

01. Lina Maria Paiva Diógenes Rêgo (Secretária)
02. José Adelberto Nunes Rêgo (Presidente)
03. ~~Francisco~~ *(Vice-Presidente)*
04. ~~Monica~~ *Francisco de Paiva Rêgo*
05. ~~Arbustino~~
06. Humberto Rêgo.
07. Maria do Rêgo Neto.
08. Espedita Nunes Rêgo
09. ~~Muruges de Freitas Barreto~~
10. Bety Ligo Lages
11. Ana Glécia de Freitas Souza Barreto
12. ~~Renata Maria~~ *Virgínia Maria Rêgo.*
13. Francisco Lenira Pinheiro Nunes
14. ~~Francisca~~ *Francisca Sandraginis de L. Rêgo Nayselhaes*
15. José CEZAR ROCHA
16. José Gênes Paiva.
17. João Bosco da Faria
18. Raimundo de Freitas Júnior
19. Antonio Claudio Alves
20. Francisco Fabiano Soares
21. Tullio de Almeida Gomes.
22. Luiz Gonzaga Rêgo
23. Elismar Rêgo Paiva
24. Francisca Tertulina de Freitas
25. Maria Benedita Nunes Rêgo Gomes
26. ~~Aguiar~~ *Aguiar Silva*
27. ~~Aguiar~~

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 - Portalegre/RN



**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24/06/2004.**

Reuniram-se aos vinte quatro dias do mês de junho de dois mil e quatro, às 08:00 horas na Sede da Associação Beneficente Artística Comunitária "ANA NUNES DO RÊGO", situada a Rua Ana Nunes do Rêgo Nº 57, Centro de Portalegre/RN, os abaixo assinados, Sócios da mesma em 1ª (Primeira) convocação:

01. José Augusto de Freitas Rêgo
02. João Paulo Vieira de Moura
03. Mário Marquês Duarte de F. Rêgo
04. Wendy
05. Maria do Rêgo Brito
06. Francisca Rita
07. Francisco Passos
08. Marcel Trizinha Brito
09. Francisco Antonio de Freitas Santos Figueira
10. João Bosco da Fonseca
11. Manoel de Freitas Junior
12. Francisca Antônia de Freitas
13. Cláudio da Silva Vieira
14. Cláudio Alexandre Pereira
15. Manoel Magalhães
16. Maria do Rêgo Brito
17. João Nunes Jr
18. João de Oliveira Magalhães Junior
19. Paulo Roberto Brito
20. Francisca Sandreyris de Castro Rêgo Magalhães
21. João Carlos Brito Junior
22. Walmir Fernandes de Paiva

Foram convocados os Sócios José Augusto de Freitas Rêgo e Cícero Alexandre Pereira, o primeiro para presidir a presente Assembléia e o segundo para secretariá-la, tendo o membro Presidente lido o Edital de Convocação datada de 13/06/2004 e cuja cópia se encontra aposta nas dependências desta Sede, que determina as



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



eleições dos membros que comporão a nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. As 10:00 horas foi feita a 2ª Convocação não havendo acréscimo na presença dos Sócios o membro Presidente apresentou a Chapa Única assim constituída: Diretoria Executiva: Presidente, Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo; Vice-Presidente, Ribamar Ferreira de Lima; Secretário, Cícero Alexandre Pereira; Tesoureiro, Manoel Teixeira Neto e o Conselho Fiscal composto por Jeová Pereira de Paiva, Eluzio de Paiva Viana, Francisco Lindomar de Oliveira, Francisca Sandregenes de C. Rêgo Magalhães, Francisca Rita e Emanuel Bruno de Almeida Batista. Em seguida foram distribuídas e mando do membro Presidente entre os Sócios presentes, sendo chamados nominalmente um a um, que em cabine e através de votação secreta, registraram seus votos, colocando em uma urna indefasável. Finda a votação o membro Presidente abriu a urna, sendo constatado o mesmo número de votos e votantes juntamente com o membro Secretário, apurando o total de 22 (vinte e dois) votos válidos, sendo por aprovação unanidade dos eleitores presentes, foi eleito os membros da Chapa Única para o mandato de 02 (dois) anos. Em seguida foi anunciada e empossada os membros eleitos da seguinte maneira: Diretoria Executiva: Presidente, Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo; Vice-Presidente, Ribamar Ferreira de Lima; Secretário, Cícero Alexandre Pereira e Tesoureiro, Manoel Teixeira Neto; para o Conselho Fiscal Jeová Pereira de Paiva, Eluzio de Paiva Viana, Francisco Lindomar de Oliveira, Francisca Sandregenes de C. Rêgo Magalhães, Francisca Rita e Emanuel Bruno de Almeida Batista, por consenso dos membros e para constar lavrei a presente ATA que depois de lida e aceita conforme, vai assinada por mim e pelo membro Presidente.

SECRETÁRIO:

*Eluzio de Paiva Viana*

PRESIDENTE:

*Jose Augusto de Freitas Rêgo*



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA  
24/06/2005.

Reuniram-se aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e cinco, às 08:00 horas na Sede da Associação Beneficente, Artística Comunitária "ANA NUNES DO REGO", situada à Rua Ana Nunes do Rego, nº 57. Centro de Portalegre / RN, os abaixo assinados, sócios da mesma, em 1ª convocação:

01. José Augusto da Freitas Rego
02. Gilio Alexandre Pereira
03. S. Francisco Rito
04. Yukio Taji Rocha
05. Elizeu K. Paiva Vieira
06. Francisco de Paula Assis
07. Florentina Ferreira de Faria
08. Valmor Fernandes de Oliveira
09. José Barbosa
10. Francisco de Lima do Silva
11. Francisco de Almeida
12. Francisco da Mota da Silva
13. Romário Lima
14. Manoel Trindade Neto
15. Carlos Cezar da Costa
16. Raimundo Elson Torres
17. Francisco Elton Fátima
18. Eneide da Silva Lima
19. Edmar Bessa Leonardo
20. Genilson Seabra
21. Saulo Belarmino de Brito
22. Antonio de Vilhena F. Souza

Foram convocados os sócios José Augusto da Freitas Rego e Cicero Albuquerque Pereira, o



primeiro para presidir a presente Assembleia e o segundo para Secretariá-la, tendo o membro Presidente lido o Edital de convocação datado em 13/06/2005 e cuja cópia se encontra aposte nas dependências desta Sede, que determina as eleições dos Membros que comporão a nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. As 19:00 horas foi feita a 2ª convocação nas Lavandas e adunamos na presença dos Sócios o Membro Presidente apresentou a Chapa Única assim constituída: Diretoria Executiva: Presidente - Maria Marques Dantas de Freitas Rego; Vice-Presidente - Ribamar Ferrer de Lima; Secretário - Cícero Alexandre Pereira Teixeira - Manoel Teixeira Neto e o Conselho Fiscal composto por João Pereira de Paiva, Eluzio de Paiva Viana, Francisco Lindomar de Oliveira, Francisco Sandregond de C. Rego Magalhães, Francisco Rêta e Emanuel Bruno de Almeida Batista. Em seguida foram distribuídas a mandos do Membro Presidente entre os Sócios presentes, sendo chamados nominalmente um a um, que em cabine e através de votações secretas, registaram seus votos, colocando em urna uma emenda possível. Finda a votação o Membro Presidente abriu a urna, sendo contados o mesmo número de votos e votantes juntamente com o Membro Secretário, apurando o total de 22 (Vinte e dois) votos válidos, sendo por aprovação unânime dos eleitores presentes foi eleito os membros da Chapa Única para o mandato de 02 (dois)



91  
Selo das Comunicações

anos. Em seguida foi anunciada a composição  
de os membros Eleitos de seguinte ordem:  
Diretoria Executiva; Presidente. Marques  
Marquês Dantas de Freitas Rêgo; Vice Presi-  
dente. Ribamar Ferraz de Lima; Secretário.  
Cecílio Alexandre Pereira e Tesoureiro. Ma-  
nonel Texeira Neto; para o Conselho Fiscal  
João Pereira de Paiva; Eluzio de Paiva Vi-  
na; Francisco Lindomar de Oliveira, Francisco  
Sandoval de C. Rêgo Magalhães; Francisco  
Rita e Emanuel Bruno de Almeida Brito-  
to, por consenso dos mesmos. E para constar  
lavrei - presente Ata que depois de lida  
e acate conjuntem, vai assinada por mim e  
pelo Sr. Marques Presidente.  
Secretário. Cecílio Alexandre Pereira  
Presidente. Sr. Augusto de Freitas Rêgo

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 - Portalegre/RN



**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24/06/2006.**

Reuniram-se aos vinte quatro dias do mês de junho de dois mil e seis, às 08:00 horas na Sede da Associação Beneficente Artística Comunitária "ANA NUNES DO RÊGO", SITUADA A Rua Ana Nunes do Rêgo Nº 57 - Centro de Portalegre/RN, os abaixo assinados, sócios da mesma em 1ª (primeira) Convocação:

01. Manoel JOSÉ ADALBERTO NUNES RÊGO
02. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
03. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
04. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
05. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
06. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
07. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
08. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
09. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
10. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
11. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
12. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
13. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
14. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
15. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
16. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
17. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
18. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
19. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO
20. Manoel MANOEL TEIXEIRA NETO

Foram convocados os Sócios José Adalberto Nunes Rêgo e Manoel Teixeira Neto, o primeiro para presidir a presente Assembléia e o segundo para Secretário, tendo o membro Presidente lido o Edital de Convocação datado de 08/06/2006 e cuja cópia



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



se encontra aposta nas dependências desta Sede, que determina a eleição dos membros que comporão a nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. As 10:00 horas foi feita a 2ª (segunda) Convocação, não havendo acréscimo na presença dos Sócios o membro Presidente apresentou a Chapa Única, assim constituída: Diretoria Executiva: Presidente, Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo; Vice-Presidente, Cícero Alexandre Pereira; Secretário, Círios Vannuci de Souza Ferreira; Tesoureiro, Manoel Teixeira Neto e o Conselho Fiscal composto por Francisca Sandregenes de C. Rêgo Magalhães, Francisca Rita, Eliézio de Paiva Viana, Carlos Cesar Costa, Walmor Fernandes de Paiva e Francisco Assis. Em seguida foram chamados os sócios presentes um a um, chamada nominal, no qual a mando do membro Presidente, foi entregue a cédula de votação, que em cabine e através de votação secreta, registraram seus votos, colocando em uma urna indefasável. Terminado a votação o membro Presidente abriu a urna, sendo constituído o mesmo número de votos e votantes, e juntamente como o membro Secretário, apurou o total de 20 (vinte) votos válidos, sendo os 20 (vinte) votos para a Chapa Única, sendo eleita a Chapa Única por unanimidade dos votos. Desta forma foi eleita a Chapa Única para o mandato de 02 (dois) anos. Em seguida foi anunciada e empossada os membros eleitos da seguinte maneira: DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente, Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo; Vice-Presidente, Cícero Alexandre Pereira; Secretário, Círios Vannuci de Souza Ferreira; Tesoureiro, Manoel Teixeira Neto e o CONSELHO FISCAL: Francisca Sandregenes de C. Rêgo Magalhães, Francisca Rita, Eliézio de Paiva Viana, Carlos Cesar Costa, Walmor Fernandes de Paiva e Francisco Assis. E para constar lavrei a presente Ata que depois de lida e aceita conforme, vai assinada por mim e pelo membro Presidente.

SECRETÁRIO: x

*Manoel Teixeira Neto*

PRESIDENTE:

*[Assinatura]*



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 - Portalegre/RN



**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24/06/2008.**

Reuniram-se aos vinte quatro dias do mês de junho de dois mil e oito, às 08:30 horas na Sede da Associação Beneficente Artística Comunitária "ANA NUNES DO RÊGO", SITUADA A Rua Ana Nunes do Rêgo Nº 57 - Centro de Portalegre/RN, os abaixo assinados, sócios da mesma em 1ª (primeira) Convocação:

01. JOSE ADALBERTO NUNES RÊGO
02. Henrique Pereira Neto
03. José Augusto de Freitas Rêgo
04. Maria do Rêgo Neto
05. Frederico Antonio de Sousa Santos Fonseca
06. Alvaro Almeida Figueira
07. Mário Marquês Santos F. Rêgo
08. Frederico Antonio de Sousa Santos Fonseca
09. Charles Souza Marinho
10. Francisca Rita
11. Francisco de Assis
12. José Paulo Vieira de Sousa
13. João Bosco de Sousa
14. Manoel de Sousa Junior
15. Manoel Magalhães
16. Maria do Rêgo Neto
17. Carlos da Silva de Sousa
18. Francisca Antulino de Freitas
19. Elisio de Paula Vieira
20. Antonio Claudio Alves de Lima
21. João Carlos de Sousa
22. José de Almeida Magalhães Junior
23. Francisca Sandreginis de Castro Rêgo Magalhães

Foram convocados os Sócios José Augusto de Freitas Rêgo e Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca, o primeiro para presidir a presente Assembléia e o segundo para Secretário, tendo o membro Presidente lido o Edital de Convocação datado de 08/06/2006 e cuja cópia se encontra aposta nas dependências desta Sede, que determina a eleição dos membros que comporão a nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. As 10:30 horas foi feita a 2ª (segunda) Convocação, não havendo

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



*acréscimo na presença dos Sócios o membro Presidente apresentou a Chapa Única, assim constituída: Diretoria Executiva: Presidente, Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo; Vice-Presidente, Francisca Sandregenes de C. Rêgo Magalhães; Secretário, Círios Vannuci de Souza Ferreira; Tesoureiro, Manoel Teixeira Neto e o Conselho Fiscal composto por Cícero Alexandre Pereira, Francisca Rita, Eliezio de Paiva Viana, Carlos Cesar Costa, Walmor Fernandes de Paiva e Raimundo Nonato Gomes de Lima. Em seguida foram chamados os sócios presentes um a um, chamada nominal, no qual a mando do membro Presidente, foi entre a cédula de votação, que em cabine e através de votação secreta, registraram seus votos, colocando em uma urna indefasável. Terminado a votação o membro Presidente abriu a urna, sendo constituído o mesmo número de votos e votantes, e juntamente como o membro Secretário, apurou o total de 23 (vinte três) votos válidos, sendo os 23 (vinte três) votos para a Chapa Única, sendo eleita a Chapa Única por unanimidade dos votos. Desta forma foi eleita a Chapa Única para o mandato de 02 (dois) anos. Em seguida foi anunciada e empossada os membros eleitos da seguinte maneira: DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente, Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo; Vice-Presidente, Francisca Sandregenes de C. Rêgo Magalhães; Secretário, Círios Vannuci de Souza Ferreira; Tesoureiro, Manoel Teixeira Neto e o CONSELHO FISCAL: Cícero Alexandre Pereira, Francisca Rita, Eliezio de Paiva Viana, Carlos Cesar Costa, Walmor Fernandes de Paiva e Raimundo Nonato Gomes de Lima. E para constar lavrei a presente Ata que depois de lida e aceita conforme, vai assinada por mim e pelo membro Presidente.*

*SECRETÁRIO: Francisco Antonio de Sousa Santos Fousêira*

*PRESIDENTE: José Augusto de Freitas Rêgo*



## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24/06/2009



Reuniram-se aos vinte e quatro dias do mês de Junho de Dois Mil e Nove, as 08:00 Horas na sede da Associação Beneficente, Artística Comunitária "Ana Nunes do Rêgo", situada a Rua Ana Nunes do Rêgo, nº 57, Centro de Portalegre / RN, os abaixo assinados, sócios da mesma, em 1ª (primeira) convocação.

- 01- Cícero Alexandre Pereira
- 02- Manoel Teixeira Neto
- 03- José Augusto de Freitas Rêgo
- 04- Cirius Vannuci de Souza Ferreira
- 05- Luiz Belarmino de Góis
- 06- Francisca Rita
- 07- Maria Marquire Dantas Freitas Rêgo
- 08- Francisca. Sandreginis de C. R. Magalhães
- 09- Eliezio de Paiva Viana
- 10- Walmor Fernandes de Paiva
- 11- Carlos Cesar da Costa
- 12- Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonsêca
- 13- Jeová Pereira de Paiva
- 14- Francisco de Assis
- 15- Francisco Elieudo Feitosa
- 16- Legimar Bessa Leandro
- 17- Francisco Lindomar de Oliveira
- 18- José Pereira da Silva
- 19- Emanuel Bruno da Almeida Batista
- 20- Leonardo de Freitas Marques
- 21- Francisco Luzimar
- 22- Francisco Erivanildo de Oliveira Silva
- 23- José Belarmino dos Santos Neto
- 24- Francisco Salatiel dos Santos Fonsêca

Foram Convocados os Sócios, José Augusto de Freitas Rêgo e Manoel Teixeira Neto, o primeiro para presidir a presente Assembleia e o segundo para Secretário, tendo o membro Presidente lido o edital de convocação datado de 08 / 06 / 2009 e cuja cópia se encontra exposta nas dependências desta sede, que determina a eleição dos membros



que comporão a nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. As 10:00 horas foi feito a 2ª ( Segunda ) Convocação, não havendo acréscimo na presença dos Sócios o membro Presidente apresentou a chapa Única; Assim Constituída: Diretoria Executiva: Presidente : Maria Marquiere Dantas de Freitas Rêgo; Vice – Presidente: Cícero Alexandre Pereira; Secretário: Círius Vannunci de Souza Ferreira; Tesoureiro: Manoel Teixeira Neto e o Conselho Fiscal composto por Francisca Sandreginis de C. Rego Magalhães; Francisca Rita; Eliezio de Paiva Viana; Carlos Cesar da Costa; Walmor Fernandes de Paiva e Luiz Belarmino Góis.

Em seguida foram chamados os sócios presentes, um a um, chamado nominal, no qual a mando do membro Presidente, foi entregue a cédula de votação, que em cabina e através de votação secreta, registraram seus votos, colocando em uma urna indefasável. Terminando a votação o membro Presidente abriu a urna, sendo constatado o mesmo número de votos e votantes, e juntamente com o membro Secretário, apurou o total de 24 (vinte quatro) votos válidos, sendo os 24 (vinte e quatro) votos para a chapa Única, sendo eleito a chapa Única por unanimidade dos votos. Desta forma foi eleita – Chapa Única para o mandato de 02 (Dois) anos. Em seguida foi anunciada e empossada os membros eleitos da seguinte maneira: DIRETORIA EXECUTIVA: PRESIDENTE: Maria Marquiere Dantas de Freitas Rêgo; VICE – PRESIDENTE: Cícero Alexandre Pereira; SECRETÁRIO: Círius Vannunci de Souza Ferreira; TESOUREIRO: Manoel Teixeira Neto e o CONSELHO FISCAL: Francisca Sandreginis de C. Rego Magalhães; Francisca Rita; Eliezio de Paiva Viana; Carlos Cesar Costa; Walmor Fernandes de Paiva; Luiz Belarmino Goiz. E para constar lavrei a presente Ata que depois de lida e aceita conforme, vai assinada por mim e pelo membro Presidente.

SECRETÁRIO: MANOEL TEIXEIRA NETO



PRESIDENTE: JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 - Portalegre/RN



**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24/06/2010.**

Reuniram-se aos vinte quatro dias do mês de Junho de dois mil e dez, as 09:00 horas na Sede da Associação Beneficente Artística Comunitária "ANA NUNES DO RÊGO", situada a Rua Ana Nunes do Rêgo Nº 57 - Centro de Portalegre/RN, os abaixo assinados, sócios da mesma em 1ª (primeira) Convocação:

01. Mário Marquês Dantas F. Rêgo
02. Olivaldy
03. Antônio Amândio Figueira
04. Maria do Rêgo Outeira
05. Francisco Salazar Santa Fátima
06. Francisco Antônio de Bulcão Santos Figueira
07. Charles Souza Marinho
08. Francisco de Assis
09. João Paulo Vieira de Moura
10. José Augusto de Freitas Rêgo
11. Bernardo Magalhães
12. Marcelo de Freitas Rêgo
13. Francisco Salazar Santa Fátima
14. Monopel Teixeira Neto
15. Conceição de Souza
16. João Bosco da Figueira
17. Reinaldo de Brito Junior
18. Emmeisca Dentelina de Brito
19. Gregório de Brito Vieira
20. Odilson
21. Francisca Rita
22. Antônio Cláudio Alves de Lima
23. João Nunes Junior
24. José de Arimatéa Magalhães Junior



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



Foram convocados os sócios, José Augusto de Freitas Rêgo e José Adalberto Nunes Rêgo, o primeiro para presidir a presente Assembléia e o segundo para Secretário, tendo o membro Presidente lido o Edital de dependências desta Sede, que determina a eleição dos membros que comporão a nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. As 11:00 horas foi feito a 2ª (segunda) Convocação, não havendo acréscimo na presença dos Sócios, o membro Presidente apresentou a Chapa Única: Assim constitui de Diretoria Executiva: Presidente, Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo; Vice-Presidente, João Paulo Viana de Moura; Secretário, Charles Souza Marinho; Tesoureiro, Francisco Fabiano Viana de Moura e o Conselho Fiscal composto por Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca, Círios Vannuci de Souza, Francisco Edielson, Raimundo Nonato Gomes de Lima, Francisco Salatiel dos Santos Fonseca. Em seguida foram chamados os sócios presentes, um a um, chamada nominal, no qual a mando do membro presidente, foi entregue a cédula de votação, que em cabine e através de votação secreta, registraram seus votos, colocando em uma urna indefasável. Terminada a votação o membro Presidente abriu a urna, sendo constatado o mesmo numero de votos e votantes, e juntamente com o membro Secretário, apurou o total de 24 (vinte quatro) votos validos, sendo os 24 (vinte quatro) votos para a Chapa Única, sendo eleita a Chapa Única por unanimidade dos votos. Desta forma foi eleita a Chapa Única para o mandato de 02 (dois) anos. Em seguida foi anunciada e empossada os membros eleitos da seguinte maneira: Diretoria Executiva: Presidente, Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo, Vice-Presidente, João Paulo Viana de Moura, Secretário, Charles Souza Marinho; Tesoureiro, Francisco Fabiano Viana de Moura e o Conselho Fiscal: Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca, Círios Vannuci de Souza, Francisco Edielson, Raimundo Nonato Gomes de Lima, Francisco Salatiel dos Santos Fonseca. E para constar lavrei a presente ATA que depois de lida e aceita conforme, vai assinado por mim e pelo membro Presidenta.

SECRETÁRIO:

PRESIDENTE:



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 - Portalegre/RN

Ministério das Comunicações  
Fls. 100  
Rubrica

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAODIÁRIA REALIZADA EM 04/06/2012, COM  
OBJETIVO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA E APROVAÇÃO DO NOVO  
ESTATUTO DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO CIVIL DA ASSOCIAÇÃO  
BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA ANA NUNES RÊGO -  
ABACANR.**

Reuniram-se aos quatro do mês de abril do ano dois mil e doze, às 09:00 (nove) horas na sede da Associação Beneficente Artística Comunitária "Ana Nunes Rêgo" - ABACANR, localizado na Rua Ana Nunes do Rêgo, nº. 57, Centro, Portalegre/RN, os abaixo assinados, sócios da mesma em 1ª (primeira) convocação:

1. Mário Marquim Santos F. Rêgo
2. Maury
3. Geno Almeida Pereira
4. Maria do Rêgo Neto
5. José Augusto de Freitas Rêgo
6. Francisco Antônio Viana de Sousa
7. Chelley Souza Araújo
8. Francisco José Assis
9. Carlos Manoel de Souza Lima
10. Francisca Rita
11. José Paulo Viana de Moura
12. Agostinho Teixeira Neto
13. João Baseo de Figueira
14. Daniela de Almeida Dias Rêgo
15. Coronel Manoel
16. Francisco Antônio de Bulhões Santos Fonseca
17. Francisco de Paula de Freitas
18. Ramundo de Freitas Junior

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



19. *Charles de Souza Marinho*  
20. *Wilson*

A Presidente Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo, tendo como secretário Charles de Souza Marinho, abriu a Assembléia Geral Extraordinária da Associação, o qual foi lido o Edital, datada de 27 de março de 2012 e cuja cópia se encontra nas dependências desta Sede, que determina alteração estatutária e aprovação do novo estatuto de acordo com o novo código civil. As 11:00 horas foi feita a 2ª (segunda) convocação, não havendo acréscimo na presença de Sócios a Presidente apresentou a ordem do dia que foi composta pelo seguinte item: Apresentação, Discussão, Alteração e Aprovação do novo Estatuto da Entidade conforme a exigência do novo Código Civil. Como primeiro e último item da Ordem do dia a Presidente Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo, falando sobre o objetivo conforme Edital, fez a leitura do Novo Estatuto e partes do Código Civil referente ao funcionamento da Associação, deixando a palavra livre ao término da leitura dos mesmos. Discutido e alterado, tiraram-se às dúvidas, colocando em votação pelo Presidente o novo Estatuto com as alterações propostas, as quais tiveram aprovação, unânime. O novo estatuto aprovado ficou nos seguintes termos:

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA ANA NUNES DO RÊGO**

**ESTATUTO SOCIAL**

**APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2012, COM  
ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS CONFORME O NOVO CÓDIGO CIVIL.**

**CAPÍTULO I**

**DO NOME, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVO SOCIAL**

**Art. 1º** - A Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR, sociedade civil para fins não econômicos, será regido pelo presente Estatuto e demais Leis aplicáveis, constituída na forma da lei, em 24 de junho de 1998, tendo:

- a) Sede administrativa situada à Rua Ana Nunes do Rêgo, nº 57 – Centro, no Município de Portalegre/RN com foro jurídico na comarca de Portalegre/RN;
- b) Prazo de duração indeterminado, caracterizado como pessoa jurídica de direito privado sendo correspondente com o ano civil; e,

*Directo*

*[Signature]*



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



- c) Área de ação, para efeito de admissão de associados é preferencialmente circunscrita a área do município de Portalegre/RN, podendo inclusive abrir representação e/ou escritório em qualquer cidade brasileira.

**Art. 2º** - Para consecução do seu objetivo, a Associação poderá:

§ 1º - Promover o desenvolvimento da comunidade através da realização de obras e ações, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo, bem como programas governamentais;

§ 2º - Representar a comunidade junto a órgãos públicos e privados, na reivindicações das soluções objetivando seu progresso e bem estar, físico, mental e social;

§ 3º - Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da cidade e município, através da integração de seus moradores;

§ 4º - Proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas;

§ 5º - Promover, incentivar, manter e divulgar a democratização dos meios de comunicação em geral e, em especial a criação e manutenção de meios alternativos e/ou comunitários, as denominadas "Estações de Serviço de Radiodifusão Comunitária";

§ 6º - Promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas;

§ 7º - Promover compras em comum de interesse dos seus associados;

§ 8º - Filiar-se a outras entidades congêneres;

§ 9º - Conscientizar a comunidade de seus direitos e deveres para refletir sua potencialidade;

§ 10 - Celebrar convênios com órgãos governamentais e organizações não governamentais, nacionais ou internacionais quando for deliberado pela Assembléia Geral.

**CAPÍTULO II**

**DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES**

*Auto*

*Grande*





## SEÇÃO I

### DOS ASSOCADOS

**Art. 3º** - Poderá ingressar livremente, qualquer pessoa física, homens e mulheres, com idade maior ou igual á 18 anos, independente de raça, cor, religião, posição política e social, em sua área de atuação que concordem com disposição deste Estatuto, e não pratique outra atividade que possam prejudicar ou colidir com os seus interesses e objetivos da Associação, desde que tenha ligação com o Município de Portalegre/RN.

**Art. 4º** - Os sócios são da seguinte categoria:

- a) Fundadores;
- b) Regulares;
- c) Honoríficos;
- d) Contribuintes.

§ 1º - Os Sócios Fundadores são os que constam na ata de fundação estatutária da Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR;

§ 2º - Os Sócios Regulares serão os previstos no Art. 3º, apresentados por 02 (dois) sócios e aprovados em Assembléia;

§ 3º - Os Sócios Honoríficos serão aqueles que prestarem relevante serviço à Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR, ajuízo da diretoria e aprovados em Assembléia;

- I) Os Sócios Honoríficos estão isentos das contribuições devidas a Associação e não gozam de direito de votar e serem votados;

§ 4º - Os Sócios Contribuintes serão os órgão e entidades, públicas ou privadas, que prestem serviços à comunidade.

- I) Os Sócios Contribuintes poderão ter representação no Conselho Deliberativo. O representante terá o direito de compor o Conselho

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 - Portalegre/RN



Deliberativo, sendo-lhe vedado, todavia, o direito de ser votado para composição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Os sócios contribuintes, através de sua representação, gozarão das demais regalias atribuídas aos Sócios Regulares.

**SEÇÃO II**

**DOS DIREITOS**

**Art. 5º** - São direitos dos Associados, quites com suas obrigações sociais e em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este Estatuto:

- I) Tomar parte das Assembléias Gerais, discutir, propor, deliberar, votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ressalvado a restrição imposta aos representantes de Sócios Contribuintes, o qual encontra-se previsto no Art. 4, § 4º, inciso I;
- II) Participar dos programas de benefícios e gozar de outras vantagens que a Associação venha realizar ou conceder;
- III) Utilizar-se de todos os serviços mantidos pela Associação;
- IV) Fazer parte das comissões de trabalho, da representação de núcleos da Associação ou de departamentos instituídos pela Diretoria Executiva;
- V) Propor à Diretoria Executiva, ainda que através de representante de núcleos da Associação, medidas de interesse da comunidade;
- VI) Participar das reuniões na Assembléia Geral, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;
- VII) Frequentar as dependências da Associação e estabelecimentos criados para suas finalidades;
- VIII) Requerer á Diretória esclarecimentos e informações julgadas necessárias para o bom funcionamento da Associação;
- IX) Convocar a Assembléia Geral e fazer nela representar, nos termos e nas condições prevista nesse Estatuto;
- X) Ter acesso aos livros e documentos fiscais, contábeis e de controles administrativos, nas épocas próprias, mediante requerimento prévio;

*Auto*

*Charles*

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN

Arquivo das Comunicações  
105  
Rubrica  
06/06/2013

- XI) Desligar-se a qualquer tempo da Associação, mediante solicitação por escrito;
- XII) Recorrer dos atos da Diretoria Executiva, quando julgados prejudiciais aos seus direitos e interesses.

**SEÇÃO III**

**DOS DEVERES**

**Art. 6º - São deveres dos Associados**

- I) Cumprir as disposições deste Estatuto e respeitar as decisões tomadas pelos órgãos de Administração;
- II) Freqüentar as reuniões e zelar pelo patrimônio e pela boa imagem e interesses da Associação;
- III) Pagar em dia taxas, mensalidades e outras contribuições estabelecidas pela Assembléia Geral;
- IV) Cumprir pontualmente com os compromissos assumidos perante a Associação;
- V) Fazer-se presente às assembléias e reuniões para as quais for convocado e contribuir para o alcance aos objetivos da convocação;
- VI) Participar, direta ou indiretamente, de todas as ações que objetivarem o engrandecimento da Associação ou o desenvolvimento econômico e social da comunidade;

§ 1º - Os valores das taxas, mensalidades e outras contribuições previstos inciso III serão reajustados anualmente a juízo da Assembléia, através de Resolução.

§ 2º - O Associado estará sujeito às penalidades legais e estatutárias quando infringir qualquer item citado neste artigo, atribuindo-lhe as seguintes punições:

- a) Advertência verbal, aplicada pelo Presidente da Associação, após deliberação em Reunião da Diretoria;

*Queto*

*Charles*



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão dos direitos temporariamente, definidos em Assembléia Geral;
- d) Exclusão definida, aplicada pela Diretoria e referendada pela Assembléia Geral Extraordinária convocada especificamente para a finalidade quando reincidente por 03 (três) vezes na letra "a"; ou quando reincidente por 2 (duas) vezes na letra "b"; ou quando reincidente por 2 (duas) na letra "c".

§ 3º - A exclusão será aplicada pela Diretoria, após deliberação em reunião, ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, devendo haver imediata notificação por escrito ao associado;

§ 4º - O associado excluído poderá recorrer para a Assembléia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contando da data do recebimento da notificação;

§ 5º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembléia Geral;

§ 6º - A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 3º deste artigo;

§ 7º - Os sócios excluídos do quadro social não poderão reclamar a restituição de qualquer contribuição que hajam feito a Associação.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Art. 7º** - São órgãos Diretivos as Associação:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Diretoria Executiva e
- d) Conselho Fiscal.

§ 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionalidade dos Órgãos referidos neste artigo não será renumerado.

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



- I) Deliberar sobre a dissolução da Associação e nomear liquidante ou interventor;
- II) Autorizar a obtenção de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e constituição de garantias, quando for o caso;
- III) Eliminar o associado do quadro social observando-se as disposições constantes no presente Estatuto;
- IV) Aprovar os planos de ação submetidos pelo Conselho Deliberativo;
- V) Resolver questões nas quais o Estatuto seja omissivo.

**Parágrafo Único** – A Assembléias Extraordinárias reunir-se-á sempre que as necessidades o exigirem.

**Art. 12** – É de exclusiva competência da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, a destituição ou substituição de qualquer membro da Diretoria e/ou Conselho Fiscal e/ou de Departamentos criados, bem como para a alteração estatutária, quando será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes a Assembléia, não podendo dela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§ 1º - Quando ocorrer renúncia de membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal a que venha comprometer a administração da Associação, qualquer associado convocará uma Assembléia Geral Extraordinária objetivando nova eleição para a Diretoria e/ou Conselho Fiscal que serão eleitos e empossados no prazo máximo de 07 (sete) dias, observando o art. 14 do presente Estatuto.

§ 2º - Quando ocorrer renúncia de membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal que não comprometa a administração da Associação, a substituição será imediata, tomando posse o membro da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal competente, exercendo o cargo que lhe foi conferido até o fim do mandato inicialmente previsto para a Diretoria e/ou Conselho Fiscal.

**Art. 13** – O “quorum” para a realização de Assembléia Geral Ordinária e/ou Extraordinária, em primeira convocação é de 2/3 (dois terços) do número de associados e em pleno gozo dos seus direitos, em seguida e última convocação, uma

*Auto*

*Charles*

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN

104  
Rubrica

§ 2º - É vedado o exercício acumulativo de cargos, ressalvada a participação na Assembléia Geral e no Conselho Deliberativo.

**SEÇÃO I**

**DAS ASSEMBLÉIAS**

**Art. 8º** - A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, é órgão soberano em quaisquer decisões de interesse da Associação, nos limites do que dispuser a lei e na conformidade deste Estatuto, suas deliberações tomadas vinculam a todos, ainda que ausente(s) ou discordante(s).

**Art. 9º** - As deliberações serão tomadas com aprovação da maioria dos presentes, através do voto. Em caso de empate, o voto de qualidade será dado pelo presidente da Assembléia. Cada associado só terá direito a 01 (um) voto, não sendo permitido votar por procuração. Os associados contribuintes votarão através de seus representantes nomeados para composição do Conselho Deliberativo.

**Art. 10** – A assembléia Geral Ordinária realizar-se-á obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, em razão do encerramento do exercício social do ano anterior, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar obrigatoriamente na Ordem do Dia:

- I) Reformar os Estatutos;
- II) Eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- III) Apreciar e votar o Balanço, Relatório, plano de trabalho e o parecer do Conselho Fiscal;
- IV) Autorizar a alienação de bens obsoletos ou sem utilidades;
- V) Apreciar e aprovar os regimentos internos e Códigos de Ética que venham ser elaborados

**Parágrafo Único** – Para participar das Assembléias Gerais com direito a voto, os associados deverão estar filiados pelo menos 90 (noventa) dias antes da convocação.

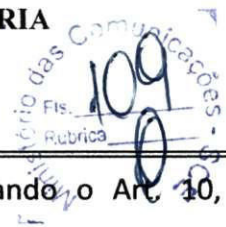
**Art. 11** – Compete a Assembléia Geral Extraordinária:

*Douto*

*Carber*



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



hora mais tarde com maioria absoluta dos associados, observando o Art. 10, Parágrafo Único deste Estatuto.

**Art. 14** – A Assembléia será normalmente convocada pelo Presidente, mas se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada, em conjunto, pelos outros membros efetivos da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, após solicitação não atendida, respeitando o Art. 10, Parágrafo Único deste Estatuto.

**Art. 15** – A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, com avisos enviados aos associados ou fixados em lugares públicos. No comunicado ou no aviso deve estar claro o dia, hora e local da Assembléia, bem como a pauta de assuntos a serem tratados.

**Parágrafo Único** – A Assembléia só poderá deliberar assuntos que constem da Ordem do Dia.

**Art. 16** – A Mesa da Assembléia será constituída pelos membros da Diretoria, ou, na sua falta ou impedimento, por membros do Conselho Fiscal.

**Art. 17** – Todos os assuntos constantes na pauta do Edital de convocação e as decisões tomadas pela Assembléia Geral Ordinária e/ou Extraordinária serão obrigatoriamente registrados em ata e assinada por todos os presentes.

## SEÇÃO II

### DO CONSELHO DELIBERATIVO

**Art. 18** – O Conselho Deliberativo Compete:

- I) Elaborar, coordenar e executar plano de Trabalho da Associação, Regimento Interno e Código de Ética submetido e aprovado pela Assembléia Geral
- II) Delibera sobre os planos de desenvolvimento econômico e social da comunidade;
- III) Estabelecer as metas de realização e as propriedades, submetendo-as a Assembléia Geral para aprovação;

*Auto*

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



- IV) Propor à Assembléia Geral o Valor de taxas, mensalidades e outras contribuições exigidas dos associados;
- V) Examinar a procedência dos motivos alegados pela Diretoria Executiva para recusar pedidos de inscrição de sócios e, da mesma forma, os atos de exoneração que não se fundamentarem em iniciativa dos próprios associados envolvidos, observados o art. 25, inciso XI;
- VI) Buscar fontes alternativas de financiamento para fomentar projetos da associação;
- VII) Propor diretrizes de atuação, monitorar e supervisionar as atividades já realizadas, oferecendo orientações gerais;

§ 1º - O Conselho Deliberativo é composto de representantes do Órgãos e Entidades, públicas ou privadas, que prestem serviços à comunidade. Tem assento ao Conselho também os representantes das comunidades rurais que constituem núcleos populacionais do município de Portalegre/RN.

§ 2º - A juventude local representar-se-á através de um dos encarregados do Departamento Juvenil da ABACANR – Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo, principalmente pelo Presidente deste departamento.

§ 3º - A representação de qualquer entidade ou órgão das comunidades rurais as fará mediante apresentação formal subscrita pelos respectivos responsáveis ou por mais da metade dos associados que vier a representar.

**Art. 19** – O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, por convocação do Presidente, extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais.

**Art. 20** – A Presidência e Vice Presidência do Conselho Deliberativo cabem ao Presidente da Diretoria Executiva. Os trabalhos de secretário das reuniões do Conselho Deliberativo são de competência e responsabilidade do secretário da Diretoria Executiva.

**Art. 21** – O Conselho Deliberativo reúne-se e delibera com a maioria simples dos seus componentes.



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



**Art. 22** – O mandato do Conselho Deliberativo será coincidente com o mandato da Diretoria.

**SEÇÃO III**

**DA DIRETORIA**

**Art. 23** – A Diretoria compõe-se de: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

**Parágrafo Único** – A Diretoria Executiva será composta pelo Presidente, 1º Secretário e 1º Tesoureiro.

**Art. 24** – Os cargos eletivos da Diretoria terão mandato de 04 (quatro) anos, sendo obrigatório à remoção de pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros, com início em 24 de junho e o término em 24 de junho.

**Parágrafo Único** – A forma de gestão administrativa da diretoria será por decisão colegiada, por maioria de votos entre os presentes.

**Art. 25** – A Diretoria reunir-se-á, no mínimo, a cada 02 (dois) meses e a Diretoria Executiva uma vez a cada mês, por convocação do Presidente, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por convocação daquele ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

**Art. 25** – A Diretoria Executiva Compete:

- I) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e deliberações por ela tomada, o Regimento Interno, o Código de Ética e sobretudo das decisões tomadas em Assembléia Geral;
- II) Articular-se e representar perante as instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse do Associado;
- III) Criar receitas destinadas a cobrir despesas operacionais e de manutenção;
- IV) Apresentar à Assembléia Geral Ordinária o relatório e as contas de sua gestão, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- V) Acolher aclamações dos Associados;



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



- VI) Executar o plano de desenvolvimento da comunidade definida pelo Conselho Deliberativo e aprovado pela Assembléia Geral;
- VII) Encaminhar até 30 de dezembro de cada ano, para aprovação da Assembléia Geral, relatórios anuais das atividades desenvolvidas na comunidade;
- VIII) Exonerar, a pedido ou por motivos relevantes, sócios do quadro social, respeitando o art. 11, inciso III, deste Estatuto;
- IX) Aprovar o Quadro do Pessoal Administrativo da Associação Comunitária;
- X) Contratar e definir funcionários;
- XI) Aprovar propostas de inscrição de sócios. As propostas acaso não aprovadas devem ser submetidas, com as justificativas cabíveis, ao Conselho deliberativo, para exames;
- XII) Convocar Assembléia Geral e o Conselho Deliberativo;
- XIII) Interpretar os presentes Estatutos e decidir sobre os casos omissos.

**Art. 26 - Compete ao Presidente:**

- I) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto as decisões por emanadas, o Regimento Interno, o Código de Ética e, sobretudo as decisões tomadas em Assembléia Geral;
- II) Representar a Associação ativa e passiva, judicialmente e extrajudicialmente;
- III) Proteger o patrimônio da Associação;
- IV) Baixar portarias disciplinando as ações que visem o bom desenvolvimento das atividades internas;
- V) Passar procurações a terceiros com poderes limitados ao fato pertinente, quando o fato assim o exigir, observando o disposto no art. 9º;

*Auto*

*Carla*

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



- VI) Autorizar os pagamentos quando da existência de suficiência de fundo e verificar freqüentemente o saldo bancário ou em caixa;
- VII) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- VIII) Assinar com o Secretário, as correspondências da Associação;
- IX) Criar comissões e/ou departamentos da Associação;
- X) Assinar atas e outros documentos, tais como: Contrato de parcerias e prestação de serviço, convênios e termos, de interesse da Associação;
- XI) Assinar cheque, ordens de pagamento, balancetes mensais e outros documentos de igual natureza, juntamente com o tesoureiro;
- XII) Indicar os estabelecimentos bancários nos quais deverão ser feitos os depósitos de qualquer natureza para Associação;
- XIII) Alienar, mediante anuência da Assembléia Geral, bens obsoletos ou sem utilidade para a comunidade;
- XIV) Realizar, mediante aprovação da Assembléia Geral, a contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias;
- XV) Receber doação em nome da Associação;
- XVI) Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno ou deliberadas pela Assembléia;

**Parágrafo Único** – Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências, faltas e vacância até o seu término.

**Art. 27** – Compete ao Secretário:

- I) Lavrar ou mandar lavrar atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias, mantendo os respectivos livros sob sua guarda e responsabilidade;
- II) Fazer ou mandar fazer a correspondência, relatórios e outros documentos determinando seu arquivamento;
- III) Assinar com o Presidente as correspondências da Associação;

*Quiter*

*Charles*

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



- IV) Organizar os arquivos, mantendo-os sob sua guarda e responsabilidade;
- V) Efetuar a guarda e zelo de toda secretaria e arquivo da Associação;
- VI) Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

**Parágrafo Único** – Ao 2º Secretário compete assumir as funções de 1º Secretário, por delegação temporária deste ou por qualquer outro impedimento do mesmo.

**Art. 28** – O 1º Secretário substitui o Vice-Presidente, fazendo com que o 1º Tesoureiro substitua o 2º Secretário.

**Art. 29** – Compete ainda o 1º Secretário assumir a Presidência na ausência do Presidente e Vice-Presidente.

**Art. 30** – Havendo renúncia coletiva da diretoria ou na falta de diretores executivos, convoca-se uma Assembléia Geral e será eleita uma Junta Governativa para administrar e promover uma nova eleição no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 31** – Ao Tesoureiro compete:

- I) Arrecadar as receitas e depositar o numerário em Banco, designado pelo Presidente, conforme art. 26, inciso XII;
- II) Elaborar e apresentar balanços e balancetes mensais da Associação para o Conselho Fiscal;
- III) Realizar os pagamentos quando autorizados pelo Presidente;
- IV) Assinar os cheques, ordens de pagamento, balancetes mensais e quaisquer outros documentos contábeis, juntamente com o Presidente;
- V) Fazer a escrituração no livro auxiliar de caixa, dando seu visto e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- VI) Executar o recolhimento das obrigações fiscais, FGTS, previdenciárias e outras exigidas em Lei e fazer declaração de Imposto de Renda, relação anual de informações sociais e manter sob sua guarda as certidões negativas de Tributos Federais, Estaduais e Municipais; e,
- VII) Substituir o 2º Secretário, conforme dispõe o art. 28;

*Auto*

*[Assinatura]*



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**

Secretário das Comunicações - SGC  
Fis. 115  
Rubrica

- VIII) Apresentar relatório de receitas e despesas, sempre que for solicitado;
- IX) Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- X) Manter o numerário em estabelecimento bancário.

**SEÇÃO IV**

**DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 32** – O Conselho Fiscal Será formado por três membros efetivos titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, ao mesmo tempo com a Diretoria.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o término deste.

§ 3º - Em sua primeira reunião, o Conselho Fiscal, escolherá o Coordenador e o Secretário, entre seus próprios membros.

§ 4º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, devendo os assuntos tratados e decisões tomadas serem lavradas em ata, num livro próprio, ao final sendo assinada por todos os presentes, cujas reuniões só poderão se realizar com a presença de no mínimo 03 (três) de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos;

§ 5º - O livro de atas ficará sob a guarda e responsabilidade do Secretário do Conselho Fiscal.

**Art. 33** – Ao Conselho Fiscal Compete:

- I) Fiscalizar todo o movimento financeiro da Associação, quer de receita, quer de despesas;
- II) Elaborar, executar, examinar, periciar, aprovar ou reprovar os balanços e balancetes mensais, opinando a respeito;

*Auto*

*Charles*

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



- III) Opinar sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo parecer para os organismos superiores da Associação.
- IV) Fiscalizar as atividades desenvolvidas pela Associação, examinando todos os documentos que julgar necessário; e,
- V) Verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica se estão sendo utilizados com zelo e bem guardados;
- VI) Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

**CAPÍTULO IV**

**PERDA DE MANDATO**

33. **Art. 34** – Os membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal perderão o mandato nos seguintes casos:

- I) Malversação, ou dilapidação do patrimônio social;
- II) Grave violação desse Estatuto;
- III) Abandono do cargo, na forma prevista no Estatuto;
- IV) Transferência voluntária do Estado, que importe no afastamento do exercício do cargo;
- V) Mudança de residência do Estado;

§ 1º - A perda de mandato será declarada pela Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.

§ 2º - Toda e qualquer destinação de cargo administrativo, deverá ser precedida de notificação, com prazo mínimo de 10 (dez) dias, assegurado ao interessado pleno direito de defesa.

§ 3º - A perda do mandato na hipótese do inciso I do caput, somente se efetivará, mediante comprovação documental.

36. **Art. 35** – Na hipótese de perda de mandato, as substituições serão feitas de acordo com o disposto neste Estatuto.

*Pub*

*Daib*

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



24 **Art. 36** – A convocação de substitutos ou suplentes quer para a Diretoria, quer para o Conselho Fiscal, compete ao Presidente ou ao substituto legal.

**Parágrafo Único** – Em relação á convocação de suplentes para o Conselho Fiscal, será obedecida á ordem de colocação na chapa.

31 **Art. 37** – Havendo renúncia, assumirá automaticamente o cargo vacante o substituto legal previsto neste Estatuto.

§ 1º - As renúncias serão automaticamente o cargo vacante o substituto legal previsto neste Estatuto.

§ 2º - Em se tratando de renúncia do Presidente da Organização será notificado seu substituto legal, que dentro de 48 (quarenta e oito) horas reunirá a Diretoria para ciência do ocorrido assumindo de imediato o cargo.

39 **Art. 38** – Ocorrendo a à renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Fiscal e não havendo substituto ou suplente, será convocado de imediato a Assembléia Geral Extraordinária, elegendo uma junta governativa para administrar, promovendo uma eleição no prazo que estabelece o art. 30.

40 **Art. 39** – Em caso de Abandono do cargo processar-se-á na forma dos artigos anteriores, no que lhes forem aplicáveis.

## CAPÍTULO V

### DA ELEIÇÃO

43 **Art. 40** – As eleições para os cargos eletivos serão realizados conforme o previsto no art. 24.

§ 1º - O voto é secreto;

§ 2º - O Regimento eleitoral será aprovado em Assembléia;

§ 3º - Candidatos considerados sócios fundadores, e Regulares em pleno exercício de seus direitos poderão votar e ser votados;

§ 4º - Para os sócios honoríficos verificar o art. 4º, § 3º, inciso I;

§ 5º - Em relação aos sócios contribuintes, observar o preceituado no art. 4º, § 4º, inciso I;

*Auto*

*Imuler*



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN



§ 6º - O Presidente da Instituição coordenará o pleito da Diretoria e do Conselho Fiscal.

41 **Art. 41** – Só poderá concorrer na eleição como candidato para preenchimento dos cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal, o associado em pleno gozo dos seus direitos ou outras obrigações previstas no Regimento Interno ou regras estabelecidas pela Diretoria vigente.

43 **Art. 42** – Cada associado terá direito a votar uma única vez, observado o estatuído no art. 10, Parágrafo Único.

44 **Art. 43** – Os membros eleitos para a Diretoria ou Conselho Fiscal tomarão posse imediatamente, na mesma Assembléia, observando o disposto no art. 24.

43 **Art. 44** – O Presidente afixará na sede da Associação ou locais públicos, com prazo de 30 dias o Edital de convocação para realização de eleição para preenchimento de cargos na Diretoria ou no Conselho Fiscal, definindo local, dia e hora da sua realização, especificando a natureza da(s) eleição(ões), de acordo com o número de chapas inscritas a votação poderá ser por voto secreto ou aclamação.

**Parágrafo Único** – Os pleiteantes aos cargos eletivos na Diretoria ou no Conselho Fiscal deverão fazer suas inscrições ou registro de chaps, na sede da associação, até 05 (cinco) dias antes do pleito.

46 **Art. 45** – A Diretoria nomeará até 30 dias, uma comissão eleitoral para elaborar as instruções gerais das eleições constituídas de três associados não ocupantes de cargos eletivos ou candidatos dos pleitos, com a finalidade de:

- I) Elaborar os modelos das cédulas;
- II) Organizar as mesas receptoras e junta apuradora;
- III) Controlar a votação, apurar os votos e afixar o resultado da eleição.

47 **Art. 46** – Dar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.

§ 1º - Em caso de empate, assumirá aquele que tiver maior tempo de Serviço no Estabelecimento;

*Antes*

*Procurador*

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN

§ 2º - Caso o empate ainda persista, será dado como eleito aquele que for mais idoso.

48 **Art. 47** – Concluídos os trabalhos do pleito e entregue todos os documentos e materiais utilizados à Diretoria, a Comissão Eleitoral, após a posse dos eleitos será dissolvida automaticamente, sem maiores formalidades.

**CAPÍTULO VI**

**DO PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS**

49 **Art. 48** – O patrimônio é ilimitado e constituído por todos os bens e direitos que a Associação possui ou vier a possuir, a saber:

- I) Bens móveis e/ou imóveis rurais ou urbanos, adquiridos ou a ela doados, através de convênio, contratos ou outras formas de ajustes com órgãos Públicos ou Privados, Instituições Financeiras nacionais ou internacionais, desde que não haja ressalva que impeçam a apropriação no Patrimônio da Associação;
- II) Doação de entidades ou pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras;
- III) Bens semoventes, ações e apólices da dívida pública.

**Parágrafo Único** – Nenhum bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser alienado, vendido ou hipotecado sem expressa autorização dos associados, em Assembléia Geral, observando os dispositivos art. 10, inciso IV; art. 26, inciso XIII e art. 33, inciso VI.

30 **Art. 49** – Constituem recursos financeiros da Associação:

- I) Auxílios financeiros obtidos de qualquer origem;
- II) Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos;
- III) Subvenções e auxílios estabelecidos pelos poderes públicos;
- IV) Rendas decorrentes da exploração de bens próprios;
- V) Taxas e outras contribuições dos Associados;
- VI) Receitas provenientes de convênio, empréstimo ou prestação de serviço a terceiros ou associados;

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



VII) Quaisquer outros recursos públicos ou privados que lhe forem destinados.

**Parágrafo Único** – Os recursos financeiros serão mantidos em depósitos, em Bancos da reconhecida idoneidade, observado o art. 26, inciso XII.

**CAPÍTULO VII**  
**DA DISSOLUÇÃO**

3.1 **Art. 50** – A Associação será dissolvida quando observado o disposto no art. 11, inciso I, do presente estatuto, aliado à vontade manifestada pelos Associados em Assembléia Geral Extraordinária, expressamente convocada para este fim.

**Parágrafo Único** – Dissolvida a Associação, o seu patrimônio inclusive os recursos financeiros, será doado destinado á entidade de fins não econômicos e/ou entidades assistenciais do município de Portalegre/RN, devidamente Registrada no Conselho Nacional de Serviços Social, por deliberação dos Associados em Assembléia Geral.

**CAPÍTULO VIII**  
**DADOS GERAIS DA BANDEIRA**

3.2 **Art. 51** – A Bandeira da Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR é representada por um retângulo de várias cores nas proporções de 1 metro e comprimento por 70 centímetros de largura, com desenhos que simbolizam alguns dos objetivos da Associação.

**CAPÍTULO IX**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

3.3 **Art. 52** – É vedada a remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal.

3.4 **Art. 53** – A Associação não distribuirá dividendos de espécie algum, nem de qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas vendas, a títulos de lucro ou participação no seu resultado, aplicando-se os eventuais resultados positivos no apoio à ampliação de suas atividades dentro dos objetivos sociais previstos neste Estatuto.

*Auto*

*Indes*



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**



33 **Art. 54** – A reforma deste Estatuto será proposta pela Diretoria Executiva em Assembléia Geral Extraordinária, especificamente convocada para este fim e entrará imediatamente em vigor, desde que mais de um ano antes das eleições e com a aprovação da maioria absoluta em 1ª convocação e nas demais com a presença de 1/3 (um terço), com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes aptos a votar.

36 **Art. 55** – a Associação se obriga a manter, em todos os níveis, uma gestão aberta e clara, facilitando o controle de todas as suas atividades pelos Associados.

37 **Art. 56** – Os departamentos, grupos de trabalho ou comissões serão criados observando-se os dispostos neste Estatuto, sendo formado por 03 (três) Associados, os quais atuarão como auxiliares a Diretoria na Gestão das atividades da Associação.

38 **Art. 57** – A Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes Rêgo – ABACANR, foi fundada no dia 24 de junho de 1998 e devidamente registrada no Cartório competente.

39 **Art. 58** – A atual Diretoria passará a ter um mandato de 4 (quatro) anos, iniciando 24 de junho de 2011 e encerrando no dia 24 de junho de 2015.

60 **Art. 59** – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvidas as entidades ou órgãos competentes quando for o caso e referendados pela Assembléia Geral.

63 **Art. 60** – O presente Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral de alteração estatutária, realizada nesta data, cuja Ata que aprovou este Estatuto, é peça anexa dele, para quaisquer fins de direito.

Portalegre/RN, 04 de abril de 2012.

**Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo**

**CPF: 406.535.954-68**

**Presidente**

**Charles Souza Marinho**

**CPF: 084.687.814-36**

**Secretário**

**Francisco Fabiano Viana de Moura**

**CPF: 072.749.234-98**

**Tesoureiro**

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro  
CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN

---

**Robério Trajano da Silva**  
**OAB/RN 8769**



Nada mais havendo a tratar a presente Assembléia Geral Extraordinária foi encerrada às 13:30 (treze e trinta) horas, e que vai assinada por mim, Charles Souza Marinho, que secretariei e pela Presidenta Maria Marquiere Dantas de Freitas Rêgo.

Secretário: *Charles Souza Marinho*

Presidente: *Maria Marquiere Dantas F. Rêgo*

**EXTRAORDINARIA**


**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL  
EXTRAORDINÁRIA**



O Presidente da Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes Rêgo – ABACANR, ao final assinado, no uso de suas atribuições legais e estatutárias vigente propriamente pelo art. 12, § 7º, inciso I, convocar todos os Associados no gozo de seus direitos estatutários para participarem de uma Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da ABACANR, no endereço sito na Rua Ana Nunes do Rêgo, nº. 57, Centro, Portalegre/RN, no dia 04 de abril de 2012, em primeira convocação, às 18:00 horas e em segunda e última convocação às 18:30 horas a fim de tratar da seguinte ordem do dia:

a) Reforma Estatutária.

Portalegre/RN, em 27 de março de 2012.

  
Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo  
Presidente da Associação  
ABACANR



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO" – ABACANR**  
**RÁDIO COMUNITÁRIA FM PORTALEGRE 104,9**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro.  
CEP: 59810-000 – Portalegre/RN

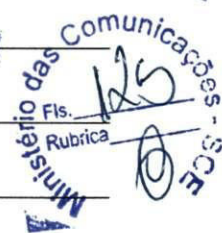


**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29/01/2014, COM OBJETIVO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA, E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO CIVIL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA ANA NUNES DO RÊGO – ABACANR E ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL E COMUNITARIO.**

Reuniram-se aos vinte e nove dias do mês de Janeiro de dois mil e quatorze, às 08:00 (oito) horas na sede da Associação Beneficiente Artística Comunitária "Ana Nunes do Rêgo" – ABACANR, localizada na Rua Ana Nunes do Rêgo, nº 57, Centro, Portalegre/RN, os abaixo assinados, Sócios da mesma em 1ª (primeira) convocação. Foram convocados os sócios José Augusto de Freitas Rêgo e José Adalberto Nunes Rêgo, o primeiro para Presidir a presente Assembleia e o segundo para Secretário, tendo o membro Presidente lido o Edital de dependência desta, com objetivo, para deliberar sobre alteração nos objetivos sociais da ABACANR com a constituição do Conselho Comunitário e na mesma oportunidade antecipar e renovar a nova Diretoria Executiva com eleição dos membros que comporão a nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e eleição dos novos membros que comporão Conselho Comunitário recém-criado.

- 1 João Maria Paiva Diógenes Rêgo
- 2 [Assinatura]
- 3 Francisco Rita
- 4 Francisco Antonio de Sousa Santos Figueira
- 5 João Belarmino dos Santos Vetz
- 6 Leoni Pereira de Paiva
- 7 WALTON FERNANDES DE PAIVA
- 8 João Bosco da Silva
- 9 [Assinatura]
- 10 [Assinatura]
- 11 Maria Socorro do Rego Nobre

- 12 Antonio Henrique Pereira
- 13 Erivon de Paula Viana
- 14 Francisco Edilson
- 15 Charles Souza Marinho
- 16 Francisco Salatiel Santos Fonseca
- 17 João Paulo Viana de Moura
- 18 Francisco Fabiano Viana de Moura
- 19 Edilson
- 20 Raimundo



Não havendo numero suficiente em primeira convocação para deliberação, o membro Presidente as 09:00 (nove) horas foi feito a 2ª(segunda) convocação, não havendo acréscimo na presença dos sócios, o membro Presidente apresentou as alterações no Estatuto Social, que propõe a "Execução dos serviços de Radiodifusão Comunitária, o ingresso gratuito, como associado, de qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço e a constituição do Conselho Comunitário todos conforme o que determina a Norma 1/2011 e na oportunidade a apresentou Chapa Única para escolha da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário recém criado. Assim constitui de Diretoria Executiva: Presidente, Maria Marquiere Dantas de Freitas Rêgo; Vice-Presidente, João Paulo Viana de Moura; Secretário, Charles Souza Marinho; Tesoureiro, Francisco Fabiano Viana de Moura e o Conselho Fiscal composto por Francisco Antonio de Lisboa Santos Fonseca, Círios Vannuci de Souza, Francisco Edilson, Raimundo Nonato Gomes de Lima, Francisco Salatiel Santos Fonseca e o Conselho Comunitário composto por Erivon Maia Oliveira representando a Paroquia de Portalegre/RN, Raimundo Nonato Viana de Oliveira representando a Ass. Jovens Padre Dario Tórboli, Antônio Luciani Holanda Diógenes representando a Ass. Cultural e Esportiva Portalegrense – ACEP, Espedito Gomes de Lira representante do Grupo Cultural Arraiá da Juventude, Francisco Josenildo da Silva representando a Ass. Comunitária dos Agricultores Familiares do Sítio Serrinha. Em seguida foram chamados os sócios presentes, um a um, chamada nominal, no qual a mando do membro presidente foi entregue a cédula de votação, que em cabine e através de votação secreta, registraram seus votos, colocando em uma urna indefensável. Terminada a votação o membro Presidente abriu a urna, sendo eleita a Chapa Única por unanimidade dos votos. Dessa forma foi eleita a Chapa Única para o mandato de 02 (dois) anos. Em seguida foi anunciada e empossada os membros Eleitos da seguinte maneira: Diretoria Executiva: Presidente, Maria Marquiere Dantas de Freitas Rêgo; Vice-Presidente, João Paulo Viana de Moura; Secretário, Charles Souza Marinho; Tesoureiro, Francisco Fabiano Viana de Moura e o Conselho Fiscal composto por Francisco Antonio de Lisboa Santos Fonseca, Círios Vannuci de Souza, Francisco Edilson, Raimundo Nonato Gomes de Lima, Francisco Salatiel Santos Fonseca e o Conselho Comunitário composto por Erivon Maia Oliveira representando a Paroquia de Portalegre/RN, Raimundo Nonato Viana de Oliveira representando a Ass. Jovens Padre Dario



Torboli, Antônio Luciani Holanda Diógenes representando a Ass. Cultural e Esportiva Portalegrense – ACEP, Espedito Gomes de Lira representante do Grupo Cultural Arraiá da Juventude, Francisco Josenildo da Silva representando a Ass. Comunitária dos Agricultores Familiares do Sítio Serrinha.



Em seguida foram colocadas em votação às alterações ao Estatuto da Entidade, que foi aprovado por unanimidade dos presentes abaixo assinados passando a incluir no estatuto as seguintes alterações:

Foi alterado o Art. 3º que passa a ter a seguinte redação:

“Poderá ingressar livremente, qualquer pessoa física, homens e mulheres, com idade maior ou igual á 18 anos, independente de raça, cor, religião, posição política e social, em sua área de atuação que concordem com disposição deste Estatuto, e não pratique outra atividade que possam prejudicar ou colidir com os seus interesses e objetivos da Associação, **assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço**”.

Foi acrescido ao Estatuto da Entidade no seu Art.2º o § 11, com a seguinte redação: “Tem como finalidade a execução dos serviços de Radiofusão Comunitária”.

Foi acrescido ao Art.7º uma nova linha que cria o Conselho comunitário que passa a ter a seguinte redação: **e) Conselho Comunitário.**

Foi inserida na SEÇÃO IV a criação do Conselho Comunitário, que passarão a serem descritos no Art. 34 com as seguintes redações:

**Art. 34** - O Conselho Comunitário será composto por no mínimo cinco representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art.4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1988, que instituiu o Serviço de Radiofusão Comunitária.

E para constar lavrei o presente Ata que depois de lida e aceita conforme, vai assinada por mim e pelo membro Presidente.

Secretário:

Presidente:





# **ANEXO IV**

## **ESTATUTO SOCIAL**

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA  
“ANA NUNES DO RÊGO”



## ESTATUTO SOCIAL

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL, NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2014, COM  
ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS CONFORME O NOVO CÓDIGO CIVIL.

## CAPÍTULO I

### DO NOME, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVO SOCIAL



**Art. 1º** - A Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo ABACANR, sociedade civil para fins não econômicos, será regido pelo presente Estatuto e demais Leis aplicáveis, constituída na forma da lei, em 24 de junho de 1998, tendo:

- a) Sede administrativa situada à Rua Ana Nunes do Rêgo, nº 57 - Centro, no Município de Portalegre/RN com foro jurídico na comarca de Portalegre/RN;
- b) Prazo de duração indeterminado, caracterizado como pessoa jurídica de direito privado sendo correspondente com o ano civil; e,
- c) Área de ação, para efeito de admissão de associados é preferencialmente circunscrita à área do município de Portalegre/RN, podendo inclusive abrir representação e/ou escritório em qualquer cidade brasileira.

**Art. 2º** - Para consecução do seu objetivo, a Associação poderá:

§ 1º - Promover o desenvolvimento da comunidade através da realização de obras e ações, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo, bem como programas governamentais;

§ 2º - Representar a comunidade junto a órgãos públicos e privados, na reivindicação de soluções objetivando seu progresso e bem estar, físico, mental e social;

§ 3º - Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da cidade e município, através da integração de seus moradores;

§ 4º - Proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas;

§ 5º - Promover, incentivar, manter e divulgar a democratização dos meios de comunicação em geral e, em especial a criação e manutenção de meios alternativos e/ou comunitários, as denominadas "Estações de Serviço de Radiodifusão Comunitária";

§ 6º - Promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas;

§ 7º - Promover compras em comum de interesse dos seus associados;

§ 8º - Filiar-se a outras entidades congêneres;

§ 9º - Conscientizar a comunidade de seus direitos e deveres para refletir sua potencialidade;

§ 10 - Celebrar convênios com órgãos governamentais e organizações não governamentais, nacionais ou internacionais quando for deliberado pela Assembleia Geral.

§ 11 - Tem como uma de suas finalidades a execução dos serviços de Radiodifusão Comunitária.

## CAPÍTULO II

### DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

#### SEÇÃO I

#### DOS ASSOCIADOS

**Art. 3º** - Poderá ingressar livremente, qualquer pessoa física, homens e mulheres, com idade maior ou igual a 18 anos, independente de raça, cor, religião, posição política e social, em sua área de atuação que concorde com disposição deste Estatuto, e não



pratique outra atividade que possam prejudicar ou colidir com os seus interesses e objetivos da Associação, assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço.



**Art. 4º** - Os sócios são da seguinte categoria:

- a) Fundadores;
- b) Regulares;
- c) Honoríficos;
- d) Contribuintes.

§ 1º - Os Sócios Fundadores são os que constam na ata de fundação estatutária da Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo - ABACANR;

§ 2º - Os Sócios Regulares serão os previstos no Art. 3º, apresentados por 02 (dois) sócios e aprovados em Assembleia;

§ 3º - Os Sócios Honoríficos serão aqueles que prestarem relevante serviço à Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo - ABACANR, ajuízo da diretoria e aprovados em Assembleia;

I) Os Sócios Honoríficos estão isentos das contribuições devidas a Associação e não gozam de direito de votar e serem votados;

§ 4º - Os Sócios Contribuintes serão os órgão e entidades, públicas ou privadas, que prestem serviços à comunidade.

I) Os Sócios Contribuintes poderão ter representação no Conselho Deliberativo. O representante terá o direito de compor o Conselho Deliberativo, sendo-lhe vedado, todavia, o direito de ser votado para composição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Os sócios contribuintes, através de sua representação, gozarão das demais regalias atribuídas aos Sócios Regulares.

## SEÇÃO II

### DOS DIREITOS

**Art. 5º** - São direitos dos Associados, quites com suas obrigações sociais e em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este Estatuto:

I) Tomar parte das Assembleias Gerais, discutir, propor, deliberar, votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ressalvado a restrição imposta aos representantes de Sócios Contribuintes, o qual encontra-se previsto no Art. 4, § 4º, inciso I;

II) Participar dos programas de benefícios e gozar de outras vantagens que a Associação venha a realizar ou conceder;

III) Utilizar-se de todos os serviços mantidos pela Associação;

IV) Fazer parte das comissões de trabalho, da representação de núcleos da Associação ou de departamentos instituídos pela Diretoria Executiva;

V) Propor à Diretoria Executiva, ainda que através de representante de núcleos da Associação, medidas de interesse da comunidade;

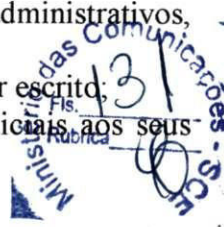
VI) Participar das reuniões na Assembleia Geral, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;

VII) Frequentar as dependências da Associação e estabelecimentos criados para suas finalidades;

VIII) Requerer Diretoria esclarecimentos e informações julgadas necessárias para o bom funcionamento da Associação;

IX) Convocar a Assembleia Geral e fazer nela representar, nos termos e nas condições prevista nesse Estatuto;

- X) Ter acesso aos livros e documentos fiscais, contábeis e de controles administrativos, nas épocas próprias, mediante requerimento prévio;
- XI) Desligar-se a qualquer tempo da Associação, mediante solicitação por escrito;
- XII) Recorrer dos atos da Diretoria Executiva, quando julgados prejudiciais aos seus direitos e interesses.



### SEÇÃO III

#### DOS DEVERES

**Art. 6º** - São deveres dos Associados:

- I) Cumprir as disposições deste Estatuto e respeitar as decisões tomadas pelos órgãos de Administração;
- II) Frequentar as reuniões e zelar pelo patrimônio e pela boa imagem e interesses da Associação;
- III) Pagar em dia taxas, mensalidades e outras contribuições estabelecidas pela Assembleia Geral;
- IV) Cumprir pontualmente com os compromissos assumidos perante a Associação;
- V) Fazer-se presente às assembleias e reuniões para as quais for convocado e contribuir para o alcance aos objetivos da convocação;
- VI) Participar, direta ou indiretamente, de todas as ações que objetivarem o engrandecimento da Associação ou o desenvolvimento econômico e social da comunidade;

§ 1º - Os valores das taxas, mensalidades e outras contribuições previstos inciso serão reajustados anualmente a juízo da Assembleia, através de Resolução.

§ 2º - O Associado estará sujeito às penalidades legais e estatutárias quando infringir qualquer item citado neste artigo, atribuindo-lhe as seguintes punições:

- a) Advertência verbal, aplicada pelo Presidente da Associação, após deliberação em Reunião da Diretoria;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão dos direitos temporariamente, definidos em Assembleia Geral;
- d) Exclusão definida, aplicada pela Diretoria e referendada pela Assembleia Geral Extraordinária convocada especificamente para a finalidade quando reincidente por 03 (três) vezes na letra "a" ou quando reincidente por 2 (duas) vezes na letra "b"; ou quando reincidente por 2 (duas) na letra "c".

§ 3º - A exclusão será aplicada pela Diretoria, após deliberação em reunião, ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, devendo haver imediata notificação por escrito ao associado;

§ 4º - O associado excluído poderá recorrer para a Assembleia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contando da data do recebimento da notificação;

§ 5º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral;

§ 6º - A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 3º deste artigo;

§ 7º - Os sócios excluídos do quadro social não poderão reclamar a restituição de qualquer contribuição que hajam feito a Associação.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Art. 7º** - São órgãos Diretivos as Associação:

- a) Assembleia Geral;



- b) Conselho Deliberativo;
- c) Diretoria Executiva
- d) Conselho Fiscal e
- e) Conselho Comunitário.

§ 1º - O exercício de quaisquer das funções requeridas para funcionalidade dos Órgãos referidos neste artigo não será renumerado.

§ 2º - É vedado o exercício acumulativo de cargos, ressalvada a participação na Assembleia Geral e no Conselho Deliberativo.



## SEÇÃO I

### DAS ASSEMBLÉIAS

**Art. 8º** - A Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, é órgão soberano em quaisquer decisões de interesse da Associação, nos limites do que dispuser a lei e na conformidade deste Estatuto, suas deliberações tomadas vinculam a todos, ainda que ausente(s) ou discordante(s).

**Art. 9º** - As deliberações serão tomadas com aprovação da maioria dos presentes, através do voto. Em caso de empate, o voto de qualidade será dado pelo presidente da Assembleia. Caso associado só terá direito a 01 (um) voto, não sendo permitido votar por procuração. Os associados contribuintes votarão através de seus representantes nomeados para composição do Conselho Deliberativo.

**Art. 10** - A assembleia Geral Ordinária realizar-se-á obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre, em razão do encerramento do exercício social do ano anterior, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar obrigatoriamente na Ordem do Dia:

- I) Reformar os Estatutos;
- II) Eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- III) Apreciar e votar o Balanço, Relatório, plano de trabalho e o parecer do Conselho Fiscal;
- IV) Autorizar a alienação de bens obsoletos ou sem utilidades;
- V) Apreciar e aprovar os regimentos internos e Códigos de Ética que venham ser elaborados;

**Parágrafo Único** - Para participar das Assembleias Gerais com direito a voto, os associados deverão estar filiados pelo menos 90 (noventa) dias antes da convocação.

**Art. 11-** Compete a Assembleia Geral Extraordinária:

- I) Deliberar sobre a dissolução da Associação e nomear liquidante ou interventor;
- II) Autorizar a obtenção de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e constituição das garantias, quando for o caso;
- III) Eliminar o associado do quadro social observando-se as disposições constante no presente Estatuto;
- IV) Aprovar os planos de ação submetidos pelo Conselho Deliberativo;
- V) Resolver questões nas quais o Estatuto seja omissivo.

**Parágrafo Único** - A Assembleias Extraordinárias - reunir-se-á sempre que as necessidades o exigirem.



**Art. 12** - É de exclusiva competência da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, à destituição ou substituição de qualquer membro da Diretoria e/ou Conselho Fiscal e/ou de Departamentos criados, bem como para a alteração estatutária, quando será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes a Assembleia, não podendo dela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§ 1º - Quando ocorrer renúncia de membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal a que venha comprometer a administração da Associação, qualquer associado convocará uma Assembleia Geral Extraordinária objetivando nova eleição para a Diretoria e/ou Conselho Fiscal que serão eleitos e empossados no prazo máximo de 07 (sete) dias, observando o art. 14 do presente Estatuto.

§ 2º - Quando ocorrer renúncia de membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal que não comprometa a administração da Associação, a substituição será imediata, tomando posse o membro da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal competente, exercendo o cargo que lhe foi conferido até o fim do mandato inicialmente previsto para a Diretoria e/ou Conselho Fiscal.

**Art. 13** - O "quórum" para a realização de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária, em primeira convocação é de 2/3 (dois terços) do número de associados e em pleno gozo dos seus direitos, em seguida e última convocação, uma hora mais tarde com maioria absoluta dos associados, observando o Art. 10, Parágrafo Único deste Estatuto.

**Art. 14** - A Assembleia será normalmente convocada pelo Presidente, mas se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada, em conjunto, pelos outros membros efetivos da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, após solicitação não atendida, respeitando o Art. 10, Parágrafo Único deste Estatuto.

**Art. 15** - A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, com avisos enviados aos associados ou fixados em lugares públicos. No comunicado ou no aviso devem estar claros o dia, hora e local da Assembleia, bem como a pauta de assuntos a serem tratados.

**Parágrafo Único** - A Assembleia só poderá deliberar assuntos que constem da Ordem do Dia.

**Art. 16** - A Mesa da Assembleia será constituída pelos membros da Diretoria, ou, na sua falta ou impedimento, por membros do Conselho Fiscal.

**Art. 17** - Todos os assuntos constantes na pauta do Edital de convocação e as decisões tomadas pela Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária serão obrigatoriamente registra dos em ata e assinada por todos os presentes.

## SEÇÃO II

### DO CONSELHO DELIBERATIVO

**Art. 18** - O Conselho Deliberativo Compete:

I) Elaborar, coordenar e executar plano de Trabalho da Associação, Regimento Interno e Código de Ética submetido e aprovado pela Assembleia Geral.

- II) Delibera sobre os planos de desenvolvimento econômico e social da comunidade;
- III) Estabelecer às metas de realização e as propriedades, submetendo-as à Assembleia Geral para aprovação;
- IV) Propor à Assembleia Geral o Valor de taxas, mensalidades e outras contribuições exigidas dos associados;
- IV) Examinar a procedência dos motivos alegados pela Diretoria Executiva para recusar pedidos de inscrição de sócios e, da mesma forma, os atos de exoneração que não se fundamentarem em iniciativa dos próprios associados envolvidos, observado o art. 25, inciso XI;
- VI) Buscar fontes alternativas de financiamento para fomentar projetos da associação;
- VII) Propor diretrizes de atuação, monitorar e supervisionar as atividades já realizadas, oferecendo orientação geral;
- § 1º - O Conselho Deliberativo é composto de representante dos Órgãos e Entidades, públicas ou privadas, que prestem serviços à comunidade. Tem assento ao Conselho também os representantes das comunidades rurais que constituem núcleos populacionais do município de Portalegre/RN.
- § 2º - A juventude local representar-se-á através de um dos encarregados do Departamento Juvenil da ABACANR - Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo, principalmente pelo Presidente deste departamento.
- § 3º - A representação de qualquer entidade ou órgão das comunidades rurais as fará mediante apresentação formal subscrita pelos respectivos-responsáveis ou por mais da metade dos associados que vier a representar.

**Art. 19** - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, por convocação do Presidente, extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais.

**Art. 20** - A Presidência e Vice Presidência do Conselho Deliberativo cabem ao Presidente da Diretoria Executiva. Os trabalhos de secretário das reuniões do Conselho Deliberativo são de competência e responsabilidade do secretário da Diretoria Executiva.

**Art. 21** - O Conselho Deliberativo reúne-se e delibera com a maioria simples dos seus componentes.

**Art. 22** - O mandato do Conselho Deliberativo será coincidente com o mandato da Diretoria.

### SEÇÃO III

#### DA DIRETORIA

**Art. 23** - A Diretoria compõe-se de: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

**Parágrafo Único** - A Diretoria Executiva será composta pelo Presidente, 1º Secretário e 1º Tesoureiro.





**Art. 24** - Os cargos eletivos da Diretoria terão mandato de 04 (quatro) anos, sendo obrigatório à remoção de pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros, com início em 24 de junho e o término em 24 de junho.

**Parágrafo Único** - A forma de gestão administrativa da diretoria será por decisão colegiada, por maioria de votos entre os presentes.

**Art. 25** - A Diretoria reunir-se-á, no mínimo, a cada 02 (dois) meses e a Diretoria Executiva uma vez a cada mês, por convocação do Presidente, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por convocação daquele ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

**Art. 25** - A Diretoria Executiva Compete:

- I) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e deliberações por ela tomada, o Regimento Interno, o Código de Ética e, sobretudo as decisões tomadas em Assembleia Geral;
- II) Articular-se e representar perante as instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse do Associado;
- III) Criar receitas destinadas a cobrir despesas operacionais e de manutenção;
- IV) Apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório e as contas de sua gestão, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- V) Acolher aclamações dos Associados;
- VI) Executar o plano de desenvolvimento da comunidade definida pelo Conselho Deliberativo e aprovado pela Assembleia Geral;
- VII) Encaminhar até 30 de dezembro de cada ano, para aprovação da Assembleia Geral, relatórios anuais das atividades desenvolvidas na comunidade;
- VIII) Exonerar, a pedido ou por motivos relevantes, sócios do quadro social, respeitando o art. 11, inciso III, deste Estatuto;
- IX) Aprovar o Quadro do Pessoal Administrativo da Associação Comunitária;
- X) Contratar e definir funcionários;
- XI) Aprovar propostas de inscrição de sócios, As propostas acaso nãoaprovadas devem ser submetidas, com as justificativas cabíveis, ao Conselho deliberativo, para exames;
- XII) Convocar Assembleia Geral e o Conselho Deliberativo;
- XIII) Interpretar os presentes Estatutos e decidir sobre os casos omissos.

**Art. 26** - Compete ao Presidente:

- I) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto as decisões por emanadas, o Regimento Interno, o Código de Ética e, sobretudo as decisões tomadas em Assembleia Geral;
- II) Representar a Associação ativa e passiva, judicialmente e extrajudicialmente;
- III) Proteger o patrimônio da Associação;
- IV) Baixar portarias disciplinando as ações que visem o bom desenvolvimento das atividades internas; Passar procurações a terceiros com poderes limitados ao fato pertinente, quando o fato assim o exigir, observando o disposto no art. 9º
- VI) Autorizar os pagamentos quando da existência de suficiência de fundo e verificar frequentemente o saldo bancário ou em caixa;
- VI) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- VIII) Assinar com o Secretário, as correspondências da Associação;
- IX) Criar comissões e/ou departamentos da Associação;



- X) Assinar atas e outros documentos, tais como: Contrato de parcerias e prestação de serviço, convênios e termos, de interesse da Associação;
- XI) Assinar cheque, ordens de pagamento, balancetes mensais e outros documentos de igual natureza, juntamente com o tesoureiro;
- XII) Indicar os estabelecimentos bancários nos quais deverão ser feitos os depósitos de qualquer natureza para Associação;
- XIII) Alienar, mediante anuência da Assembleia Geral, bens obsoletos ou sem utilidade para a comunidade;
- XIV) Realizar, mediante aprovação da Assembleia Geral, a contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias;
- XV) Receber doação em nome da Associação;
- XVI) Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno ou deliberadas pela Assembleia;

**Parágrafo Único** - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências, faltas e vacância até o seu término.

**Art. 27** - Compete ao Secretário:

- I) Lavrar ou mandar lavrar atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias, mantendo os respectivos livros sob sua guarda e responsabilidade;
- II) Fazer ou mandar fazer a correspondência, relatórios e outros documentos determinando seu arquivamento;
- III) Assinar com o Presidente as correspondências da Associação;
- IV) Organizar os arquivos, mantendo-os sob sua guarda e responsabilidade;
- V) Efetuar a guarda e zelo de toda secretaria e arquivo da Associação;
- VI) Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

**Parágrafo Único** - Ao 2º Secretário compete assumir as funções de 1º Secretário, por delegação temporária deste ou por qualquer outro impedimento do mesmo.

**Art. 28** - O 1º Secretário substitui o Vice-Presidente, fazendo com que o 1º Tesoureiro substitua o 2º Secretário.

**Art. 29** - Compete ainda o 1º Secretário assumir a Presidência na ausência do Presidente e Vice-Presidente.

**Art. 30** - Havendo renúncia coletiva da diretoria ou na falta de diretores executivos, convoca-se uma Assembleia Geral e será eleita uma Junta Governativa para administrar e promover uma nova eleição no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 31**- Ao Tesoureiro compete:

- I) Arrecadar as receitas e depositar o numerário em Banco, designado pelo Presidente, conforme art. 26, inciso XII;
- II) Elaborar e apresentar balanços e balancetes mensais da Associação para o Conselho Fiscal;
- III) Realizar os pagamentos quando autorizados pelo Presidente;
- IV) Assinar os cheques, ordens de pagamento, balancetes mensais e quaisquer outros documentos contábeis, juntamente com o Presidente;
- V) Fazer a escrituração no livro auxiliar de caixa, dando seu visto e mantendo-o sob sua responsabilidade;

- VI) Executar o recolhimento das obrigações fiscais, FGTS, previdenciárias e outras exigidas em Lei e fazer declaração de Imposto de Renda, relação anual de informações sociais e manter sob sua guarda as certidões negativas de Tributos Federais, Estaduais e Municipais; e,
- VII) Substituir o 2º Secretário, conforme dispõe o art. 28;
- VIII) Apresentar relatório de receitas e despesas, sempre que for solicitado;
- IX) Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- X) Manter o numerário em estabelecimento bancário.

## SEÇÃO IV

### DO CONSELHO FISCAL E COMUNITÁRIO

**Art. 32** - O Conselho Fiscal Será formado por três membros efetivos titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, ao mesmo tempo com a Diretoria.

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o término deste.

§ 3º - Em sua primeira reunião, o Conselho Fiscal, escolherá o Coordenador e o Secretário, entre seus próprios membros.

§ 4º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, devendo os assuntos tratados e decisões tomadas serem lavradas em ata, num livro próprio, ao final sendo assinada por todos os presentes, cujas reuniões só poderão se realizar com a presença de no mínimo 03 (três) de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos;

§ 5º - O livro de atas ficará sob a guarda e responsabilidade do Secretário do Conselho Fiscal.

**Art. 33** - Ao Conselho Fiscal Compete:

- I) Fiscalizar todo o movimento financeiro da Associação quer de receita, quer de despesas;
- II) Elaborar, executar, examinar, periciar, aprovar ou reprovar os balanços e balancetes mensais, opinando a respeito;
- III) Opinar sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo parecer para os organismos superiores da Associação.
- IV) Fiscalizar as atividades desenvolvidas pela Associação, examinando todos os documentos que julgar necessário; e,
- V) Verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica se estão sendo utilizados com zelo e bem guardados;
- VI) Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

**Art. 34** - O Conselho Comunitário será composto por no mínimo cinco representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1988, que instituiu o Serviço de Radiofusão Comunitária.





## CAPÍTULO IV

### PERDA DE MANDATO



**Art. 35** - Os membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal perderão o mandato nos seguintes casos:

- I) Malversação, ou dilapidação do patrimônio social;;
- II) Grave violação desse Estatuto;
- III) Abandono do cargo, na forma prevista no Estatuto;
- IV) Transferência voluntária do Estado, que importe no afastamento do exercício do cargo;
- V) Mudança de Residência do Estado;

§ 1º - A perda de mandato será declarada pela Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.

§ 2º - Toda e qualquer destinação de cargo administrativo, deverá ser precedida de notificação, com prazo mínimo de 10 (dez) dias, assegurado ao interessado pleno direito de defesa.

§ 3º - A perda do mandato na hipótese do inciso I do caput, somente se efetivará, mediante comprovação documental.

**Art. 36** - Na hipótese de perda de mandato, as substituições serão feitas de acordo com o disposto neste Estatuto.

**Art. 37** - A convocação de substitutos ou suplentes quer para a Diretoria, quer para o Conselho Fiscal, compete ao Presidente ou ao substituto legal.

**Parágrafo Único** - Em relação à convocação de suplentes para o Conselho Fiscal, será obedecida à ordem de colocação na chapa.

**Art. 38** - Havendo renúncia, assumirá automaticamente o cargo vacante o substituto legal previsto neste Estatuto.

§ 1º - As renúncias serão automaticamente o cargo vacante o substituto legal previsto neste Estatuto.

§ 2º - Em se tratando de renúncia do Presidente da Organização será notificado seu substituto legal, que dentro de 48 (quarenta e oito) horas reunirá a Diretoria para ciência do ocorrido assumindo de imediato o cargo.

**Art. 39** - Ocorrendo à renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Fiscal e não havendo substituto ou suplente, será convocado de imediato a Assembleia Geral Extraordinária, elegendo uma junta governativa para administrar, promovendo uma eleição no prazo que estabelece o art. 30.

**Art. 40** - Em caso de Abandono do cargo processar-se-á na forma dos artigos anteriores, no que lhes forem aplicáveis.

## CAPÍTULO V

### DA ELEIÇÃO

**Art. 41** - As eleições para os cargos eletivos serão realizados conforme o previsto no art. 24.

§ 1º - O voto é secreto;

§ 2º - O Regimento eleitoral será aprovado em Assembleia;



§ 3º - Candidatos considerados sócios fundadores, e Regulares em pleno exercício de seus direitos poderão votar e ser votados;

§ 4º - Para os sócios honoríficos verificar o art. 4º, § 3º, inciso I;

§ 5º - Em relação aos sócios contribuintes, observar o preceituado no art. 4º, inciso I;

§ 6º - O Presidente da Instituição coordenará o pleito da Diretoria e do Conselho Fiscal.



**Art. 42** - Só poderá concorrer na eleição como candidato para preenchimento dos cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal, o associado em pleno gozo dos seus direitos ou outras obrigações previstas no Regimento Interno ou regras estabelecidas pela Diretoria vigente.

**Art. 43** - Cada associado terá direito a votar uma única vez, observado o estatuído no art. 10, Parágrafo Único.

**Art. 44** - Os membros eleitos para a Diretoria ou Conselho Fiscal tomarão posse imediatamente, na mesma Assembleia, observando o disposto no art. 24.

**Art. 45** - O Presidente afixará na sede da Associação ou locais públicos, com prazo de 30 dias o Edital de convocação para realização de eleição para preenchimento de cargos na Diretoria ou no Conselho Fiscal, definindo local, dia e hora da sua realização, especificando a natureza da(s) eleição(ões), de acordo com o número de chapas inscritas a votação poderá ser por voto secreto ou aclamação.

**Parágrafo Único** - Os pleiteantes aos cargos eletivos na Diretoria ou no Conselho Fiscal deverão fazer suas inscrições ou registro de chapas, na sede da associação, até 05 (cinco) dias antes do pleito.

**Art. 46** - A Diretoria nomeará até 30 dias, uma comissão eleitoral para elaborar as instruções gerais das eleições constituídas de três associados não ocupantes de cargos eletivos ou candidatos dos pleitos, com a finalidade de:

I) Elaborar os modelos das cédulas;

II) Organizar as mesas receptoras e junta apuradora;

III) Controlar a votação, apurar os votos e afixar o resultado da eleição.

**Art. 47** - Dar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.

§ 1º - Em caso de empate, assumirá aquele que tiver maior tempo de Serviço no Estabelecimento;

§ 2º - Caso o empate ainda persista, será dado como eleito aquele que for mais idoso.

**Art. 48** - Concluídos os trabalhos do pleito e entregue todos os documentos e materiais utilizados à Diretoria, a Comissão Eleitoral, após a posse dos eleitos será dissolvida automaticamente, sem maiores formalidades.

## CAPÍTULO VI

### DO PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

**Art. 49** - O patrimônio é ilimitado e constituído por todos os bens e direitos que a Associação possui ou viera possuir, a saber:

Quatro assinaturas manuscritas em azul, representando os membros da Comissão Eleitoral ou da Diretoria.

- I) Bens móveis e/ou imóveis rurais ou urbanos, adquiridos ou a ela doados, através de convênio, contratos ou outras formas de ajustes com órgãos Públicos ou Privados, Instituições Financeiras nacionais ou internacionais, desde que não haja ressalva que impeçam a apropriação no Patrimônio da Associação;
- II) Doação de entidades ou pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras;
- III) Bens semoventes, ações e apólices da dívida pública.

**Parágrafo Único** - Nenhum bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser alienado, vendido ou hipotecado sem expressa autorização dos associados, em Assembleia Geral, observando os dispositivos art. 10, inciso IV; art. 26, inciso XIII e art. 33, inciso VI.

**Art. 50** - Constituem recursos financeiros da Associação:

- I) Auxílios financeiros obtidos de qualquer origem;
- II) Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos;
- II) Subvenções e auxílios estabelecidos pelos poderes públicos;
- IV) Rendas decorrentes da exploração de bens próprios;
- V) Taxas e outras contribuições dos Associados;
- VI) Receitas provenientes de convênio, empréstimo ou prestação de serviço a terceiros ou associados;
- VII) Quaisquer outros recursos públicos ou privados que lhe forem destinados.

**Parágrafo Único** - Os recursos financeiros serão mantidos em depósitos, em Bancos da reconhecida idoneidade, observado o art. 26, inciso XII.

## CAPÍTULO VII

### DA DISSOLUÇÃO

**Art. 51** - A Associação será dissolvida quando observado o disposto no art. 11, inciso I, do presente estatuto, aliado à vontade manifestada pelos Associados em Assembleia Geral Extraordinária, expressamente convocada para este fim.

**Parágrafo Único** - Dissolvida a Associação, o seu patrimônio inclusive os recursos financeiros, será doado destinado à entidade de fins não econômicos e/ou entidades assistenciais do município de Portalegre/RN, devidamente Registrada no Conselho Nacional de Serviços Social, por deliberação dos Associados em Assembleia Geral.

## CAPÍTULO VIII

### DADOS GERAIS DA BANDEIRA

**Art. 52** - A Bandeira da Associação Benéfico-Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo - ABACANR é representada por um retângulo de várias cores nas proporções de 1 metro e comprimento por 70 centímetros de largura, com desenhos que simbolizam alguns dos objetivos da Associação.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 53** - É vedada a remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal.



**Art. 54** - A Associação não distribuirá dividendos de espécie algum, nem de qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas vendas, a títulos de lucro ou participação no seu resultado, aplicando-se os eventuais resultados positivos no apoio à ampliação de suas atividades dentro dos objetivos sociais previstos neste Estatuto.

**Art. 55** - A reforma deste Estatuto será proposta pela Diretoria executiva em Assembleia Geral Extraordinária, especificamente convocada para este fim e entrará imediatamente em vigor, desde que mais de um ano antes das eleições e com a aprovação da maioria absoluta em 1ª convocação e -nas demais com a presença de 1/3 (um terço), com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes aptos a votar.

**Art. 56** - a Associação se obriga a manter, em todos os níveis, uma gestão aberta e clara, facilitando o controle de todas as suas atividades pelos Associados.

**Art. 57** - Os departamentos, grupos de trabalho ou comissões serão criados observando-se os dispostos neste Estatuto, sendo formado por 03 (três) Associados, os quais atuarão como auxiliares a Diretoria na Gestão das atividades da Associação.

**Art. 58** - A Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes Rêgo - ABACANR, foi fundada no dia 24 de junho de 1998 e devidamente registrada no Cartório competente.

**Art. 59** - A atual Diretoria passará a ter um mandato de 4 {quatro} anos, iniciando 29 de janeiro de 2014 e encerrando no dia 29 de janeiro de 2018.

**Art. 60** - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvidas as entidades ou órgãos competente quando for o caso e referendados pela Assembleia Geral.

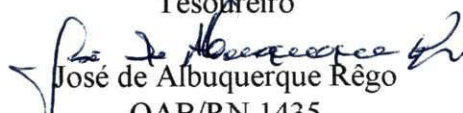
**Art. 61** - O presente Estatuto foi aprovado em Assembleia Geral de alteração estatutária, realizada nesta data, cuja Ata que aprovou este Estatuto, é peça anexa dele, para quaisquer fins de direito.

Portalegre/RN, 29 de janeiro de 2014.

  
Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo  
CPF: 406.535.954-68  
Presidente

  
Charles Souza Marinho  
CPF: 084.687.814-36  
Secretário

  
Francisco Fabiano Viana de Moura  
CPF: 072.749.234-98  
Tesorreiro

  
José de Albuquerque Rêgo  
OAB/RN 1435



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R,  
Ed. Anexo Alta Oeste Sala 300  
7044-900 - Brasília - DF

70044-900



Ministério das  
Comunicações  
142  
Gj



Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo  
Ass. Benef. Artística Comunitária "Ana Nunes do Rêgo"  
Rua: Ana Nunes do Rêgo nº 57 - Centro  
59810-000 - Portalegre - RN



143  
W

## **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO BENEF.ARTIST.E COMUNIT.ANA NUNES DO  
REGO-ABACANR  
**CNPJ:** 02.863.836/0001-45

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:33:46 do dia 15/04/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/05/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

**Ministério das Comunicações**  
**Secretaria de Serviço de Radiodifusão**  
**Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão**  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**



**Identificação do Processo**

Número: 53000.006952/2013 Localidade / UF: PORTALEGRE/RN  
Entidade: ASSOCIACAO BENEFICIENTE ARTISTICA COMUNITARIA ANA NUNES DO REGO  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

**Processo**

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

**2. Conclusão Geral (Parecer Legal)**

Mapa RadCom:

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom FL. 03
- CNPJ válido e atual FL. 05
- Cópia do RG e CPF FL. 63//39//67//68
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada FL. 09
- Último relatório do Conselho Comunitário FL. 82/83
- O Estatuto Social FL. 129/141 FL. 58/59 (registro) OK
- Certidão Anatel FL. 143

Pendências:

Vínculo Político.

À consideração superior.

  
Wallace Santos Pinheiro





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília – DF  
(61) 3311-6281

Ofício nº ~~2527~~ /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 29 de abril de 2014.

Ao(À) Senhor(a)  
**REPERSENTANTE LEGAL**  
Da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA “ANA NUNES RÊGO”**  
Rua Ana Nunes do Rêgo, nº. 57, Centro  
59.810-000 / Portalegre – RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.006952/2013.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.006952/2013**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Portalegre/RN**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **1506/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita esclarecimentos acerca de possíveis irregularidades encontradas nos autos.

2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,

**TASSIANA CUNHA CARVALHO**  
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1506/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº **53780.000329/1998.**  
Processo de Renovação nº **53000.006952/2013.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA “ANA NUNES RÊGO”** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Portalegre/RN.**

---

**ANÁLISE**

2. Analisando os autos, constataram-se indícios de que a entidade mantém vínculos político-partidários, visto que sua presidenta, Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo, compõe o Diretório do Partido Político Democratas (DEM) no Município de Portalegre/RN, conforme documentação anexa.
3. Assim, o pedido de outorga desta requerente deve aguardar o esclarecimento sobre os fatos apresentados, considerando que o art. 11 da Lei 9.612, de 1998, repudia qualquer vínculo que possa submeter as prestadoras do serviço de RadCom ao domínio, administração ou mesmo orientação político-partidárias.

---

**CONCLUSÃO**

4. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para prestar os devidos esclarecimentos sobre os pontos elencados nos itens acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.
5. Esclarecemos ainda que a constatação de vínculo com outra entidade poderá ensejar a não renovação da outorga.

À consideração superior.

Brasília, 15 de abril de 2014.



---

**WALLACE S. PINHEIRO**  
*Técnico de Nível Superior*

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1506/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 29 de abril de 2014.



---

**TASSIANA CUNHA CARVALHO**  
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

### TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.006952/2013-26**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 22 de julho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 22/07/2014, às 09:23, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0049118** e o código CRC **9A45660A**.



## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 18 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 18/08/2014, às 14:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0090393** e o código CRC **7F877230**.

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**

---

**EXMA. SRA. COORDENADORA – GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.**

**Processo nº 53000.0006952/2013**

A Associação Beneficente Artística Comunitária “Ana Nunes Rêgo”, com endereço à rua Ana Nunes Rêgo, nº 57, Centro, Portalegre/RN, CEP: 59.810 – 000, por sua representante legal – Presidente, Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo, brasileira, casada, residente e domiciliada em Portalegre/RN, ao final assinada, vem, respeitosamente, apresentar defesa a Nota Técnica Ministerial apresentada, pelos motivos e fatos a seguir expostos:

Alega a Nota Técnica que a Presidente da Associação, subscritora da presente defesa, que a mesma é subordinada a agremiação partidária dos “Democratas”, estando ao “arrepio da Lei” do dispositivo do Art. 11da Lei nº 9.612 de 1998.

Ocorre que a Presidente da entidade Beneficente encontra-se desligada de filiação partidária consoante de depreende da página 1 da Certidão expedida pelo sistema SGIPWEB, podendo ser conferida através da página do Eg. TSE – [www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao](http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao).

Em seguida consta requerimento da subscritora, presidente da entidade, dando ciência do desligamento como membro do Diretório Municipal dos Democratas, datado de 06 de junho de 2012, com o recebimento na mesma data.

Ainda está incluso, com a mesma data, do comunicado ao Juiz de Direito Eleitoral da 63ª Zona Eleitoral – Portalegre, do desligamento como membro do Diretório Municipal dos Democratas.



24-06-14



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**

---

Deste modo, não há qualquer óbice ou obstáculo para o prosseguimento do pedido de renovação da concessão pleiteado e em curso neste Ministério de Estado das Comunicações, fazendo cumprir na integridade o princípio da legalidade, postulado basilar do Estado Democrático de Direito.

Assim sendo, a signatária apresentada a defesa, ante a presença de V. Exa., vencidos os obstáculos, requer o prosseguimento do feito administrativo para a concessão da renovação da outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Portalegre/RN.

Protesta-se e Requer, caso seja necessário de mais provas em direito admitido.

Nestes Termos  
Pede Deferimento.

Portalegre/RN para Brasília/DF em, 11 de junho de 2014.

  
Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo  
Presidente/subscritora



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF  
(61) 3311-6281

Ofício nº *2527* /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, *29* de *abril* de 2014.

Ao(À) Senhor(a)

**REPERSENTANTE LEGAL**

Da **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA "ANA NUNES RÊGO"**

Rua Ana Nunes do Rêgo, nº. 57, Centro  
59.810-000 / Portalegre – RN

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.006952/2013.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.006952/2013**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Portalegre/RN**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **1506/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita esclarecimentos acerca de possíveis irregularidades encontradas nos autos.

2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,

**TASSIANA CUNHA CARVALHO**  
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária

CGRC





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1506/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº 53780.000329/1998.  
Processo de Renovação nº 53000.006952/2013.

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA "ANA NUNES RÊGO"** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Portalegre/RN**.

---

**ANÁLISE**

2. Analisando os autos, constatarem-se indícios de que a entidade mantém vínculos político-partidários; visto que sua presidenta, Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo, compõe o Diretório do Partido Político Democratas (DEM) no Município de Portalegre/RN, conforme documentação anexa.

3. Assim, o pedido de outorga desta requerente deve aguardar o esclarecimento sobre os fatos apresentados, considerando que o art. 11 da Lei 9.612, de 1998, repudia qualquer vínculo que possa submeter as prestadoras do serviço de RadCom ao domínio, administração ou mesmo orientação político-partidárias.

---

**CONCLUSÃO**

4. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para prestar os devidos esclarecimentos sobre os pontos elencados nos itens acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

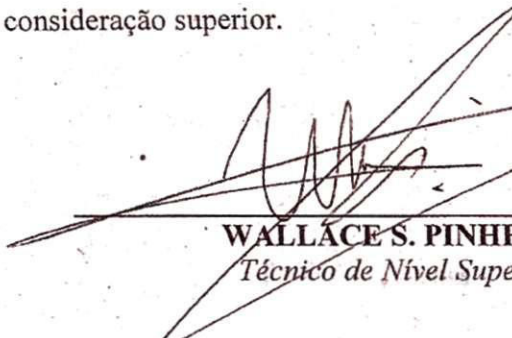
5. Esclarecemos ainda que a constatação de vínculo com outra entidade poderá ensejar a não renovação da outorga.

53000.006952/2013/CGRC



À consideração superior.

Brasília, 15 de abril de 2014.



---

**WALLACE S. PINHEIRO**  
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1506/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 29 de abril de 2014.



---

**TASSIANA CUNHA CARVALHO**  
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária

53000.006952/2013/CGRC

2 de 2

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DO  
PARTIDO DEMOCRATAS DE PORTALEGRE/RN

Sr. José Adalberto Nunes do Rêgo

Senhor Presidente,

Eu Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo, filha de Eugênio Cezário da Silva e Josina Fernandes da Silva, portador do título de eleitoral nº 008449111627 – Zona 063 – Seção 0037, vem à presença de Vossa Excelência, solicitar o meu DESLIGAMENTO como Membro deste Diretório Municipal do Partido Democratas de Portalegre/RN, esta respeitável agremiação partidária, a partir desta data, por questão pessoais, para os fins de direito.

Portalegre/RN, 06 de junho de 2012



Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo  
CPF.: 406.535-954-68

Recebido,

06/06/2012



Assinatura do presidente do partido



## JUSTIÇA ELEITORAL

## CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(s) Membro(s) abaixo relacionado(s):

Nome	Título Eleitoral	Cargo	Exercício
JOSE ADALBERTO NUNES REGO	010570611660	DELEGADO A CONVENÇÃO ESTADUAL	06/06/2012 a 16/07/2014 - ATIVO
JOSE ADALBERTO NUNES REGO	010570611660	PRESIDENTE	06/06/2012 a 16/07/2014 - ATIVO
PAULO DO REGO JUNIOR	010588571643	SUPLENTE DE DELEGADO A CONVENÇÃO ESTADUAL	06/06/2012 a 16/07/2014 - ATIVO
PAULO DO REGO JUNIOR	010588571643	VICE-PRESIDENTE	06/06/2012 a 16/07/2014 - ATIVO
CICERO ALEXANDRE PEREIRA	010575401651	TESOUREIRO	16/07/2011 a 16/07/2014 - ATIVO
EXPEDITO GOMES DE LIRA	010568221600	SECRETARIO GERAL	16/07/2011 a 16/07/2014 - ATIVO
JOSÉ ADALBERTO NUNES REGO	010570611660	VICE-PRESIDENTE	16/07/2011 a 05/06/2012 - INATIVO
JOSE AUGUSTO DE FREITAS RÊGO	010584541643	PRESIDENTE - E DELEGADO A CONVENÇÃO ESTADUAL	16/07/2011 a 05/06/2012 - INATIVO
ANTONIO LUCIANI HOLANDA DIOGENES	018023231619	1º - MEMBRO	16/07/2011 a 16/07/2014 - ATIVO
JOÃO BOSCO DA FONSECA	010584221660	2º - MEMBRO	16/07/2011 a 16/07/2014 - ATIVO
MARIA MARQUIRE DANTAS DE FREITAS REGO	008449111627	3º - MEMBRO	16/07/2011 a 16/07/2014 - ATIVO
PAULO DO REGO JUNIOR	010588571643	4º - MEMBRO - E SUPLENTE DE DELEGADO A CONVENÇÃO ESTADUAL	16/07/2011 a 05/06/2012 - INATIVO

Faz(em) parte do seguinte orgão partidário:

CNPJ: **03.828.546/0001-23**

Partido



Político: **DEMOCRATAS - DEM**

Orgão  
Partidário: **Diretório**

Abrangência: **MUNICIPAL - PORTALEGRE/RN**

Protocolo: **207792011**

Data **05/08/2011**

Protocolo: **08:25:28**

Vigência: **Início:16/07/2011 Final:  
16/07/2014**

Logradouro: **AV. DR. ANTONIO MARTINS, 25110**

Bairro: **CENTRO**

CEP: **59.810-000**

Telefone:

Fax:

E-mail:

Código: **YSLQ.WULC.1I5J.VQBB.**

Certidão  
emitida às: **15/04/2014 13:26:37**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:  
<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



Versão: 1.2

Início | Login | Ajuda

## RESULTADO DA CONSULTA DE REGISTRO DE FILIAÇÃO

	Inscrição	Nome	Partido	Data de Filiação	Data de Cancelamento	UF	Zona	Situação	Tipo de Registro
191	010572471635	MARIA EDILMA VIANA DE MOURA	DEM	29/09/2003	---	RN	063	Regular	Oficial
192	010572491600	MARIA EDLEUSA DE PAIVA	DEM	14/11/1987	---	RN	063	Regular	Oficial
193	010572501635	MARIA EDNEIDE REGO PAIVA CAVALCANTE	DEM	14/11/1987	---	RN	063	Regular	Oficial
194	010587121686	MARIA ELIZABETE BARBOSA	DEM	10/12/1985	---	RN	063	Regular / NP	Oficial
195	012602901660	MARIA ERIBENE DE QUEIROZ CARDOSO	DEM	10/07/1997	12/12/2011	RN	063	Cancelado	Oficial
196	010572581694	MARIA FRANCISCA RIBEIRO LIMA	DEM	24/03/1992	---	RN	063	Regular	Oficial
197	018027201627	MARIA GORETE DE SOUZA OLIVEIRA	DEM	25/09/2007	---	RN	063	Regular	Oficial
198	010572711660	MARIA JOSÉ DELMIRO DA SILVA	DEM	09/01/2009	12/12/2011	RN	063	Cancelado	Oficial
199	015027761678	MARIA LENILDA RIBEIRO BESSA	DEM	16/07/2011	---	RN	063	Regular	Oficial
200	008449111627	MARIA MARQUIRE DANTAS DE FREITAS REGO	DEM	10/07/1997	29/05/2014	RN	063	Cancelado	Oficial

&lt;&lt; Primeira Página

&lt; Página Anterior

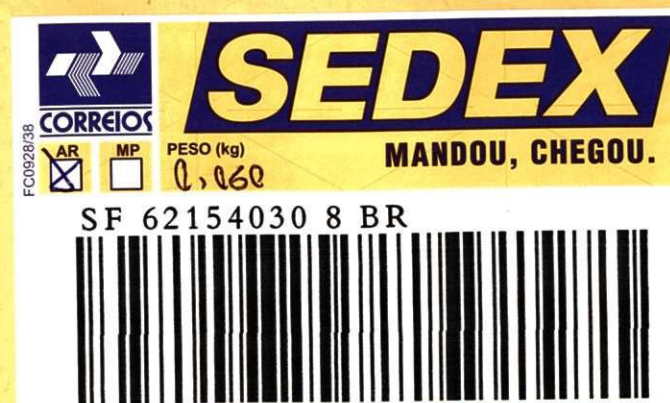
([http://filiaweb.tse.jus.br/filiaweb/filiacao/registro/resultadoLazy.seam?\(http://filiaweb.tse.jus.br/filiaweb/filiacao/registro/actionOutcome=firstPage&cid=13206\)](http://filiaweb.tse.jus.br/filiaweb/filiacao/registro/resultadoLazy.seam?(http://filiaweb.tse.jus.br/filiaweb/filiacao/registro/actionOutcome=firstPage&cid=13206)))

(<http://filiaweb.tse.jus.br/filiaweb/filiacao/registro/actionOutcome=prevPage&cid=13206>)

VOLTAR



MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R,  
ED. ANEXO ALA OESTE SALA 300  
CEP: 70044-900 - BRASÍLIA - DF







## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** ASSOCIACAO BENEF.ARTIST.E COMUNIT.ANA NUNES DO REGO-ABACANR

**CNPJ:** 02.863.836/0001-45

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:34:08 do dia 08/07/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/08/2016.

Certidão expedida gratuitamente.





RFB a sua atualização cadastral.

 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 02.863.836/0001-45 <b>MATRIZ</b>		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	
<b>DATA DE ABERTURA</b> 24/06/1998			
<b>NOME EMPRESARIAL</b> ASSOCIACAO BENEFICIENTE ARTISTICA COMUNITARIA ANA NUNES DO REGO			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> ABACANR			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
<b>LOGRADOURO</b> R ANA NUNES DO REGO		<b>NÚMERO</b> 57	<b>COMPLEMENTO</b>
<b>CEP</b> 59.810-000	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> CENTRO	<b>MUNICÍPIO</b> PORTALEGRE	<b>UF</b> RN
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b>		<b>TELEFONE</b>	
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****			
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 03/11/2005	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 11/07/2016 às 15:50:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**NOTA TÉCNICA Nº 17080/2016/SEI-MCTIC**

Processo de Renovação nº: **53000.006952/2013-26**

Processo de Outorga nº: 53780.000329/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

---

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Portalegre/RN**.

---

**ANÁLISE**

2. Realizada análise jurídica destes autos, constatarem-se pendências que necessitam ser sanadas. Assim, passa-se a solicitar os documentos abaixo relacionados, de acordo com o que determina a Portaria 4334/2015, publicada no DOU de 21/09/2015 e demais legislação que trata do assunto:

I. Declaração, **atualizada**, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. **Retificação** da Ata de eleição da Diretoria realizada no dia 29/01/2014, para um mandato de 4 (quatro) anos, com término em 29/01/2018, conforme dispõe o art. 59 do Estatuto, haja vista, que faltou o preenchimento **dos cargos de 2º Secretário e 2º Tesoureiro**, bem como, a citada Ata **se refere a um mandato de 2 (dois) anos, ao invés de 4 (quatro) anos, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, alertando que nenhum membro da diretoria poderá fazer ou ter cargos junto a Diretório de Partido Político.**

III. Cópia **LEGÍVEL** da Carteira de Identidade (RG) e do CPF do 2º Secretário e do 2º Tesoureiro eleitos.

IV. **Relatório** resumido do Conselho Comunitário, **datado de dezembro de 2015**, sobre a programação veiculada pela emissora, **assinado por todos os cinco membros do citado Conselho e deve estar acompanhado da atual grade de programação da emissora.**

**ALTERAR OS ARTIGOS 23 E 24 DO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE PARA :**

- **artigo 23:** " A Diretoria Executiva compõe-se dos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro".
- **Suprimir** o Parágrafo Único do referido artigo 23.
- **artigo 24:** " Os cargos eletivos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, terão o mandato de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma única recondução, isto é, uma única reeleição".

## CONCLUSÃO

3 . Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Advogado**, em 14/07/2016, às 07:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Delegada Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inov no Estado de Santa Catarina, Substituta**, em 14/07/2016, às 10:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1233643** e o código CRC **7B766486**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro

CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC

Tel.: (61) 2027-5055 (VOIP)

Ofício nº 25486/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor(a)

Representante Legal da Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego

Rua: Ana Nunes do Rego, 57, Centro.

CEP: 59.810.000 - **Portalegre/RN.**

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.006952/2013-26.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 17080/2016/SEI-MCTIC/SC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos do processo de renovação de outorga.

2. A esse respeito, a entidade deverá apresentar a documentação pendente, ficando estabelecido **o prazo de 45 ( quarenta e cinco) dias**, contado a partir da data de recebimento deste, de acordo com o AR (Aviso de Recebimento) que o acompanha, sob pena de, em não havendo o cumprimento do prazo, **esta Delegacia Regional, se manifestara pelo indeferimento da solicitação da renovação de outorga e a consequente extinção da autorização.**

3. No expediente de resposta deverão ser mencionados: o número do Processo de referência, o número deste Ofício de exigência e o número da Nota Técnica.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm  
Delegada Substituta





Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm**,  
**Delegada Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inov no**  
**Estado de Santa Catarina, Substituta**, em 14/07/2016, às 10:48,  
conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador  
**1233964** e o código CRC **D5CD8010**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício  
nº 25486/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.006952/2013-26 - Nº SEI: 1233964

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

Ofício nº 25486/2016/SEI-MCTIC 1233964  
Ao Senhor(a)  
Representante Legal da Associação Beneficente  
Artística Comunitária Ana Nunes do Rego  
Rua: Ana Nunes do Rego, 57, Centro.  
CEP: 59.810.000 - Portalegre/RN.

PAÍS / PAYS

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

*João Paulo Viana*

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

22/07/16

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

JOÃO PAULO VIANA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADOR  
SIGNATURE DE L'AGENT

*Francisco Juracy de Almeida*  
677-755-  
677-755-  
677-755-



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

JO 18841477 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

15 JUL 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

FLORIANÓPOLIS-SC

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Delegacia Regional em Santa Catarina - DRMC-04

Praça XV de Novembro, 242 - 1º andar

CIDADE / LOCALITÉ

88010-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**

---

Ofício 05/2016

Portalegre/RN 26 de Agosto de 2016.

À

**SRA. DELEGADA SUBSTITUTA**

**ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM**

**Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**

**Delegacia Regional em Santa Catarina**

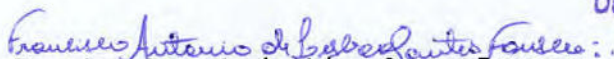
**Assunto: Resposta a Nota Técnica Relativa à análise do Processo nº 53000.0006952/2013-26.**

A Associação Beneficente Artística Comunitária "Ana Nunes Rêgo", com endereço à Rua Ana Nunes Rêgo, nº 57, Centro, Portalegre/RN, CEP: 59.810 – 000, por seu representante legal – Presidente, Francisco Antonio de Lisboa Santos Fonseca, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado, na Rua Manoel Soares de Freitas nº 10, Centro, Portalegre/RN, Portador do RG 1.870.343 SSP/RN, CPF 051.427.904-48 RFB, ao final assinado, vem, respeitosamente, em resposta ao Ofício nº 25486/2016/SEI-MCTIC, apresentar as alterações constante na Nota Técnica já mencionada acima.

Assim sendo, diante da documentação em anexo a este Ofício, acreditamos poder ter sanados todos os questionamentos na Nota Técnica.

Sem mais para o momento, nossas cordialidades.

Portalegre/RN, 26 de Agosto de 2016.

  
Francisco Antonio de Lisboa Santos Fonseca  
Presidente/subscritor

RG 1.870.343 CPF 051.427.904-48



*Marilda Maria Lopes*  
Agente Administrativo  
DRMC - 04 / Matrícula 0454984



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMARCA DE PORTALEGRE-RN  
CARTÓRIO ÚNICO

Cartório Único, sito à Praça Cel. Vicente do Rego Filho, 12, Centro Portalegre-RN, CEP: 59810-000, Fone 84-3377-2005


E-mail-bernadeteregonunes@gmail.com, fgdamascena@gmail.com

**CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS**

CERTIFICO, em razão do meu ofício e parte interessada, que revendo os livros deste Cartório Único do Registro de Pessoas Jurídicas da cidade de Portalegre – Estado do Rio Grande do Norte, constatei que em data de 25/08/2016, no livro de protocolo nº 04, folhas 27, sob o nº 273, no Livro 04, folhas 116 a 141, sob nº 273, foi Registrado(a), o **ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTISTICA COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO - ABACANR"**. realizado em 09/08/2016; onde figura-se como Presidente o Sr. **FRANCISCO ANTONIO DE LISBOA SANTOS FONSECA** e Tesoureiro o Sr. **JOÃO PAULO VIANA DE MOURA**. O referido é verdade, do que dou fé.



Portalegre – RN, 25 de Agosto de 2016.

  
**FRANCISCO GENILSON DAMASCENA**  
Tabelião Público Substituto





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMARCA DE PORTALEGRE-RN  
CARTÓRIO ÚNICO

Cartório Único, sito à Praça Cel. Vicente do Rego Filho, 12, Centro Portalegre-RN, CEP: 59810-000, Fone 84-3377-2005

E-mail-bernadeteregonunes@gmail.com, fgdamascena@gmail.com

**CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS**

CERTIFICO, em razão do meu ofício e parte interessada, que revendo os livros deste Cartório Único do Registro de Pessoas Jurídicas da cidade de Portalegre – Estado do Rio Grande do Norte, constatei que em data de 25/08/2016, no livro de protocolo nº 04, folhas 27, sob o nº 272, no Livro 04, folhas 112 a 115, sob nº 272, foi registrado(a) a **ATA DE DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA COM OBJETIVO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA, E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO CIVIL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTISTICA COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO - ABACANR" E AUTERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL E COMUNITÁRIO.** Ata realizada em 09/08/2016; onde figura-se como Presidente o Sr. **JOÃO PAULO VIANA DE MOURA** e secretariado o Sr. **JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO.** O referido é verdade, do que dou fé.

**CARTÓRIO ÚNICO**

CNPJ 08.392.615/0001-12

Maria Bernadete Nunes Régio Gomes

Tabelião, escrivã e oficial do Registro

Civil e Protocolo de Títulos

Francisco Genilson Damascena

Substituto

Portalegre/RN



Portalegre – RN, 25 de Agosto de 2016.

**FRANCISCO GENILSON DAMASCENA**  
Tabelião Público Substituto

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
Maria Bernadete Nunes Régio Gomes  
Tabelião, Escrivã e oficial do Registro

Civil e Protocolo de Títulos  
Francisco Genilson Damascena  
Substituto

Portalegre/RN



**CARTÓRIO ÚNICO AUTENTICAÇÃO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12

A presente cópia é a reprodução  
fiel do original DOU FÉ.

Portalegre/RN, 25 de 08 de 2016

Maria Bernadete Nunes Régio Gomes - Tabelião Pública  
Francisco Genilson Damascena - Tabelião Público Substituto



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO-ABACANR"  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 – Centro – Portalegre/RN  
CNPJ: 02.863.836/0001-45

## DECLARAÇÃO

Eu, **Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca**, na qualidade de representante legal da Associação Beneficente Artística e Comunitária "Ana Nunes do Rêgo-ABACANR", declaro, para os devidos fins, que a Rádio "FM Portalegre" encontra-se com suas instalações e equipamentos, em conformidade com a Licença Para Funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária, nº 001967/2001, emitida em 21 de janeiro de 2004, pelo Ministério das Comunicações, sendo: Latitude 06S0126 e Longitude 37W5916, frequência, 104,9 MHz, 1,00 KM, canal 285, Indicativo de Estação ZYD539, Potência 25,00 W, Antena Espiral, Altura Centro Irradiação 27,5m, com ganho 0,0 dBd, Transmissor Principal da Teclar Equipamentos Eletrônicos, TEC 113, código 000384XXX0345.

A presente declaração é a expressão da verdade. Dou fé.

Portalegre-RN, 09 de Agosto de 2016.

*Francisco Antonio de Lisboa Santos Fonseca*  
**Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca**

CPF: 051.427.904-48



reconheço a(s) firma(s)  
*Francisco Antonio de Lisboa Santos Fonseca*  
Portalegre - RN, 09 de agosto de 2016  
de verdade  
Tabela Pública

**CÓPIAS DOS DOCUMENTOS PESSOAIS DO 1º  
TESSOUREIRO E 2º TESSOUREIRO**



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.360.130 DATA DE EXPEDIÇÃO 12.03.2002

NOME FRANCISCO FABIANO VIANA DE MOURA

FILIAÇÃO Luiz Gonzaga de Moura  
Maria Edilma Viana de Moura

Portalegre-RN 01.08.1985

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

C/Nasc. Nº 2.937 Liv. A-04 Fls. 76 do  
2º Cart. de Portalegre-RN

DOC. ORIGEM

CPF

Hannellore Graça Souza dos Santos  
SECRETARIA DO DISTRITO

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

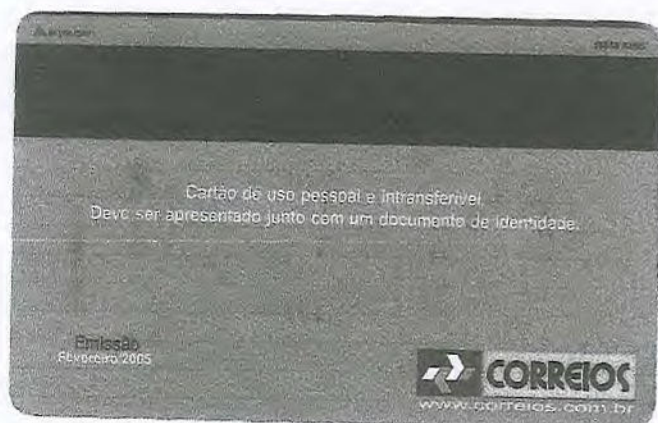
TO VINCADO  
BRASIL  
LIVRE  
DANONIA

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

FRANCISCO FABIANO VIANA DE MOURA

CARTEIRA DE IDENTIDADE



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

**CPF**

Cadastro de Pessoas Físicas  
Número de Inscrição

072.749.234-98

Nome

FRANCISCO FABIANO VIANA DE MOURA

Nascimento

01/08/1985

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes  
Tabelião, Escrivã e oficial do Registro



**CARTÓRIO ÚNICO AUTENTICAÇÃO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12

A presente cópia é a reprodução  
fiel do original DOU FÊ.

Portalegre/RN, 25 de 08 de 2016

Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes - Tabeliã Pública  
Francisco Genilson Damasceno - Tabelião Público Substituto



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA  
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

*Eliezio de Paiva Viana*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
LIBERAL 457.363  
NOME  
ELIEZIO DE PAIVA VIANA  
FILIAÇÃO  
JOSE VIANA NETO  
ALCIDES DE PAIVA VIANA  
NATURALIDADE  
PORTALEGRE RN  
DATA DE NASCIMENTO  
20/07/1960  
DOC ORIGIN  
CERT. DE CASAMENTO L-803 F-51 RG-510  
PORTALEGRE RN-UNICO CARTURIO  
423.196.684-20  
2a. VIA  
ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CIC

NASCIMENTO  
20.07.60  
INSCRIÇÃO NO CPF  
423.196.684-20  
CONTRIBUINTE  
ELIEZIO DE PAIVA VIANA  
ASSINATURA DO TITULAR  
SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes  
Tabeliã, Escrivã e oficial do Registro  
Civil e Protocolo de 1º Grau  
Francisco Gilson Damasceno  
Substituto  
Portalegre/RN



**CARTÓRIO ÚNICO AUTENTICAÇÃO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
A presente cópia é a reprodução  
fiel do original DOU FÉ.  
Portalegre/RN, 25 de 08 de 2016  
Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes - Tabeliã Pública  
Francisco Gilson Damasceno - Tabelião Público Substituto



**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO  
RÊGO-ABACANR"**

Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 – Centro – Portalegre/RN.  
CNPJ: 02.863.836/0001-45

**RELATÓRIO RESUMIDO DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

A emissora de rádio "FM Portalegre", 104,9 Mhz, veículo de comunicação pertencente a esta entidade, cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Desde sua criação, a emissora não veiculou nenhuma publicidade com o objetivo de obtenção de lucros, ficando ressalvados os casos de apoio cultural. Ela reserva um percentual, mínimo, de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

A Rádio "FM Portalegre" cumpre seus objetivos estatutários e os aos quais se propôs desde sua manifestação de interesse em explorar os serviços de radiodifusão comunitária.

Sua GRADE DE PROGRAMAÇÃO é composta das seguintes atrações:

**Segunda a sexta-feira**

6h às 7h – Programa 'Manhã de Luz' (Igreja Católica);  
7h às 8h – Programa Manhã Sertanejo;  
8h às 12h – Show da Manhã;  
12 às 13h – Espaço reservado às Igrejas Evangélicas  
13h às 17h – Programa Tarde Legal;  
17h às 18h – Forrozão de Portalegre;  
18h às 19h – Arquivo Musical;  
19h às 20h – A Voz do Brasil;  
20h às 21h – Programação Musical.

**Sábado:**

6h às 8h – Programa Musical;  
8h às 12h – Conexão 104;  
12h às 13h – Espaço reservado às Igrejas Evangélicas;  
13h às 18h – Programa Musical;  
18h às 18h30min – ‘A Hora do Anjo’;  
18h30min às 21h – Programação Musical.

**Domingo:**

6h às 7h - Programação Musical  
7h às 8h – Programa Democracia no Campo;  
8h às 9h30min – Espaço reservado à Igreja Católica;  
9h30min às 12h – Conexão 104  
12h às 14h – Cultura Nordestina;  
14h às 18h – Programação Musical.  
18h às 18h30min – ‘A Hora do Anjo’;  
18h30min às 21h – Programação Musical.

Portalegre-RN, 09 de Agosto de 2016.



Raimundo Nonato Viana de Oliveira

Paróquia de Portalegre – DSLM

CNPJ: 08.264.111/0025-94

Raimundo Nonato Viana de Oliveira

Ass. Jovens Padre Dário Tórboli

CNPJ: 07.759.080/0001-02

Ass. Cultural e esportiva Portalegrense

CNPJ: 08.549.875/0001-59

Grupo Cultural Arraiá da Juventude

CNPJ: 08.600.195/0001-61



Ass. Comunitária dos Agricultores Familiares do Sítio Serrinha

~~Francisca Lucineide da Silva~~

CNPJ: 07.559.540/0001-59

Francisca Lucineide da Silva

Representante da Associação



Reconheço a (s) firma (s) \_\_\_\_\_  
Francisca Lucineide da Silva  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
Portalegre RN 25 de 08 de 2016  
Em uso de verdade  
Tabeliã Pública

**ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO" – ABACANR**  
**RÁDIO COMUNITÁRIA FM PORTALEGRE 104,9**  
**CNPJ: 02.863.836/0001-45**  
**Avenida Dr. Antônio Martins, 142 Portalegre – RN**  
**Tel. (84) 3377-2108 – [www.fmportalegre.com](http://www.fmportalegre.com)**

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09/08/2016, COM OBJETIVO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA, E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO CIVIL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA ANA NUNES DO RÊGO – ABACANR E AUTERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL E COMUNITARIO.**

Reuniram-se aos nove dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às 15h00min (Quinze) horas na sede da Associação Beneficente Artística Comunitária "Ana Nunes do Rêgo" – ABACANR, localizada na Rua Ana Nunes do Rêgo, nº 57, Centro, Portalegre/RN, os abaixo assinados, Sócios da mesma em 1ª(primeira) convocação. Foram convocados os sócios João Paulo Viana de Moura e José Augusto de Freitas Rêgo, o primeiro para Presidir a presente Assembleia e o segundo para Secretário, tendo o membro Presidente lido o Edital de dependência desta, com objetivo, para deliberar sobre alteração nos objetivos sociais da ABACANR com a finalidade de antecipar e renovar a Diretoria Executiva com eleição dos membros que comporão a nova Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e eleição dos novos membros que comporão Conselho Comunitário.

- 1 Francisca Rita
- 2 Leandro Marques Da Costa de Freitas Rêgo
- 3 Francisco Antonio de Bulhões Santos Fonseca
- 4 José Augusto de Freitas Rêgo
- 5 João Paulo Viana de Moura
- 6 Francisco Bulhões Santos Fonseca
- 7 Leandro Marques de Freitas Rêgo
- 8 Charles Souza Marinho
- 9 Emmanuel de Aguiar
- 10 João Bosco de Freitas Rêgo
- 11 Maria do Rêgo Rêgo
- 12 Raimundo de Freitas Júnior
- 13 Francisca Antônia de Freitas



- 14 Círios Vannuci de Souza Ferreira
- 15 Francisco Sandregiris de Castro Rêgo Magalhães
- 16 Eliezio de Paiva Viana
- 17 Francisco Fabiano Viana de Moura
- 18 Túlio de Oliveira Gomes
- 19 José Manoel J.R.
- 20 José Belarmino dos S. Neto

Não havendo numero suficiente em primeira convocação para deliberação, o membro Presidente as 15h30min (Quinze e Trinta) horas foi feito a 2ª(segunda) convocação, não havendo acréscimo na presença dos sócios, o membro Presidente apresentou as alterações no Estatuto Social, que propõe a "Execução dos serviços de Radiodifusão Comunitária, o ingresso gratuito, como associado, de qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço e a constituição do Conselho Comunitário todos conforme o que determina a Norma 1/2011 e na oportunidade a apresentou Chapa Única para escolha da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário recém criado. Assim constitui de Diretoria Executiva: Presidente, Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca; Vice-Presidente, Maria Marquiere Dantas de Freitas Rêgo; 1º Tesoureiro, João Paulo Viana de Moura; 2º Tesoureiro, Francisco Fabiano Viana de Moura 1º Secretário; Charles Souza Marinho; 2º Secretario, Eliezio de Paiva Viana. O Conselho Fiscal composto por Francisca Rita, Círios Vannuci de Souza Ferreira, Carlos Cesar da Costa, Raimundo Nonato Gomes de Lima, Francisco Salatiel Santos Fonseca e o Conselho Comunitário composto por José Robério de Holanda representando a Paroquia de Portalegre/RN, Raimundo Nonato Viana de Oliveira representando a Ass. Jovens Padre Dario Torboli, Ed Rogeres Lira representando a Ass. Cultural e Esportiva Portalegrense – ACEP, Espedito Gomes de Lira representante do Grupo Cultural Arraiá da Juventude, Francisco Josenildo da Silva representando a Ass. Comunitária dos Agricultores Familiares do Sitio Serrinha. Em seguida foram chamados os sócios presentes, um a um, chamada nominal, no qual a mando do membro presidente foi entregue a cédula de votação, que em cabine e através de votação secreta, registraram seus votos, colocando em uma urna indefensável. Terminada a votação o membro Presidente abriu a urna, sendo eleita a Chapa Única por unanimidade dos votos. Dessa forma foi eleita a Chapa Única para o mandato de 04 (anos) anos. Em seguida foi anunciada e empossada os membros eleitos da seguinte maneira: Diretoria Executiva: Presidente, Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca; Vice-Presidente, Maria Marquiere Dantas de Freitas Rêgo; 1º Tesoureiro, João Paulo Viana de Moura; 2º Tesoureiro, Francisco Fabiano Viana de Moura 1º Secretário; Charles Souza Marinho; 2º Secretario, Eliezio de Paiva Viana. O Conselho Fiscal composto por Francisca Rita, Círios Vannuci de Souza Ferreira, Carlos Cesar da Costa, Raimundo Nonato Gomes de Lima, Francisco Salatiel Santos Fonseca e o Conselho Comunitário composto por José Robério de Holanda representando a Paroquia de Portalegre/RN, Raimundo Nonato Viana de Oliveira representando a Ass. Jovens Padre Dario Torboli, Ed Rogeres Lira representando a

**CARTÓRIO ÚNICO**  
 CNP. 08.382.616/0001-12  
 Maria Ferreira de Freitas Rêgo Gomes  
 Tabelada, Escriva e oficial do Registro  
 Civil e Protocolo de Títulos  
 Substituto  
 Francisco Genilson Damasceno  
 Tabelado  
 CNP. 08.382.616/0001-12



Ass. Cultural e Esportiva Portalegrense – ACEP, Espedito Gomes de Lira representante do Grupo Cultural Arraiá da Juventude, Francisco Josenildo da Silva representando a Ass. Comunitária dos Agricultores Familiares do Sítio Serrinha. Não havendo nada mais a tratar lavrei a presente Ata que depois de lida e aceita conforme, vai assinada por mim e pelo membro Presidente.

Secretario: \*

Presidente:

  
Espedito Gomes de Lira





**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNP. 08.392.615/0001-12  
Mariz Hernandes Nunes Rêgo Gomes  
Tabela, Escrivão e Oficial do Registro  
Civil e Arquivo de Títulos  
Francisco Genilson Damascena  
Substituto  
Portalegre/Rio Grande do Norte

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA

ANA NUNES DO RÊGO

ESTATUTO SOCIAL

APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL, NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2016, COM  
ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS CONFORME O NOVO CÓDIGO CIVIL.



**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
Maria Kermadete Nunes Rêgo Gomes  
Tabelião, escrivão e oficial do Registro  
Civil e Inventário de Família  
Francisco Genilson Damascena  
Substituto  
Portalegre/Rio Grande do Norte

## CAPÍTULO I

### DO NOME, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVO SOCIAL

Art. 1º - A Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo-ABACANR, sociedade civil para fins não econômicos, será regido pelo presente Estatuto e demais Leis aplicáveis, constituída na forma da lei, em 24 de junho de 1998, tendo:

- a) Sede administrativa situada à Rua Ana Nunes do Rêgo, nº 57 - Centro, no Município de Portalegre/RN com foro jurídico na comarca de Portalegre/RN;
- b) Prazo de duração indeterminado, caracterizado como pessoa jurídica de direito privado sendo correspondente com o ano civil; e,
- c) Área de ação, para efeito de admissão de associados é preferencialmente circunscrita a área do município de Portalegre/RN, podendo inclusive abrir representação e/ou escritório em qualquer cidade brasileira.

Art. 2º - Para consecução do seu objetivo, a Associação poderá:

§ 1º - Promover o desenvolvimento da comunidade através da realização de obras e ações, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo, bem como programas governamentais;

§ 2º - Representar a comunidade junto a órgãos públicos e privados, na reivindicação de soluções objetivando seu progresso e bem estar, físico, mental e social;

§ 3º - Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da cidade e município, através da integração de seus moradores;

§ 4º - Proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas;

§ 5º - Promover, incentivar, manter e divulgar a democratização dos meios de comunicação em geral e, em especial a criação e manutenção de meios alternativos e/ou comunitários, as denominadas "Estações de Serviço de Radiodifusão Comunitária";

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ: 08.392.615/0001-12  
Maria Carmelinda Nunes Rêgo Gomes  
Tabelião, escrivão e oficial do Registro  
Civil e Inventário de Títulos  
Fica em: Rua José de Sousa Damascena  
Portalegre/RN - 55.000-000  
Grande do Norte



§ 6º - Promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas;

§ 7º - Promover compras em comum de interesse dos seus associados;

§ 8º - Filiar-se a outras entidades congêneres;

§ 9º - Conscientizar a comunidade de seus direitos e deveres para refletir sua potencialidade;

§ 10 - Celebrar convênios com órgãos governamentais e organizações não governamentais, nacionais ou internacionais quando for deliberado pela Assembleia Geral.

§ 11 - Tem como finalidade a execução dos serviços de Radiofusão Comunitária.

## CAPÍTULO II

### DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

#### SEÇÃO I

#### DOS ASSOCIADOS

**Art. 3º - Poderá ingressar livremente, qualquer pessoa física, homens e mulheres, com idade maior ou igual a 18 anos, independente de raça, cor, religião, posição política e social, em sua área de atuação que concorde com disposição deste Estatuto, e não pratique outra atividade que possam prejudicar ou colidir com os seus interesses e objetivos da Associação, assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço.**

**Art. 4º - Os sócios são da seguinte categoria:**

- a) Fundadores;
- b) Regulares;
- c) Honoríficos;
- d) Contribuintes.

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes  
Tabelião, escrivão e oficial do Registro  
Civil e do Registro de Títulos  
Francisco Genilson Damascena  
Substituto  
Portalegre/Rio Grande do Norte

§ 1º - Os  
Sócios  
Fundador  
es são os  
que  
constam  
na ata de  
fundação  
estatutária  
da  
Associaçã  
o  
Beneficent  
e, Artística  
Comunitár  
ia Ana  
Nunes do  
Rêgo -  
ABACAN  
R;



**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNP. 08.392.615/0001-12  
Maria Hermenegildo Nunes Rego Gomes  
Tabela, Escritório Oficial do Registro  
Civil e Protesto de Títulos  
Francisco Genilson Damascena  
Substituto  
Portalegre/Rio Grande do Norte

§ 2º - Os Sócios Regulares serão os previstos no Art. 3º, apresentados por 02 (dois) sócios e aprovados em Assembleia;

§ 3º - Os Sócios Honoríficos serão aqueles que prestarem relevante serviço à Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo - ABACANR, ajuízo da diretoria e aprovados em Assembleia;

I) Os Sócios Honoríficos estão isentos das contribuições devidas a Associação e não gozam de direito de votar e serem votados;

§ 4º - Os Sócios Contribuintes serão os órgão e entidades, públicas ou privadas, que prestem serviços à comunidade.

I) Os Sócios Contribuintes poderão ter representação no Conselho Deliberativo. O representante terá o direito de compor o Conselho Deliberativo, sendo-lhe vedado, todavia, o direito de ser votado para composição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Os sócios contribuintes, através de sua representação, gozarão das demais regalias atribuídas aos Sócios Regulares.

## SEÇÃO II DOS DIREITOS

**Art. 5º** - São direitos dos Associados, quites com suas obrigações sociais e em pleno gozo das regalias que lhes asseguram este Estatuto:

I) Tomar parte das Assembleias Gerais, discutir, propor, deliberar, votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ressalvado a restrição imposta aos representantes de Sócios Contribuintes, o qual encontra-se previsto no Art. 4, § 4º, inciso I;

II) Participar dos programas de benefícios e gozar de outras vantagens que a Associação venha realizar ou conceder;

III) Utilizar-se de todos os serviços mantidos pela Associação;

IV) Fazer parte das comissões de trabalho, da representação de núcleos da Associação ou de departamentos instituídos pela Diretoria Executiva;

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ: 08.392.615/0001-12  
Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes  
Tabela: Escritura Oficial do Registro  
Civil e Protesto de Títulos  
José Genilson Damasceno  
Substituto - Grande do Norte



- V} Propor à Diretoria Executiva, ainda que através de representante de núcleos da Associação, medidas de interesse da comunidade;
- VI} Participar das reuniões na Assembleia Geral, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;
- VII} Frequentar as dependências da Associação e estabelecimentos criados para suas finalidades;
- VIII} Requerer a Diretoria esclarecimentos e informações julgadas necessárias para o bom funcionamento da Associação;
- IX} Convocar a Assembleia Geral e fazer nela representar, nos termos e nas condições prevista nesse Estatuto;
- X} Ter acesso aos livros e documentos fiscais, contábeis e de controles administrativos, nas épocas próprias, mediante requerimento prévio;
- XI} Desligar-se a qualquer tempo da Associação, mediante solicitação por escrito;
- XII} Recorrer dos atos da Diretoria Executiva, quando julgados prejudiciais aos seus direitos e interesses.

### SEÇÃO III

#### DOS DEVERES

##### Art. 6º - São deveres dos Associados

- I) Cumprir as disposições deste Estatuto e respeitar as decisões tomadas pelos órgãos de Administração;
- II} Frequentar as reuniões e zelar pelo patrimônio e pela boa imagem e interesses da Associação;
- III} Pagar em dia taxas, mensalidades e outras contribuições estabelecidas pela Assembleia Geral;
- IV} Cumprir pontualmente com os compromissos assumidos perante a Associação;



b)

V) Fazer-se presente às assembleias e reuniões para as quais for convocado e contribuir para o alcance aos objetivos da convocação;

VI) Participar, direta ou indiretamente, de todas as ações que objetivarem o engrandecimento da Associação ou o desenvolvimento econômico e social da comunidade;

§ 1º - Os valores das taxas, mensalidades e outras contribuições previstos inciso serão reajustados anualmente a juízo da Assembleia, através de Resolução.

§ 2º - O Associado estará sujeito às penalidades legais e estatutárias quando infringir qualquer item citado neste artigo, atribuindo-lhe as seguintes punições:

- a) Advertência verbal, aplicada pelo Presidente da Associação, após deliberação em Reunião da Diretoria;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão dos direitos temporariamente, definidos em Assembleia Geral;
- d) Exclusão definida, aplicada pela Diretoria e referendada pela Assembleia Geral Extraordinária convocada especificamente para a finalidade quando reincidente por 03 (três) vezes na letra "a"; ou quando reincidente por 2 (duas) vezes na letra "b"; ou quando reincidente por 2 (duas) na letra "c".

§ 3º - A exclusão será aplicada pela Diretoria, após deliberação em reunião, ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, devendo haver imediata notificação por escrito ao associado

§ 4º - O associado excluído poderá recorrer para a Assembleia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contando da data do recebimento da notificação;

§ 5º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral;

§ 6º - A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 3º deste artigo;

§ 7º - Os sócios excluídos do quadro social não poderão reclamar a restituição de qualquer contribuição que hajam feito a Associação.

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ: 06.592.815/0001-12  
Maria Bertoldo Nunes Rêgo Gomes  
Tabelião, Escriba Oficial do Registro  
Civil e Proferente de Títulos  
Francisco Genilson Damascena  
Substituto  
Cidade: Rio Grande do Norte







k)

- I) Reformar os Estatutos;
- 11) Eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- 111) Apreciar e votar o Balanço, Relatório, plano de trabalho e o parecer do Conselho Fiscal;
- IV) Autorizar a alienação de bens obsoletos ou sem utilidades;
- V) Apreciar e aprovar os regimentos internos e Códigos de Ética que venham ser elaborados

**Parágrafo Único** - Para participar das Assembleias Gerais com direito a voto, os associados deverão estar filiados pelo menos 90 (noventa) dias antes da convocação.

**Art. 11-** Compete a Assembleia Geral Extraordinária:

- I) Deliberar sobre a dissolução da Associação e nomear liquidante ou interventor;
- 11) Autorizar a obtenção de empréstimos e outras obrigações pecuniárias e constituição de garantias, quando for o caso;
- 12) Eliminar o associado do quadro social observando-se as disposições constante no presente Estatuto;
- IV) Aprovar os planos de ação submetidos pelo Conselho Deliberativo;
- V) Resolver questões nas quais o Estatuto seja omissivo.

**Parágrafo Único** - A Assembleia Extraordinária reunir-se-á sempre que as necessidades o exigirem.

**Art. 12** - É de exclusiva competência da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, a destituição ou substituição de qualquer membro da Diretoria e/ou Conselho Fiscal e/ou de Departamentos criados, bem como para a alteração estatutária, quando será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes a Assembleia, não podendo dela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

§ 1º - Quando ocorrer renúncia de membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal a que venha comprometer a administração da Associação, qualquer.

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ: 08.392.615/0001-12  
Mara Karudelo Nunes Régio Gomes  
Tárcia, 1350 - Centro de Tinha  
Cidade e Distrito de Tinha  
Município de Tinha - RJ  
Substituto  
Rafael Grande do Rio



Associado convocará uma Assembleia Geral Extraordinária objetivando nova eleição para a Diretoria e/ou Conselho Fiscal que serão eleitos e empossados no prazo máximo de 07 (sete) dias, observando o art. 14 do presente Estatuto.

§ 2º - Quando ocorrer renúncia de membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal que não comprometa a administração da Associação, a substituição será imediata, tomando posse o membro da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal competente, exercendo o cargo que lhe foi conferido até o fim do mandato inicialmente previsto para a Diretoria e/ou Conselho Fiscal.

**Art. 13** - O "quórum" para a realização de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária, em primeira convocação é de 2/3 (dois terços) do número de associados e em pleno gozo dos seus direitos, em seguida e última convocação, uma hora mais tarde com maioria absoluta dos associados, observando o Art. 10, Parágrafo Único deste Estatuto.

**Art. 14** - A Assembleia será normalmente convocada pelo Presidente, mas se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderá também ser convocada, em conjunto, pelos outros membros efetivos da Diretoria, pelo Conselho Fiscal, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais, após solicitação não atendida, respeitando o Art. 10, Parágrafo Único deste Estatuto.

**Art. 15** - A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, com avisos enviados aos associados ou fixados em lugares públicos. No comunicado ou no aviso devem estar claros o dia, hora e local da Assembleia, bem como a pauta de assuntos a serem tratados. "

**Parágrafo Único** - A Assembleia só poderá deliberar assuntos que constem da Ordem do Dia.

**Art. 16** - A Mesa da Assembleia será constituída pelos membros da Diretoria, ou, na sua falta ou impedimento, por membros do Conselho Fiscal.

**Art. 17** - Todos os assuntos constantes na pauta do Edital de convocação e as decisões tomadas pela Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária serão obrigatoriamente registra dos em ata e assinada por todos os presentes.

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ - 08.392.615/0001-12  
Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes  
Tabelião, escrivão público do Registro  
Civil e Promotor de Fidejussões  
Francisco Genilson Damascena  
Substituto  
Município de Rio Grande do Norte



## SEÇÃO 11

### DO CONSELHO DELIBERATIVO

**Art. 18 - O Conselho Deliberativo Compete:**

- I) Elaborar, coordenar e executar plano de Trabalho da Associação, Regimento Interno e Código de Ética submetido e aprovado pela Assembleia Geral
- 11) Delibera sobre os planos de desenvolvimento econômico e social da comunidade;
- 12) Estabelecer às metas de realização e as propriedades, submetendo-as a Assembleia Geral para aprovação;
- IV) Propor à Assembleia Geral o Valor de taxas, mensalidades e outras contribuições exigidas dos associados;
- V) Examinar a procedência dos motivos alegados pela Diretoria Executiva para recusar pedidos de inscrição de sócios e, da mesma forma, os atos de exoneração que não se fundamentarem em iniciativa dos próprios associados envolvidos, observado o art. 25, inciso XI;
- VI) Buscar fontes alternativas de financiamento para fomentar projetos da associação;
- VII) Propor diretrizes de atuação, monitorar e supervisionar as atividades já realizadas, oferecendo orientação geral;

§ 1º - O Conselho Deliberativo é composto de representante dos Órgãos e Entidades, públicas ou privadas, que prestem serviços à comunidade. Tem assento ao Conselho também os representantes das comunidades rurais que constituem núcleos populacionais do município de Portalegre/RN.

§ 2º - A juventude local representar-se-á através de um dos encarregados do Departamento Juvenil da ABACANR - Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo, principalmente pelo Presidente deste departamento.

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ: 08.392.615/0001-12  
Marta Fernandes Nunes Rêgo Gomes  
Tereza Espinosa e oficial do Registro  
Civil e Protestos de Faltas  
Francisco Genilson Damascena  
Substituto  
Portalegre Grande do Norte



§ 3º - A representação de qualquer entidade ou órgão das comunidades rurais as fará mediante apresentação formal subscrita pelos respectivos-responsáveis ou por mais da metade dos associados que vier a representar.

**Art. 19** - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, por convocação do Presidente, extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, ou ainda por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais.

**Art. 20** - A Presidência e Vice Presidência do Conselho Deliberativo cabem ao Presidente da Diretoria Executiva. Os trabalhos de secretário das reuniões do Conselho Deliberativo são de competência e responsabilidade do secretário da Diretoria Executiva.

**Art. 21** - O Conselho Deliberativo reúne-se e delibera com a maioria simples dos seus componentes.

**Art. 22** - O mandato do Conselho Deliberativo será coincidente com o mandato da Diretoria.

### SEÇÃO III

#### DA DIRETORIA

**Art. 23** - A Diretoria compõe-se de: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

**Art. 24** - Os cargos eletivos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, terão o mandato , sendo admitida uma única recondução, isto é, uma única reeleição.

**Parágrafo Único** - A forma de gestão administrativa da diretoria será por decisão colegiada, por maioria de votos entre os presentes.

**Art. 25** - A Diretoria reunir-se-á, no mínimo, a cada 02 (dois) meses e a Diretoria Executiva uma vez a cada mês, por convocação do Presidente, e extraordinariamente sempre que as circunstâncias o exigirem, também por

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ: 08.392.615/0001-12  
Maria Hernandes Nunes Régio Gomes  
Tábua, com a função de Registro  
Civil e Cartório de Títulos  
Francisco Genilson Damascena  
Substituto  
Ponte Alegre/Rio Grande do Norte

convocação daquele ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

**Art. 25 - A Diretoria Executiva Compete:**

- I) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e deliberações por ela tomada, o Regimento Interno, o Código de Ética e, sobretudo as decisões tomadas em Assembleia Geral;
- 11) Articular-se e representar perante as instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse do Associado;
- 12) Criar receitas destinadas a cobrir despesas operacionais e de manutenção;
- IV) Apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório e as contas de sua gestão, bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- V) Acolher aclamações dos Associados;
- VI) Executar o plano de desenvolvimento da comunidade definida pelo Conselho Deliberativo e aprovado pela Assembleia Geral;
- VII) Encaminhar até 30 de dezembro de cada ano, para aprovação da Assembleia Geral, relatórios anuais das atividades desenvolvidas na comunidade;
- VIII) Exonerar, a pedido ou por motivos relevantes, sócios do quadro social, respeitando o art. 11, inciso 111, deste Estatuto;
- IX ) Aprovar o Quadro do Pessoal -Administrativo da Associação Comunitária;
- X) Contratar e definir funcionários;
- XI) Aprovar propostas de inscrição de sócios, As propostas acaso não aprovadas devem ser submetidas, com as justificativas cabíveis, ao Conselho deliberativo, para exames;
- XII) Convocar Assembleia Geral e o Conselho Deliberativo;
- XIII) Interpretar os presentes Estatutos e decidir sobre os casos omissos.

**Art. 26 - Compete ao Presidente:**

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ: 08.392.615/0001-12  
Maria Bernadete Nunes Pêgo Gomes  
Tabela de taxa e oficial do Registro  
Civil e Cartório de Matrícula  
Francisco de Assis da Mota  
Substituto  
Bomalegre/Rio Grande do Norte



p)

- I) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto as decisões por emanadas, o Regimento Interno, o Código de Ética e, sobretudo as decisões tomadas em Assembleia Geral;
- II) Representar a Associação ativa e passiva, judicialmente e extrajudicialmente;
- III) Proteger o patrimônio da Associação;
- IV) Baixar portarias disciplinando as ações que visem o bom desenvolvimento das atividades internas;
- V) Passar procurações a terceiros com poderes limitados ao fato pertinente, quando o fato assim o exigir, observando o disposto no art. 9º;
- VI) Autorizar os pagamentos quando da existência de suficiência de fundo e verificar frequentemente o saldo bancário ou em caixa;
- VII) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- VIII) Assinar com o Secretário, as correspondências da Associação;
- IX) Criar comissões e/ou departamentos da Associação;
- X) Assinar atas e outros documentos, tais como: Contrato de parcerias e prestação de serviço, convênios e termos, de interesse da Associação;
- XI) Assinar cheque, ordens de pagamento, balancetes mensais e outros documentos de igual natureza, juntamente com o tesoureiro;
- XII) Indicar os estabelecimentos bancários nos quais deverão ser feitos os depósitos de qualquer natureza para Associação;
- XIII) Alienar, mediante anuência da Assembleia Geral, bens obsoletos ou sem utilidade para a comunidade;
- XIV) Realizar, mediante aprovação da Assembleia Geral, a contratação de empréstimos e outras obrigações pecuniárias;
- XV) Receber doação em nome da Associação;
- XVI) Outras atribuições que venham a ser estabelecidas no regimento interno ou deliberadas pela Assembleia;



**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ - 08.392.615/0001-12  
Maria Helena de Neres Régio Gomes  
Tábea de Almeida e Silva - Oficial do Registro  
Francisco Genilson Damascena  
Substituto  
Rio Grande do Sul



Parágrafo Único - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências, faltas e vacância até o seu término.

**Art. 27 - Compete ao Secretário:**

- I) Lavrar ou mandar lavrar atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias, mantendo os respectivos livros sob sua guarda e responsabilidade;
- II) Fazer ou mandar fazer a correspondência, relatórios e outros documentos determinando seu arquivamento;
- III) Assinar com o Presidente as correspondências da Associação;
- IV) Organizar os arquivos, mantendo-os sob sua guarda e responsabilidade;
- V) Efetuar a guarda e zelo de toda secretaria e arquivo da Associação;
- VI) Outras atribuições que venham ser estabelecidas no regimento interno;

Parágrafo Único - Ao 2º Secretário compete assumir as funções de 1º Secretário, por delegação temporária deste ou por qualquer outro impedimento do mesmo.

**Art. 28 -** O 1º Secretário substitui o Vice-Presidente, fazendo com que o 1º Tesoureiro substitua o 2º Secretário.

**Art. 29 -** Compete ainda o 1º Secretário assumir a Presidência na ausência do Presidente e Vice-Presidente.

**Art. 30 -** Havendo renúncia coletiva da diretoria ou na falta de diretores executivos, convoca-se uma Assembleia Geral e será eleita uma Junta Governativa para administrar e promover uma nova eleição no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 31 -** Ao Tesoureiro compete:

- I) Arrecadar as receitas e depositar o numerário em Banco, designado pelo Presidente, conforme art. 26, inciso XII;
- II) Elaborar e apresentar balanços e balancetes mensais da Associação para o Conselho Fiscal;
- III) Realizar os pagamentos quando autorizados pelo Presidente;

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ: 08.392.615/0001-12  
Maria Kennedy de Almeida  
Escritório de Escritura e Protesto  
Rua Genésio de Almeida  
100 - Fátima - Belo Horizonte - MG

n))

- IV} Assinar os cheques, ordens de pagamento, balancetes mensais e quaisquer outros documentos contábeis, juntamente com o Presidente;
- V} Fazer a escrituração no livro auxiliar de caixa, dando seu visto e mantendo-o sob sua responsabilidade;
- VI} Executar o recolhimento das obrigações fiscais, FGTS, previdenciárias e outras exigidas em Lei e fazer declaração de Imposto de Renda, relação anual de informações sociais e manter sob sua guarda as certidões negativas de Tributos Federais, Estaduais e Municipais; e,
- VII} Substituir o 2º Secretário, conforme dispõe o art. 28;
- VIII) Apresentar relatório de receitas e despesas, sempre que for solicitado;
- IX) Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral;
- X) Manter o numerário em estabelecimento bancário.

#### SEÇÃO IV

#### DO CONSELHO FISCAL

Art. 32 - O Conselho Fiscal Será formado por três membros efetivos titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos, ao mesmo tempo com a Dir . . .

§ 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o término deste.

§ 3º - Em sua primeira reunião, o Conselho Fiscal, escolherá o Coordenador e o Secretário, entre seus próprios membros.

§ 4º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, devendo os assuntos tratados e decisões tomadas serem lavradas em ata, num livro próprio, ao final sendo assinada por todos os presentes, cujas reuniões só poderão se realizar

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ - 08.392.615/0001-12  
Maria Fernanda Nunes Rêgo Gomes  
Tabela, Esboço e Oficial do Registro  
Civil e Protesto de Títulos  
Substituto  
da Grande



com a presença de no mínimo 03 (três) de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos;

§ 5º - O livro de atas ficará sob a guarda e responsabilidade do Secretário do Conselho Fiscal.

**Art. 33 - Ao Conselho Fiscal Compete:**

- I) Fiscalizar todo o movimento financeiro da Associação, quer de receita, quer de despesas;
- 11) Elaborar, executar, examinar, periciar, aprovar ou reprovar os balanços e balancetes mensais, opinando a respeito;
- 12) Opinar sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo parecer para os organismos superiores da Associação.
- IV) Fiscalizar as atividades desenvolvidas pela Associação, examinando todos os documentos que julgar necessário; e,
- V) Verificar se os livros contábeis e fiscais exigidos pela legislação específica se estão sendo utilizados com zelo e bem guardados;
- VI) Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;

**Art. 34 - O Conselho Comunitário será composto por no mínimo cinco representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art.4º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1988, que instituiu o Serviço de Radiofusão Comunitária.**

#### CAPÍTULO IV

#### PERDA DE MANDATO

**Art. 35 - Os membros da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal perderão o mandato nos seguintes casos:**

- I) Malversação, ou dilapidação do patrimônio social;
- 11) Grave violação desse Estatuto;
- III) Abandono do cargo, na forma prevista no Estatuto;

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ - 08.392.615/0001-12  
Maria Aparecida dos Anjos, Rôça Gomes  
Tabela e sistema oficial do Registro  
Civil e Protocolo de Títulos  
Francisco Gomes Damasceno  
Rio Grande do Norte



IV) Transferência voluntária do Estado, que importe no afastamento do exercício do cargo;



**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
Maria Helena Nunes Rêgo Gomes  
Tabela Exatidão do Registro  
Civil e Patrimônio de Família  
Substituto  
Rio Grande

V)

Mudança de residência do Estado;

**§ - A perda de mandato será declarada pela Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.**

§ 2º - Toda e qualquer destinação de cargo administrativo, deverá ser precedida de notificação, com prazo mínimo de 10 (dez) dias, assegurado ao interessado pleno direito de defesa.

§ 3º - A perda do mandato na hipótese do inciso I do caput, somente se efetivará, mediante comprovação documental.

**Art. 36** - Na hipótese de perda de mandato, as substituições serão feitas de acordo com o disposto neste Estatuto.

**Art. 37** - A convocação de substitutos ou suplentes quer para a Diretoria, quer para o Conselho Fiscal, compete ao Presidente ou ao substituto legal.

**Parágrafo Único** - Em relação à convocação de suplentes para o Conselho Fiscal, será obedecida à ordem de colocação na chapa.

**Art. 38** - Havendo renúncia, assumirá automaticamente o cargo vacante o substituto legal previsto neste Estatuto.

**§ 1º - As renúncias serão automaticamente o cargo vacante o substituto legal previsto neste Estatuto.**

§ 2º - Em se tratando de renúncia do Presidente da Organização será notificado seu substituto legal, que dentro de 48 (quarenta e oito) horas reunirá a Diretoria para ciência do ocorrido assumindo de imediato o cargo .

**Art. 39** - Ocorrendo a à renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Fiscal e não havendo substituto ou suplente, será convocado de imediato a Assembleia Geral Extraordinária, elegendo uma junta governativa para administrar, promovendo uma eleição no prazo que estabelece o art. 30.

**Art. 40** - Em caso de Abandono do cargo processar-se-á na forma dos artigos anteriores, no que lhes forem aplicáveis.

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ - 08.202.815/0001-12  
Uma vez que o cargo de Presidente da Organização foi renunciado, o cargo de Presidente da Organização foi assumido pelo substituto legal, o Sr. [nome não legível].



## CAPÍTULO V

### DA ELEIÇÃO

**Art. 41** - As eleições para os cargos eletivos serão realizadas conforme o previsto no art. 24.

§ 1º - O voto é secreto;

§ 2º - O Regimento eleitoral será aprovado em Assembleia;

§ 3º - Candidatos considerados sócios fundadores, e Regulares em pleno exercício de seus direitos poderão votar e ser votados;

§ 4º - Para os sócios honoríficos verificar o art. 4º, § 3º, inciso I;

§ 5º - Em relação aos sócios contribuintes, observar o preceituado no art. 4º, § 4º, inciso I;

§ 6º - O Presidente da Instituição coordenará o pleito da Diretoria e do Conselho Fiscal.

**Art. 42** - Só poderá concorrer na eleição como candidato para preenchimento dos cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal, o associado em pleno gozo dos seus direitos ou outras obrigações previstas no Regimento Interno ou regras estabelecidas pela Diretoria vigente.

**Art. 43** - Cada associado terá direito a votar uma única vez, observado o estatuído no art. 10, Parágrafo Único. -

**Art. 44** - Os membros eleitos para a Diretoria ou Conselho Fiscal tomarão posse imediatamente, na mesma Assembleia, observando o disposto no art. 24.

**Art. 45** - O Presidente afixará na sede da Associação ou locais públicos, com prazo de 30 dias o Edital de convocação para realização de eleição para preenchimento de cargos na Diretoria ou no Conselho Fiscal, definindo local, dia e hora da sua realização, especificando a natureza da(s) eleição(ões), de acordo com o número de chapas inscritas a votação poderá ser por voto secreto ou aclamação.

**Parágrafo Único** - Os pleiteantes aos cargos eletivos na Diretoria ou no Conselho Fiscal deverão fazer suas inscrições ou registro de chapas, na sede da associação, até **05(cinco) dias antes do pleito.**





**Art. 46** - A Diretoria nomeará até 30 dias, uma comissão eleitoral para elaborar as instruções gerais das eleições constituídas de três associados não ocupantes de cargos eletivos ou candidatos dos pleitos, com a finalidade de:

- I) Elaborar os modelos das cédulas;
- 11) Organizar as mesas receptoras e junta apuradora;
- 111) Controlar a votação, apurar os votos e afixar o resultado da eleição.

**Art. 47** - Dar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos sócios presentes às eleições.

§ 1º - Em caso de empate, assumirá aquele que tiver maior tempo de Serviço no Estabelecimento;

§ 2º - Caso o empate ainda persista, será dado como eleito aquele que for mais idoso.

**Art. 48** - Concluídos os trabalhos do pleito e entregue todos os documentos e materiais utilizados à Diretoria, a Comissão Eleitoral, após a posse dos eleitos será dissolvida automaticamente, sem maiores formalidades.

## CAPÍTULO VI

### DO PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

**Art. 49** - O patrimônio é ilimitado e constituído por todos os bens e direitos que a Associação possui ou viera possuir, a saber:

- I) Bens móveis e/ou imóveis rurais ou urbanos, adquiridos ou a ela doados, através de convênio, contratos ou outras formas de ajustes com órgãos Públicos ou Privados, Instituições Financeiras nacionais ou internacionais, desde que não haja ressalva que impeçam a apropriação no Patrimônio da Associação;
- 11) Doação de entidades ou pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras;
- 111) Bens semoventes, ações e apólices da dívida pública.

**Parágrafo Único** - Nenhum bem pertencente ao patrimônio da Associação poderá ser alienado, vendido ou hipotecado sem expressa autorização dos

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CMP - 08.392.615/0001-12  
Maria...  
Grande do...  
reaf...

associado, em Assembleia Geral, observando os dispositivos art. 10, inciso IV; art. 26, inciso XIII e art. 33, inciso VI.

**Art. 50** - Constituem recursos financeiros da Associação:

- I) Auxílios financeiros obtidos de qualquer origem;
- II) Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos;
- III) Subvenções e auxílios estabelecidos pelos poderes públicos;
- IV) Rendas decorrentes da exploração de bens próprios;
- V) Taxas e outras contribuições dos Associados;
- VI) Receitas provenientes de convênio, empréstimo ou prestação de serviço a terceiros ou associados;
- VII) Quaisquer outros recursos públicos ou privados que lhe forem destinados.

**Parágrafo Único** - Os recursos financeiros serão mantidos em depósitos, em Bancos da reconhecida idoneidade, observado o art. 26, inciso XII.

## CAPÍTULO VII

### DA DISSOLUÇÃO

**Art. 51** - A Associação será dissolvida quando observado o disposto no art. 11, inciso I, do presente estatuto, aliado à vontade manifestada pelos Associados em Assembleia Geral Extraordinária, expressamente convocada para este fim.

**Parágrafo Único** - Dissolvida a Associação, o seu patrimônio inclusive os recursos financeiros, será doado destinado à entidade de fins não econômicos e/ou entidades assistenciais do município de Portalegre/RN, devidamente Registrada no Conselho Nacional de Serviços Social, por deliberação dos Associados em Assembleia Geral.





## CAPÍTULO VIII

### DADOS GERAIS DA BANDEIRA

**Art. 52** - A Bandeira da Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo - ABACANR é representada por um retângulo de várias cores nas proporções de 1 metro e comprimento por 70 centímetros de largura, com desenhos que simbolizam alguns dos objetivos da Associação.

## CAPÍTULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 53** - É vedada a remuneração da Diretoria e do Conselho Fiscal.

**Art. 54** - A Associação não distribuirá dividendos de espécie algum, nem de qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas vendas, a títulos de lucro ou participação no seu resultado, aplicando-se os eventuais resultados positivos no apoio à ampliação de suas atividades dentro dos objetivos sociais previstos neste Estatuto.

**Art. 55** - A reforma deste Estatuto será proposta pela Diretoria executiva em Assembleia Geral Extraordinária, especificamente convocada para este fim e entrará imediatamente em vigor, desde que mais de um ano antes das eleições e com a aprovação da maioria absoluta em 1ª convocação e nas demais com a presença de 1/3 (um terço), com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes aptos a votar.

**Art. 56** - a Associação se obriga a manter, em todos os níveis, uma gestão aberta e clara, facilitando o controle de todas as suas atividades pelos Associados.

**Art. 57** - Os departamentos, grupos de trabalho ou comissões serão criados observando-se os dispostos neste Estatuto, sendo formado por 03 (três) Associados, os quais atuarão como auxiliares a Diretoria na Gestão das atividades da Associação.

**Art. 58** - A Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes Rêgo - ABACANR, foi fundada no dia 24 de junho de 1998 e devidamente registrada no Cartório competente.



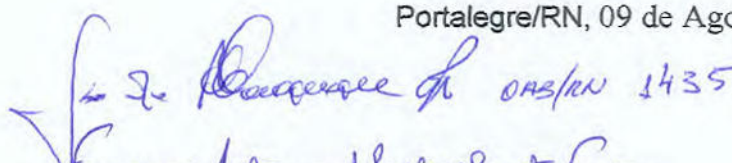


**Art. 59** - A atual Diretoria passará a ter um mandato de 4 {quatro} anos, iniciando 24 de junho de 2011 e encerrando no dia 24 de junho de 2015.

**Art. 60** - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvidas as entidades ou órgãos competente quando for o caso e referendados pela Assembleia Geral.

**Art. 61** - O presente Estatuto foi aprovado em Assembleia Geral de alteração estatutária, realizada nesta data, cuja Ata que aprovou este Estatuto, é peça anexa dele, para quaisquer fins de direito.

Portalegre/RN, 09 de Agosto de 2016.

  
Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca


CPF – 051.427.904-48

Presidente

  
Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo

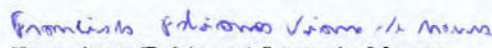
CPF – 406.535.954-68

Vice-Presidente

  
João Paulo Viana de Moura

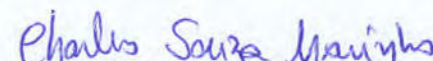
CPF – 072.726.764-77

1º Tesoureiro

  
Francisco Fabiano Viana de Moura

CPF – 072.749.234-98

2º Tesoureiro

  
Charles Souza Marinho

CPF – 084.687.814-36

1º Secretário

  
Eliezio de Paiva Viana

CPF – 423.196.684-20

2º Secretário



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA  
Praça XV de Novembro, 242 – 1º andar, salas 107 a 110 – Centro  
CEP: 88010-970 – Florianópolis/SC





**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITARIA ANA NUNES DO REGO**  
**RUA: ANA NUNES DO REGO, 57, CENTRO**  
**PORTALEGRE/RN – CEP: 59810-000**

( ETIQUETA OU CARIMBO MP )



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMARCA DE PORTALEGRE-RN  
CARTÓRIO ÚNICO

Cartório Único, sito à Praça Cel. Vicente do Rego Filho, 12, Centro Portalegre-RN, CEP: 59810-000, Fone 84-3377-2005

*E-mail-bernadeteregonunes@gmail.com, fgdamascena@gmail.com*

**CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS**

CERTIFICO, em razão do meu ofício e parte interessada, que revendo os livros deste Cartório Único do Registro de Pessoas Jurídicas da cidade de Portalegre – Estado do Rio Grande do Norte, constatei que em data de 25/08/2016, no livro de protocolo nº 04, folhas 27, sob o nº 273, no Livro 04, folhas 116 a 141, sob nº 273, foi Registrado(a), o **ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTISTICA COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO - ABACANR"**. realizado em 09/08/2016; onde figura-se como Presidente o Sr. **FRANCISCO ANTONIO DE LISBOA SANTOS FONSECA** e Tesoureiro o Sr. **JOÃO PAULO VIANA DE MOURA**. O referido é verdade, do que dou fé.



Portalegre – RN, 25 de Agosto de 2016.

  
**FRANCISCO GENILSON DAMASCENA**  
Tabelião Público Substituto





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMARCA DE PORTALEGRE-RN  
CARTÓRIO ÚNICO

Cartório Único, sito à Praça Cel. Vicente do Rego Filho, 12, Centro Portalegre-RN, CEP: 59810-000, Fone 84-3377-2005

E-mail-bernadeteregonunes@gmail.com, fgdamascena@gmail.com

**CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOAS JURIDICAS**

CERTIFICO, em razão do meu ofício e parte interessada, que revendo os livros deste Cartório Único do Registro de Pessoas Jurídicas da cidade de Portalegre – Estado do Rio Grande do Norte, constatei que em data de 25/08/2016, no livro de protocolo nº 04, folhas 27, sob o nº 272, no Livro 04, folhas 112 a 115, sob nº 272, foi registrado(a) a **ATA DE DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAODINÁRIA COM OBJETIVO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA, E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO CIVIL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTISTICA COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO - ABACANR" E AUTERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL E COMUNITÁRIO.** Ata realizada em 09/08/2016; onde figura-se como Presidente o Sr. **JOÃO PAULO VIANA DE MOURA** e secretariado o Sr. **JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO.** O referido é verdade, do que dou fé.

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12

Maria Bernadete Nunes Régio Gomes  
Tabelia, escrivã e oficial do Registro

Civil e Protesto de Títulos  
Francisco Genilson Damascena

Substituto  
Portalegre/RN

CERTIDÃO

AAT 097224

Portalegre – RN, 25 de Agosto de 2016.

**FRANCISCO GENILSON DAMASCENA**  
Tabelião Público Substituto

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12

Maria Bernadete Nunes Régio Gomes  
Tabelia, Escrivã e oficial do Registro

Civil e Protesto de Títulos  
Francisco Genilson Damascena

Substituto  
Portalegre/RN

AUTENTICAÇÃO

AMX-094311

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12

**AUTENTICAÇÃO**

A presente cópia é a reprodução  
fiel do original DOU FÉ.

Portalegre/RN, 25 de 08 de 2016

Maria Bernadete Nunes Régio Gomes - Tabeliã Pública  
Francisco Genilson Damascena - Tabelião Público Substituto



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO RÊGO-ABACANR  
Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 – Centro – Portalegre/RN  
CNPJ: 02.863.836/0001-45

## DECLARAÇÃO

Eu, **Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca**, na qualidade de representante legal da Associação Beneficente Artística e Comunitária "Ana Nunes do Rêgo-ABACANR", declaro, para os devidos fins, que a Rádio "FM Portalegre" encontra-se com suas instalações e equipamentos, em conformidade com a Licença Para Funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária, nº 001967/2001, emitida em 21 de janeiro de 2004, pelo Ministério das Comunicações, sendo: Latitude 06S0126 e Longitude 37W5916, frequência, 104,9 MHz, 1,00 KM, canal 285, Indicativo de Estação ZYD539, Potência 25,00 W, Antena Espiral, Altura Centro Irradiação 27,5m, com ganho 0,0 dBd, Transmissor Principal da Teclar Equipamentos Eletrônicos, TEC 113, código 000384XXX0345.

A presente declaração é a expressão da verdade. Dou fé.

Portalegre-RN, 09 de Agosto de 2016.

*Francisco Antonio de Lisboa Santos Fonseca*  
**Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca**

CPF: 051.427.904-48

**CARTÓRIO ÚNICO**  
CNPJ 08.392.615/0001-12  
Maria Bernadete Nunes Rêgo Gomes  
Tabelião, Escrivã e oficial do Registro  
Civil e Protesto de Títulos



reconheço a(s) firma(s)  
*Francisco Antonio de Lisboa Santos Fonseca*  
Portalegre - RN, 09 de 08 de 2016  
da verdade  
Tabela Pública



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**

---

Ofício 05/2016

Portalegre/RN 26 de Agosto de 2016.

À

**SRA. DELEGADA SUBSTITUTA**

**ARGÉLIA DINIZ SCHRAMM**

**Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**

**Delegacia Regional em Santa Catarina**

**Assunto: Resposta a Nota Técnica Relativa à análise do Processo nº 53000.0006952/2013-26.**

A Associação Beneficente Artística Comunitária "Ana Nunes Rêgo", com endereço à Rua Ana Nunes Rêgo, nº 57, Centro, Portalegre/RN, CEP: 59.810 – 000, por seu representante legal – Presidente, Francisco Antonio de Lisboa Santos Fonseca, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado, na Rua Manoel Soares de Freitas nº 10, Centro, Portalegre/RN, Portador do RG 1.870.343 SSP/RN, CPF 051.427.904-48 RFB, ao final assinado, vem, respeitosamente, em resposta ao Ofício nº 25486/2016/SEI-MCTIC, apresentar as alterações constante na Nota Técnica já mencionada acima.

Assim sendo, diante da documentação em anexo a este Ofício, acreditamos poder ter sanados todos os questionamentos na Nota Técnica.

Sem mais para o momento, nossas cordialidades.

Portalegre/RN, 26 de Agosto de 2016.

  
Francisco Antonio de Lisboa Santos Fonseca  
Presidente/subscritor

RG 1.870.343 CPF 051.427.904-48

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA "ANA NUNES DO  
RÊGO-ABACANR"**

Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 – Centro – Portalegre/RN.  
CNPJ: 02.863.836/0001-45

**RELATÓRIO RESUMIDO DO CONSELHO COMUNITÁRIO**

A emissora de rádio "FM Portalegre", 104,9 Mhz, veículo de comunicação pertencente a esta entidade, cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Desde sua criação, a emissora não veiculou nenhuma publicidade com o objetivo de obtenção de lucros, ficando ressalvados os casos de apoio cultural. Ela reserva um percentual, mínimo, de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

A Rádio "FM Portalegre" cumpre seus objetivos estatutários e os aos quais se propôs desde sua manifestação de interesse em explorar os serviços de radiodifusão comunitária.

Sua GRADE DE PROGRAMAÇÃO é composta das seguintes atrações:

**Segunda a sexta-feira**

6h às 7h – Programa 'Manhã de Luz' (Igreja Católica);

7h às 8h – Programa Manhã Sertanejo;

8h às 12h – Show da Manhã;

12 às 13h – Espaço reservado às Igrejas Evangélicas

13h às 17h – Programa Tarde Legal;

17h às 18h – Forrozão de Portalegre;

18h às 19h – Arquivo Musical;

19h às 20h – A Voz do Brasil;

20h às 21h – Programação Musical.

**Sábado:**

6h às 8h – Programa Musical;  
8h às 12h – Conexão 104;  
12h às 13h – Espaço reservado às Igrejas Evangélicas;  
13h às 18h – Programa Musical;  
18h às 18h30min – ‘A Hora do Anjo’;  
18h30min às 21h – Programação Musical.

**Domingo:**

6h às 7h - Programação Musical  
7h às 8h – Programa Democracia no Campo;  
8h às 9h30min – Espaço reservado à Igreja Católica;  
9h30min às 12h – Conexão 104  
12h às 14h – Cultura Nordestina;  
14h às 18h – Programação Musical.  
18h às 18h30min – ‘A Hora do Anjo’;  
18h30min às 21h – Programação Musical.



Portalegre-RN, 09 de Agosto de 2016.

Re. José Roberto de Holanda

Paróquia de Portalegre – DSLM

CNPJ; 08.264.111/0025-94

Raimundo Nonato Viana de Oliveira

Ass. Jovens Padre Dário Tórboli

CNPJ: 07.759.080/0001-02

[Signature]  
Ass Cultural e esportiva Portalegrense

CNPJ: 08.549.875/0001-59

[Signature]  
Grupo Cultural Arraiá da Juventude

CNPJ: 08.600.195/0001-61



Ass. Comunitária dos Agricultores Familiares do Sítio Serrinha

Francisca Lucineide da Silva

CNPJ: 07.559.540/0001-59

Francisca Lucineide da Silva

Representante da Associação



reconheço a (s) firma (s) \_\_\_\_\_  
Francisca Lucineide  
da Silva  
Portalegre, RN, 25 de 08 de 2016  
Tabeliã Pública

**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**"ANA NUNES DO RÊGO"**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**

---

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDIÁRIA REALIZADA EM 04/06/2012, COM OBJETIVO DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA E APROVAÇÃO DO NOVO ESTATUTO DE ACORDO COM O NOVO CÓDIGO CIVIL DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA ANA NUNES RÊGO – ABACANR.**

Reuniram-se aos quatro do mês de abril do ano dois mil e doze, às 09:00 (nove) horas na sede da Associação Beneficente Artística Comunitária "Ana Nunes Rêgo" - ABACANR, localizado na Rua Ana Nunes do Rêgo, nº. 57, Centro, Portalegre/RN, os abaixo assinados, sócios da mesma em 1ª (primeira) convocação:

1. Mário Marquim Dantas F. Rêgo
2. Wendy
3. Edson Almeida de Jesus
4. Maria do Rêgo Neto
5. José Augusto de Freitas Rêgo
6. Francisco Antônio de Sousa
7. Chelcy Souza Martins
8. Francisco José ASSIS
9. Carlos Manoel de Souza Lima
10. Francisca Rita
11. José Paulo Viana de Moura
12. x Manoel Teixeira Neto
13. x João Baseo de Figueira
14. Daniela de Almeida Dias Rêgo
15. Roberto Marques
16. Francisco Antonio de Bulcão Santos Fonseca
17. Francisca Gentilina de Freitas
18. Ramundo de Freitas Junior



**ABACANR**  
**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, ARTÍSTICA E COMUNITÁRIA**  
**“ANA NUNES DO RÊGO”**  
**Rua Ana Nunes do Rêgo, 57 - Centro**  
**CEP: 59.810-000 – Portalegre/RN**

19. *x Edipício de Paula Viana*  
20. *Wilson*

A Presidente Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo, tendo como secretário Charles de Souza Marinho, abriu a Assembléia Geral Extraordinária da Associação, o qual foi lido o Edital, datada de 27 de março de 2012 e cuja cópia se encontra nas dependências desta Sede, que determina alteração estatutária e aprovação do novo estatuto de acordo com o novo código civil. As 11:00 horas foi feita a 2ª (segunda) convocação, não havendo acréscimo na presença de Sócios a Presidente apresentou a ordem do dia que foi composta pelo seguinte item: Apresentação, Discussão, Alteração e Aprovação do novo Estatuto da Entidade conforme a exigência do novo Código Civil. Como primeiro e último item da Ordem do dia a Presidente Maria Marqure Dantas de Freitas Rêgo, falando sobre o objetivo conforme Edital, fez a leitura do Novo Estatuto e partes do Código Civil referente ao funcionamento da Associação, deixando a palavra livre ao término da leitura dos mesmos. Discutido e alterado, tiraram-se às dúvidas, colocando em votação pelo Presidente o novo Estatuto com as alterações propostas, as quais tiveram aprovação, unânime. O novo estatuto aprovado ficou nos seguintes termos:

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA ANA NUNES DO RÊGO**

**ESTATUTO SOCIAL**

**APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL, NO DIA 04 DE ABRIL DE 2012, COM  
ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS CONFORME O NOVO CÓDIGO CIVIL.**

**CAPÍTULO I**

**DO NOME, SEDE, DURAÇÃO E OBJETIVO SOCIAL**

**Art. 1º** - A Associação Beneficente, Artística Comunitária Ana Nunes do Rêgo – ABACANR, sociedade civil para fins não econômicos, será regido pelo presente Estatuto e demais Leis aplicáveis, constituída na forma da lei, em 24 de junho de 1998, tendo:

- a) Sede administrativa situada à Rua Ana Nunes do Rêgo, nº 57 – Centro, no Município de Portalegre/RN com foro jurídico na comarca de Portalegre/RN;
- b) Prazo de duração indeterminado, caracterizado como pessoa jurídica de direito privado sendo correspondente com o ano civil; e,

*Directo*

*[Assinatura]*



**Ministério das Comunicações**  
Secretaria de Serviço de Radiodifusão  
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão  
**ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM**

## Identificação do Processo

Número: 53000.006952/2013 Localidade / UF: PORTALEGRE/RN  
Entidade: ASSOCIACAO BENEFICIENTE ARTISTICA COMUNITARIA ANA NUNES DO REGO  
Aviso: 4 Publicação: 18/03/1999 Prazo: 30 Canal: 285

### Processo

1. A Entidade é uma: Associação

### 2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
João Paulo Viana de Moura	072.726.764-77	1º Tesoureiro	09/08/2016 09/08/2020	
Eliezio de Paiva Viana	423.196.684-20	2º Secretário	09/08/2016 09/08/2020	
MARIA MARQUIRE DANTAS DE FREITAS REGO	406.535.954-68	Vice-Presidente	09/08/2016 09/08/2020	(84) 33772108
Francisco Fabiano Viana de Moura	072.749.234-98	2º Tesoureiro	09/08/2016 09/08/2020	
Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca	051.427.904-48	Presidente	09/08/2016 09/08/2020	
Charles Souza Marinho	084.687.814-36	1º Secretário	09/08/2016 09/08/2020	

### 3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

PROCESSO CADASTRADO E DIGITALIZADO NO SEI.

- Requerimento solicitando renovação: fl. 2 do evento SEI 0090389.
- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom: fl. 4 do evento SEI 1332470 - Proc. 53900.050484/2016-26.
- Certidão negativa débito Anatel: fl. 1 do evento SEI 1229985.
- CNPJ válido e atual: fl. 1 do evento SEI 1230037.
- Estatuto Social atualizado e registrado no CRPJ: fls. 62,130 a 145 do evento SEI 0090389 e 15 a 37 do evento SEI 1332470 - Proc. 53900.050484/2016-26.
- Ata da Eleição Diretoria atual registrada no CRPJ: fls. 11 a 13 do evento SEI 1332470 Proc.53900.050484/2016-26.
- Cópia do RG e CPF dos dirigentes: fls.66 a 71, 73 e 74 do evento SEI 0090389 e 7 do evento SEI 1332470 Proc. 53900.050484/2016-26.
- Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação veiculada: fls. 8 a 10 do evento SEI 1332470 Proc. 53900.050484/2016-26.

OBS: Desfiliação Partidária em fls. 1 a 9 do evento SEI 0040173.

Conclusão da Análise-Processo Instruído.

Tadeu/DRMCTIC/SC/5/09/2016.

Tadeu Rosa



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Memorando nº 5084/2016/SEI-MCTIC

À Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorga

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.**

Processo nº: **53000.006952/2013-26.**

1. Solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Portalegre/RN**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação da sanção.

Atenciosamente,

Argélia Diniz Schramm  
Delegada Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Argelia Diniz Schramm, Delegada Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inov no Estado de Santa Catarina, Substituta**, em 06/09/2016, às 08:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1338749** e o código CRC **16C50C4A**.

## **Anexos**

Não Possui.



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD &gt;&gt;&gt; Consultas &gt;&gt;&gt; Geral | menu ajuda

## Consulta Geral - RADCOM

## Identificação do Pedido RADCOM

UF: RN  
Município: Portalegre  
Canal: 285  
Fase: 3

Distrito: Portalegre  
Sub Distrito:  
Local Especifico:

## Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO BENEF.ARTIST.E COMUNIT.ANA NUNES DO REGO-ABACANR  
Nome Fantasia: 'FM PORTALEGRE'  
Logradouro: ANA NUNES DO REGO, 57 - CENTRO  
Telefone: Não Informado  
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.863.836/0001-45  
Bairro: CENTRO  
Número: .  
Fax: Não Informado

## Dados da Outorga

## Dados da Entidade

CNPJ: 02863836000145

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIACAO BENEF.ARTIST.E COMUNIT.ANA NUNES DO REGO-ABACANR  
Tipo de Usuário: Integral

## Endereço Sede

País: Brasil  
Número do CEP: 59810000  
Número: .  
Município: Portalegre  
Telefone:   
Logradouro: ANA NUNES DO REGO, 57 - CENTRO  
Complemento:   
Distrito: Portalegre  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:   
Fax:   
Estado: RN

## Endereço de Correspondência

País: Brasil  
Número do CEP: 59810000  
Número: .  
Município: Portalegre  
Telefone:   
Logradouro: RUA ANA NUNES DO REGO, 57  
Complemento:   
Distrito: Portalegre  
Bairro: CENTRO  
SubDistrito:   
Fax:   
E-mail:   
Estado: RN

## Dados da Outorga

Data Publicação  
Contrato/Convênio: 22/11/2002

Data Limite Instalação:

Número do Processo: 537800003291998

Fistel: 50011441240

Caixa:

Sequência:

## Documentos Emitidos

## Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	401		Portaria	MC	31/07/2000	10/08/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur. ▾
	20564		ATO	SCM	08/11/2001	12/11/2001	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾
	294		Decreto Legislativo	CN	21/11/2001	22/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur. ▾
	43323		ATO	SCM	23/03/2004	30/03/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. ▾

## Característica da Estação Instalada

## Dados do Licenciamento

## Dados da Estação



**Entidade:** ASSOCIACAO BENEF.ARTIST.E COMUNIT.ANA NUNES DO REGO-ABACANR -  
CNPJ/CPF(02.863.836/0001-45)

**Situação:** Entidade não possui débitos

**Município/UF:** PORTALEGRE/RN

**Canal:** 285

**Indicativo:** ZYD539

**Dia Início**

**Dia Fim**

**Hora Início**

**Hora Fim**

**X**

Segunda ▼

Domingo ▼

06:00 ▼

21:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

**DESPACHO**

À Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Estado de Santa Catarina - DRMCTIC/SC

Processo nº: **53000.006952/2013-26**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ARTÍSTICA COMUNITÁRIA ANA NUNES DO REGO (ABACANR)**

Em atenção ao Memorando nº 5084/2016/SEI-MCTIC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53900.020209/2014	<ul style="list-style-type: none"><li>• Em trâmite;</li><li>• Processo aguardando análise de defesa;</li><li>• Irregularidade apurada: art. 11 c/c art. 21, inciso IV da Lei n. 9.612/98.</li><li>• Data da infração: 29/04/2014, data do Memorando 154/2014/CGRC/SCE-MC.</li></ul>
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	-	NADA CONSTA

\* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Mascarenhas de Oliveira Solano, Coordenadora-Geral de Acompanhamento de Outorgas, Substituta**, em 06/09/2016, às 16:22, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1343459** e o código CRC **16039E3E**.

---

## **Minutas e Anexos**

Não Possui.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

**I – Relatório**

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

**II.I. Preliminarmente**

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

**II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.**

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

*"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.*

*O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*

*II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.*

*Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014*

*LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"*

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

### **II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.**

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

*“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”*

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

*“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.*

*Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:*

*(...)*

*§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.*

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

*“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.*

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

*“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.*

*§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.*

*§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.*

*§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:*

*I - na hipótese do § 2º deste artigo; e*

*II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.*



20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

*“Art. 131. (omissis)*

*(...)*

*§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.*

*Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:*

*(...)*

*II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.*

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

### III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

**ANEXO**

**PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**  
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			



9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E  
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)  
2027-6535/6196

---

**DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**

**NUP: 01250.011668/2016-79**

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -  
MCTIC**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO  
ADVOGADO DA UNIÃO  
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

---

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

---

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

## NOTA TÉCNICA Nº 16365/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.006952/2013-26**

Assunto: **Renovação de outorga.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Portalegre/RN**, por meio da Portaria nº **401**, publicada no DOU de 10/08/2000, e Decreto Legislativo nº **294**, publicado no DOU de 22/11/2002.

### ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 22/10/2012. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 14/01/2013, à fl. 2 (evento SEI 0090389), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015). O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista o § 6º do art. 6º-B da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no DOU de 29/3/2017, que estabeleceu que "Os pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária protocolizados ou postados até a data de publicação desta Lei serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor".

REQUERENTE
<b>Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego</b>
QUADRO DIRETIVO
Presidente: Francisco Antônio de Lisboa Santos Fonseca. Vice-Presidente: Maria Marquire Dantas de Freitas Rêgo. 1º Tesoureiro: João Paulo Viana de Moura. 2º Tesoureiro: Francisco Fabiano Viana de Moura. 1º Secretário: Charles Souza Marinho. 2º Secretário: Eliezio de Paiva Viana.



3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação.	X		fl.2 do evento SEI 0090389.
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X		
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls. 62, 130 a 145 do evento SEI 0090389 e 15 a 37 do evento SEI 1332470 - Proc: 53900.050484/2016-26.
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			fls. 11 a 13 do evento SEI 1332470 Proc: 53900.050484/2016-26.
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes			fls. 66 a 71 e 73/74 do evento SEI 0090389 e 7 do evento SEI 1332470 - Proc: 53900.050484/2016-26.
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			fls. 8 a 10 do evento SEI 1332470 - Proc: 53900.050484/2016-26.
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os			fl. 4 do evento SEI 1332470 - Proc: 53900.050484/2016-26

	parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.			20.
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel			fl. 1 do evento SEI 1229985.
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual			fl. 1 do evento SEI 1230037.
9	Relatório de apuração de infrações			fl.1 do evento SEI 1343459.
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	

## CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU ( evento SEI 2056949).

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Rosa, Analista de Nível Superior**, em 20/07/2017, às 14:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/08/2017, às



17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 17/08/2017, às 09:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 23/08/2017, às 22:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2056517** e o código CRC **90932B89**.

## Minutas e Anexos

### MINUTA

### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006952/2013-26, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de dezembro de 2012 a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (abacanr), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Portalegre/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

### MINUTA

PORTARIA Nº

DE

DE

DE 2017.



**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006952/2013-26 e nº 53000.006952/2013-26, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (abacanr), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Portalegre/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

---

**Referência:** Processo nº 53000.006952/2013-26

SEI nº 2056517

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53000.006952/2013-26**

Entidade: **Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº 53000.006952/2013-26 (conforme consubstanciado na Nota Técnica nº 16365/2017 - 2056517), no qual a **Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Portalegre/RN**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/09/2017, às 12:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2179644** e o código CRC **A0DC5DBA**.

**Minutas e Anexos**

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006952/2013-26, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de dezembro de 2012 a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (abacanr), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Portalegre/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006952/2013 e nº 53000.006952/2013-26, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (abacanr), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Portalegre/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



## PORTARIA Nº 5232/2017/SEI-MCTIC

**O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006952/2013 e nº 53000.006952/2013-26, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (abacanr), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Portalegre/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 28/09/2017, às 16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2194939** e o código CRC **573AAD71**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006952/2013-26, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de dezembro de 2012 a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (abacanr), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Portalegre/RN.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**GILBERTO KASSAB**

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 28/09/2017, às 16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2194947** e o código CRC **2CFF6913**.



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 43230/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

**REPRESENTANTE LEGAL**

Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (CNPJ nº 02.863.836/0001-45)

Rua: Ana Nunes do Rego, 57, Centro.  
59.810.000 - Portalegre/RN.

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53000.006952/2013-26.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 5232/2017 de 28 de Setembro de 2017.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.
3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:



Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,  
**Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/10/2017, às  
20:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº  
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador  
**2268010** e o código CRC **63045388**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício  
nº 43230/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.006952/2013-26 - Nº SEI: 2268010



001-9

00198.41808 50000.000005 04531.801217 4 73290000019824

Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>			Código do Cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>		Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Nosso número <b>00000000004531801</b>
Número do documento <b>4</b>		CPF/CNPJ <b>04.196.645/0001-00</b>		Vencimento <b>31/10/2017</b>		Valor documento <b>198,24</b>	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

## Sacado

Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (CNPJ nº 02.863.836/0001-45) - 53000.006952/2013-26

Rua: Ana Nunes do Rego, 57, Centro

Portalegre, RN - CEP: 59.810.000

## Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4531801 enviado em 11/10/2017

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 04531.801217 4 73290000019824

Local de pagamento <b>Pagável em qualquer Banco até o vencimento</b>						Vencimento <b>31/10/2017</b>
Cedente <b>PR - Imprensa Nacional</b>						Agência/Código cedente <b>1607-1 / 55573000-X</b>
Data do documento <b>11/10/2017</b>	Nº documento <b>4</b>	Espécie doc. <b>ND</b>	Aceite <b>N</b>	Data process. <b>11/10/2017</b>	Nosso número <b>00000000004531801</b>	
Uso do banco / Convênio <b>33804/841805</b>	Carteira <b>18 / 124</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0001</b>	Valor Documento <b>198,24</b>	(=) Valor documento <b>198,24</b>	

## Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 4531801 enviado em 11/10/2017

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

## Sacado

Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (CNPJ nº 02.863.836/0001-45) - 53000.006952/2013-26

Rua: Ana Nunes do Rego, 57, Centro

Portalegre, RN - CEP: 59.810.000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 43230/2017/SEI-MCTIC, 05/10/2017

53000.006952/2013-26

ASS. BENEFICENTE ARTISTICA COMUNITARIA ANA NUNES DO REGO

Rua: Ana Nunes do Rego, 57, Centro.  
59.810.000 Portalegre/RN.

UF PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRACION

30/10/2017

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

JOÃO PAULO VIANA

Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

2.462-962

RUBRICA E MAT. DO INTERGADO /  
SIGNATURE DU LIGANT

Mat. 8628529-7

CARTEIRO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm





AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)  
JR 30473510 2

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

20 OUT 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGENCIAMENTO

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Radiodifusão  
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.  
70.044-900 Brasília - DF

ENDERECO PARA  
DEVOLUCAO  
RETOUR

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 11/10/2017 17:57:57  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA  
**Ofício:** 4531801  
**Data prevista de publicação:** 13/10/2017  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10234280	ATO PORTARIA Nº 5232 Min Bol.rtf	835e8933a28fcd12 addab6d4911222d6	6,00	
	<b>Total da matéria</b>		<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>6,00</b>	<b>R\$ 198,24</b>

**Ministério da Ciência, Tecnologia,  
Inovações e Comunicações****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 3.361-SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.051425/2012-95 e nº 53665.000002/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de junho de 2012, a autorização outorgada à Associação Doulos, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Colinas do Tocantins/ TO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 4.031-SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.054981/2012-13 e nº 53830.000434/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL RIBEIRÃO BRANCO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ribeirão Branco / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 4.505-SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000363/1999 e nº 53900.049331/2015-55, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA E CULTURAL DE GODOY MOREIRA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Godoy Moreira / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 5.227-SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000103/2002 e nº 53900.047995/2015-80, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17 de maio de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE DIAMANTE DO NORTE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Diamante do Norte / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 5.229-SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.0001846/1998 e nº 53000.050661/2013-75, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 7 de agosto de 2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MARTINHO PRADO JÚNIOR, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mogi Guaçu / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 5.230-SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53720.000136/2001 e nº 53900.017085/2015-72, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural e Beneficente de Marapanim, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Marapanim/PA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 5.232-SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006952/2013 e nº 53000.006952/2013-26, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (abacanr), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Portalegre/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**PORTARIA Nº 5.936-SEI, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, Estado de SÃO PAULO, por meio do canal 38 (trinta e oito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.042855/2017-85 e da Nota Técnica nº 22206/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA  
E FISCALIZAÇÃO****GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO****ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA****DESPACHO DO GERENTE**

O Gerente Regional da Anatel nos Estados da Bahia e Sergipe, nos termos do art. 82, inciso IX do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (<http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos>):

53554.003831/2016;	53554.003612/2016;	53554.000023/2017;
53554.000323/2017;	53554.003673/2016;	53554.000023/2017;
53504.021031/2014;	53554.002976/2015;	53554.003950/2016;
53554.003757/2016;	53554.003749/2016;	53554.003829/2016;
53554.003110/2016;	53554.004056/2016;	53554.003751/2016;
53557.000069/2017;	53554.000596/2016;	53554.003744/2016;
53554.002349/2013;	53557.002108/2015;	53554.003420/2016;
53554.003108/2016;	53554.003429/2016;	53554.003696/2016;
53554.003694/2016;	53554.002965/2016;	53500.029100/2016;
53554.002731/2016		

HERMANO BARROS TERCIUS

**SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO****GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS  
DE GOIÁS, MATO GROSSO,  
MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS****UNIDADE OPERACIONAL  
NO ESTADO DE TOCANTINS****DESPACHO DO GERENTE**

O Gerente Regional da Anatel nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, nos termos do art. 82, IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões finais proferidas nos processos a seguir relacionados. A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (<http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos>). PROCESSOS nºs: 53551.000872/2013-21, 53542.000812/2016-60, 53545.000192/2016-39, 53548.000892/2016-01, 53545.001130/2015-63, 53542.002262/2016-13, 53548.002090/2016-28, 53548.001992/2016-47, 53542.000811/2017-04, 53542.000812/2017-41, 53545.001160/2016-51, 53545.000341/2017-41, 53551.000152/2017-99, 53545.000060/2017-98, 53500.029142/2016-50, 53500.029130/2016-25, 53542.000952/2015-57, 53542.000772/2013-11.

JOSÉ AFONSO COSMO JÚNIOR

**GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS  
DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO****ATO Nº 13.285, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

Outorga autorização para uso de radiofrequências à RÁDIO IMPRENSA S/A, CNPJ nº 33.389.974/0001-68, visando execução do SARC para Transmissão de Programas.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA  
Gerente**SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA  
E RECURSOS À PRESTAÇÃO****ATO Nº 12.927, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017**

Processo 53500.020152/2012-04.

Retifica o subitem 22.1.2 do Anexo I ao Ato nº 11542, de 23 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2017.

VITOR ELÍSIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES

**ATOS DE 23 DE OUTUBRO DE 2017**

Nº 13.239 - Processo nº 53504.011909/2017-35.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, associada à autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal.

Nº 13.244 - Processo nº 53500.053051/2017-16.

Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à AMERSON BORGES MANZAN - ME, CNPJ/MF nº 08.575.394/0001-18, associada à autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia.



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

## DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53000.006952/2013-26**

Entidade: **Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego**

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 5232/2017, de 28 de Setembro de 2017, no Diário Oficial da União de 01 de Novembro de 2017, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Portalegre/RN, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se a cópia do processo nº 53000.006952/2013-26, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 09/11/2017, às 16:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2362903** e o código CRC **3CF48734**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.006952/2013-26

SEI nº 2362903



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização  
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar  
CEP: 70044-900 / Brasília-DF  
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 48935/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

### REPRESENTANTE LEGAL

Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (CNPJ nº 02.863.836/0001-45)

Rua: Ana Nunes do Rego, 57, Centro.

59.810.000 - Portalegre/RN.

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.006952/2013-26.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego, sediada em Portalegre/RN, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **22 de dezembro de 2012**, conforme Portaria nº 5.232, de 28 de setembro de 2017, publicada no DOU de 01 de novembro de 2017. (cópia anexa).

2. Comunicamos ainda que a entidade deverá aguardar a emissão da nova Licença, que somente poderá ser emitida após a deliberação do Congresso Nacional acerca do ato de renovação, por meio de publicação do Decreto Legislativo no Diário Oficial da União.

3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

[http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo\\_eletronico.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html)

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 17/11/2017, às 09:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2383280** e o código CRC **F7B5485C**.

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 48935/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.006952/2013-26 - Nº SEI: 2383280



**Data de Envio:**

01/12/2017 09:37:38

**De:**

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

**Para:**

fmportalegre@gmail.com

**Assunto:**

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Mensagem:**

Prezado(a),

Ref: @processo@

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente  
via Peticionamento Eletrônico.  
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

**Anexos:**

Oficio\_2383280.html



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO**

**UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):**

**CGGM\_RÁDIO**

**DEMANDA:**

Encaminhar a Presidência da República

**OBSERVAÇÃO:**

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, evento SEI nº (2194947), encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 19/01/2018, às 10:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2586784** e o código CRC **D136438B**.

Brasília, 21 de fevereiro de 2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.006952/2013-26, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de dezembro de 2012 a autorização outorgada à Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (abacanr), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Portalegre/RN.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab*




**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**
**GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

CEP: 70067-900 Brasília-DF

Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 6869/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor  
**MARCELO PACHECO DOS GUARANY**  
 Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
 Casa Civil da Presidência da República  
 Brasília/DF


 Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
064/2018	53000.018934/2013-97	Associação Comunitária Inocenciente de Comunicação e Marketing
065/2018	53000.050829/2011-81	RC FM – Rádio Comunitária de Itambé
066/2018	53000.062558/2013-78	Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM
067/2018	53000.052005/2013-15	Associação Cultural Amigos de Dolores de Campos - ASCAD
068/2018	53000.069421/2013-44	Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo
069/2018	53000.045645/2013-61	Associação Comunitária Rádio Tropical FM
070/2018	53000.006951/2013-81	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria / RN
071/2018	53000.027270/2013-57	Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru
072/2018	53000.062556/2013-89	Associação Lar Comunitário
073/2018	53000.067636/2013-21	Associação Local de Obras Assistenciais
074/2018	53000.021295/2013-47	Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM
075/2018	53000.071343/2013-48	Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça
076/2018	53000.057704/2012-62	Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois
077/2018	53000.065557/2013-85	Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto - MG
078/2018	53000.056215/2011-11	Associação Comunitária Farroupilha
079/2018	53000.058135/2011-91	Associação Comunitária Bonjardinense de Radiodifusão
080/2018	53000.058120/2011-23	Sociedade Rádio Comunitária Camará FM
081/2018	53000.045554/2013-25	Associação Cultural Comunitária Joanopolense
082/2018	53000.031927/2012-08	Associação de Assistência ao Menor Carente de Abaiara CE (AAMCA)
083/2018	53000.059288/2011-56	Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN
084/2018	53000.016594/2013-60	Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo
085/2018	53000.070749/2013-11	Fundação Deputado Walfrido Monteiro
086/2018	53000.056641/2011-46	Associação Comunitária e Cultural Teresense
087/2018	53000.068677/2013-34	Fundação Beneficente Rosal da Liberdade
088/2018	53000.050217/2012-79	Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV
089/2018	53900.017160/2015-03	Associação Anunciação
090/2018	53900.049331/2015-55	Associação Ecológica e Cultural de Godoy Moreira
091/2018	53000.006952/2013-26	Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR)
092/2018	53900.048224/2015-18	Associação Comunitária de Barros Cassal - ASCOBAC
093/2018	53900.049658/2015-27	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural
094/2018	53000.015797/2013-39	Associação Comunitária e Cultural de Ouro Verde
095/2018	53000.049958/2012-15	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
096/2018	53000.039184/2013-97	Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro - AMICENTRO
097/2018	53900.000757/2014-21	Associação Cultural Ideal



098/2018	53000.056216/2011-57	Associação Comunitária Cultural
099/2018	53900.024778/2014-31	Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim
100/2018	53900.049346/2015-13	Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM
101/2018	53900.029912/2015-71	Associação Comunitária Cultural Capimense
102/2018	53900.016430/2015-51	Associação Comunitária dos Moradores de Juruiaia
103/2018	53000.056241/2011-31	Race FM – Rádio Comunitária Educadora FM
113/2018	01250.006631/2017-18	TV Taubaté Ltda.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 27/02/2018, às 15:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2681350** e o código CRC **5193A0E8**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 6869/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2681350

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Assessoria da Secretaria de Radiodifusão

## DESPACHO INTERNO

**Processo nº: 53000.006952/2013-26**

**Referência: Ofício nº 6869/2018 SEI-MCTIC.**

**Assunto: Restituição de processo.**

**Destinatário: CGRC**

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 6869/2018 SEI-MCTIC, de 27 de fevereiro de 2018, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restituo o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea de Miranda Ramos Kern, Chefe de Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 28/02/2018, às 16:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2689592** e o código CRC **4A62EE0F**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 53000.006952/2013-26

SEI nº 2689592



## Pedro Paulo Verano de Souza

---

**De:** Luciana Silveira Teixeira  
**Enviado em:** sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43  
**Para:** Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva  
**Cc:** Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho  
**Assunto:** Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC  
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC  
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC  
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC  
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC  
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC  
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC  
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC  
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC  
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC  
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC  
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC  
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC  
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC  
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC  
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC  
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC  
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC  
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC  
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC  
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)  
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)  
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)  
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)  
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)  
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)  
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)  
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)  
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)  
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)  
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)  
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)  
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)  
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)  
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)  
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)  
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)  
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)  
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)  
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)  
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)  
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)  
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)  
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)  
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)  
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)  
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)  
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)  
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)  
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)  
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)  
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)  
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)  
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)  
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)  
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)  
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)  
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)  
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)  
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)  
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)  
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)  
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)  
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)  
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)  
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)  
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)  
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)  
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)  
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)  
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)  
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)  
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)  
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)  
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)  
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)  
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)  
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)  
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)  
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)



53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)  
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)  
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)  
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)  
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)  
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)  
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)  
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)  
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)  
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)  
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)  
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)  
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)  
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)  
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)  
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)  
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)  
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)  
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)  
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)  
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)  
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)  
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)  
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)  
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)  
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)  
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)  
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)  
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)  
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)  
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)  
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)  
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)  
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)  
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)  
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)  
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)  
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)  
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)  
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)  
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)  
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)  
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)  
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)  
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)  
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)  
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)  
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)  
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)  
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)  
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)  
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)  
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)  
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)  
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)  
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)  
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)  
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)  
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)  
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)  
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)  
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)  
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)  
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)  
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)  
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)  
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)  
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)  
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)  
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)  
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)  
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)  
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)  
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)  
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)  
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)  
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)  
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)  
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)  
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)  
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)  
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)  
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)  
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)  
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)  
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)  
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018



53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC



53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)



53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)



53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)  
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)  
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)  
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)  
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)  
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)  
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)  
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)  
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)  
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)  
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)  
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)  
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)  
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)  
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)  
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)  
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)  
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)  
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)  
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)  
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)  
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)  
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)  
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)  
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)  
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)  
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)  
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)  
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)  
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)  
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)  
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)  
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)  
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)  
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)  
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)  
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)  
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)  
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)  
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)  
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)  
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)  
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)  
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)  
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)  
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)  
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)  
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)  
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)  
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)  
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)  
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)



53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)  
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)  
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)  
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)  
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)  
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)  
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)  
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)  
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)  
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)  
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)  
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)  
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)  
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)  
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)  
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)  
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)  
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)  
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)  
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)  
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)  
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)  
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)  
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)  
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)  
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)  
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)  
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)  
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)  
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)  
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)  
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)  
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)  
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)  
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)  
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)  
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)  
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)  
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)  
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)  
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)  
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)  
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)  
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)  
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)  
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)  
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)  
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)  
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)  
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)  
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)  
 53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)  
 53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)  
 53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)  
 53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)  
 53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)  
 53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)  
 53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)  
 53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)  
 53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)  
 53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)  
 53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)  
 53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)  
 53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)  
 53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)  
 53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)  
 53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)  
 53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)  
 53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)  
 53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)  
 53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)  
 53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)  
 53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)  
 53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)  
 53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)  
 53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)  
 53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)  
 53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)  
 53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)  
 53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)  
 53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)  
 53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)  
 53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)  
 53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)  
 53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)  
 53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)  
 53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)  
 53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)  
 53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)  
 53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)  
 53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)  
 53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)  
 53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)  
 53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)  
 53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)  
 53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)  
 53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)  
 53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)  
 53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)  
 53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)  
 53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)  
 53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)  
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)  
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)  
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)  
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)  
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)  
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)  
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)  
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)  
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)  
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)  
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)  
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)  
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)  
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)  
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)  
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)  
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)  
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)  
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)  
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)  
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)  
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)  
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)  
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)  
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)  
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)  
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)  
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)  
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)  
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)  
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)  
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)  
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)  
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)  
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)  
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)  
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)  
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)  
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)  
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)  
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)  
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)  
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)  
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)  
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)  
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)  
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)  
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)  
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)  
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)  
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)



53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)  
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)  
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)  
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)  
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)  
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)  
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)  
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)  
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)  
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)  
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)  
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)  
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)  
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)  
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)  
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)  
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)  
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)  
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)  
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)  
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)  
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)  
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)  
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)  
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)  
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)  
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)  
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)  
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)  
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)  
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)  
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)  
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)  
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)  
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)  
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)  
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)  
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)  
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)  
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)  
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)  
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)  
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)  
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)  
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)  
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)  
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)  
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)  
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)  
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)  
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)  
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)  
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)  
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)  
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)  
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)  
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)  
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)  
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)  
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)  
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)  
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)  
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)  
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)  
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)  
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)  
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)  
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)  
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)  
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)  
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)  
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)  
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)  
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)  
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)  
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)  
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)  
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)  
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)  
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)  
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)  
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)  
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)  
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)  
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)  
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)  
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)  
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)  
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)  
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)  
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)  
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)  
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)  
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)  
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)  
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)  
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)  
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)  
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)  
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)  
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)  
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)  
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)  
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)  
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)  
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)  
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)  
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)  
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)  
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)  
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)  
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)  
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)  
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)  
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)  
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)  
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)  
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)  
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)  
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)  
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)  
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)  
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)  
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)  
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)  
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)  
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)  
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)  
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)  
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)  
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)  
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)  
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)  
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)  
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCITC (0837119)  
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)  
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)  
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)  
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)  
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)  
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)  
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)  
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)  
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2918 MCTIC (0677186)  
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)  
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)  
  
 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)  
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)  
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)  
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)  
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)  
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)  
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)  
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)



53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)  
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)  
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)  
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)  
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)  
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)  
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)  
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)  
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)  
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)  
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)  
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)  
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)  
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)  
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)  
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)  
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)  
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)  
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)  
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)  
**53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)**  
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)  
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)  
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)  
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)  
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)  
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)  
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)  
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)  
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)  
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)  
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)  
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)  
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)  
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)  
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)  
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)  
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)  
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)  
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)  
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)  
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)  
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)  
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)  
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)  
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)  
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)  
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)  
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)  
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)  
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)  
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)  
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)  
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)  
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)  
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)  
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)  
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)  
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)  
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)  
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)  
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)  
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)  
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)  
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)  
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)  
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)  
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)  
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)  
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)  
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)  
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)  
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)  
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)  
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)  
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)  
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)  
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)  
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)  
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)  
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)  
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)  
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)  
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)  
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)  
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)  
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)  
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)  
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)  
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)  
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)  
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)  
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)  
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)  
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)  
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)  
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)  
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)  
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)  
  
 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)  
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)  
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)  
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)  
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)  
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)  
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)  
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)  
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)  
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)  
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)  
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)  
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)  
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)  
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)  
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)  
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)  
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)  
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)  
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)  
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)  
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)  
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)  
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)  
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)  
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)  
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)  
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)  
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)  
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)  
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)  
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)  
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)  
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)  
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)  
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)  
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)  
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)  
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)  
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)  
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)  
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)  
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)  
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)  
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)  
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)  
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)  
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)  
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)  
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)  
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)  
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)  
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)  
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)  
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)  
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)  
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)  
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)  
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)  
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)  
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)  
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)  
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)  
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)  
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)  
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)  
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)



Att,

**Luciana Silveira Teixeira**

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

[luciana.teixeira@presidencia.gov.br](mailto:luciana.teixeira@presidencia.gov.br)

# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.006952/2013-26.**

Entidade: **Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego.**

Assunto: **Retificação da Portaria.**

1. Considerando que houve um equívoco na Portaria nº 5232/2017/SEI-MCTIC (2194939), publicada no DOU em 01/11/2017 (2352454), será necessária a sua retificação, para que onde consta "a partir de 22 de dezembro de 2012" leia-se "a partir de 22 de novembro de 2012".

2. Após a publicação da retificação no DOU, os autos serão encaminhados ao Senhor Ministro, para assinatura da Exposição de Motivos e posterior devolução à Casa Civil.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/07/2019, às 08:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4344824** e o código CRC **8BD55848**.

## Minutas e Anexos

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 25/07/2019 17:32:06  
**Origem:** Secretaria de Radiodifusão  
**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA  
**Ofício:** 5416810  
**Data prevista de publicação:** 26/07/2019  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
11878678	ATO PORTARIA Nº 2133 MIN CRED.rtf	9d07f27508339b2d 6e385538db97838b	4,00	R\$ 132,16
	<b>Total da matéria</b>		<b>4,00</b>	<b>R\$ 132,16</b>
11878679	ATO RETIFICAÇÃO 43270.rtf	c904933cef600a19 cf5b32bfa9845e87	2,00	R\$ 66,08
	<b>Total da matéria</b>		<b>2,00</b>	<b>R\$ 66,08</b>
11878680	ATO RETIFICAÇÃO 4337372.rtf	e1071009a1967097 75184bb70e2bed91	2,00	R\$ 66,08
	<b>Total da matéria</b>		<b>2,00</b>	<b>R\$ 66,08</b>
11878681	ATO RETIFICAÇÃO 43448.rtf	4f3181733f1fabef d22dae8823b0f84c	2,00	R\$ 66,08
	<b>Total da matéria</b>		<b>2,00</b>	<b>R\$ 66,08</b>
11878702	ATO RETIFICAÇÃO 4354387.rtf	a0d7bd698638ad83 36de3aa6199d8b78	2,00	R\$ 66,08
	<b>Total da matéria</b>		<b>2,00</b>	<b>R\$ 66,08</b>
11878703	ATO RETIFICAÇÃO 4358492.rtf	253505dcac419292 083f0d009d33073e	2,00	R\$ 66,08
	<b>Total da matéria</b>		<b>2,00</b>	<b>R\$ 66,08</b>
<b>TOTAL DO OFICIO</b>			<b>14,00</b>	<b>R\$ 462,56</b>



RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA Nº 5.742, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017, publicada no DOU de 9/4/ 2018, Seção 1, página nº 30.  
Onde se lê "a partir de 03 de fevereiro de 2013", leia-se "a partir de 03 de fevereiro de 2014".

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA Nº 1.027, DE 9 DE MAIO DE 2016, publicada no DOU 25/5/2016, Seção 1, página nº 2  
Onde se lê "Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural", leia-se "Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Saudade do Iguaçu - Paraná".

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA Nº 5.232, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, publicada no DOU de 1º/11/2017, Seção 1, página nº 4.  
Onde se lê "a partir de 22 de dezembro de 2012", leia-se "a partir de 22 de novembro de 2012".

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA Nº 6.163, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015, publicada no DOU de 9/ 12/2015, Seção 1, página nº 99  
Onde se lê "Associação Calmonense", leia-se "Associação Comunitária Calmonense".

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 24 DE JULHO DE 2019

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 217, de 25 de janeiro de 2019, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa ou suspensão, que por este ato fica convertida em multa ou advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R\$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.019120/2014	Rádio Comunicação Brasil Ltda	FM	Sorocaba	SP	Multa	6.652,92	Art. 71, § 2º, da Lei nº 4.117/62.	Portaria DECEF nº 494 de 24/07/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53504.020238/2014	Tv Bauru S.A	RTV	Assis	SP	Multa	1.713,49	Art. 27, do Decreto nº 5.371/05.	Portaria DECEF nº 1778 de 24/07/2019	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53504.001074/2015	Rádio E Televisão Bandeirantes Ltda	RTV	Jaboticabal	SP	Advertência		Art. 30, do Decreto nº 5.371/05.	Portaria DECEF nº 1809 de 24/07/2019	Portaria MC nº 112/2013

Art. 1º Arquivar os processos sem aplicação de sanção.  
Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Portaria
53900.071995/2015	Rádio Panambi Fm Ltda	FM	Panambi	RS	Portaria DECEF nº 3328 de 24/07/2019
53504.020231/2014	Televisão Bandeirantes De Presidente Prudente Ltda	RTV	Assis	SP	Portaria DECEF nº 3352 de 24/07/2019

MARCUS VINÍCIUS PAOLUCCI

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 22 DE JULHO DE 2019

Nº 4.368 Outorga autorização para uso de radiofrequência a CIMCOP S/A-ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, CNPJ nº 17.161.464/0001-82, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 4.369 Outorga autorização para uso de radiofrequência a ARCELORMITTAL BIOFLORESTAS LTDA., CNPJ nº 13.163.645/0007-82, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 4.370 Outorga autorização para uso de radiofrequência a FUNDAÇÃO MINAS GERAIS, CNPJ nº 26.129.940/0001-79, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 4.371 Outorga autorização para uso de radiofrequência a VALE S.A., CNPJ nº 33.592.510/0164-09, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 4.372 Expede autorização à VOTORANTIM CIMENTOS S.A., CNPJ nº 01.637.895/0088-93, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 4.379 Outorga autorização para uso de radiofrequência a SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0006-97, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

Nº 4.381 Expede autorização à TORC TERRAPLENAGEM OBRAS RODOVIARIAS E CONSTRUCOES LTDA, CNPJ nº 17.216.052/0001-00, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA  
Gerente

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 4.460, DE 25 DE JULHO DE 2019

Processo nº 53500.079826/2017-83.  
Anui previamente com a operação relativa à aquisição do controle indireto da HISPAMAR SATÉLITES S.A. e da HISPASAT BRASIL LTDA., pela HOCHTIEF AKTIENGESSELLSCHAFT, que se dará por meio de Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Ações Ordinárias de emissão da ABERTIS INFRAESTRUTURAS, controladora indireta da HISPASAT S.A. A presente anuência valerá pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da publicação deste Ato no Diário Oficial da União, prorrogável, a pedido, uma única vez por igual período, se mantidas as mesmas condições societárias. As cópias autenticadas dos atos praticados para a realização da operação devem ser encaminhadas à Anatel no prazo de 60 (sessenta) dias, contado do registro no órgão competente. A anuência prévia formalizada por intermédio deste Ato não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

LEONARDO EULER DE MORAIS  
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 25 DE JULHO DE 2019

Outorga, aos abaixo identificados, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado:

Nº 4.445 - Processo nº 53516.002448/2019-32: CBL - COMPANHIA BRASILEIRA DE LOGISTICA S/A, CNPJ nº 03.649.445/0004-38.

Nº 4.446 - Processo nº 53516.002038/2019-91: CLAUDINEI PAULINO DOS ANJOS, CPF nº 557.112.789-91.

Nº 4.447 - Processo nº 53516.001265/2019-08: FRANKE DIJKSTRA, CPF nº 117.842.539-87.

Nº 4.448 - Processo nº 53516.002481/2019-62: MONITOL MONITORAMENTOS TOLEDO LTDA, CNPJ nº 08.919.617/0001-17.

Nº 4.449 - Processo nº 53516.000971/2019-24: RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANA S/A, CNPJ nº 02.191.601/0001-54.

MARCIO ANTONIO PROTZEK  
Gerente  
Substituto



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152019072600129



# MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

## DESPACHO

Processo nº: **53000.006952/2013-26.**

Entidade: **Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR).**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 02/08/2019, às 10:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 07/08/2019, às 18:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 08/08/2019, às 20:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4444948** e o código CRC **E90AFC25**.

**Minutas e Anexos**

MINUTA

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006952/2013-26, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR), inscrita no CNPJ nº 02.863.836/0001-45, explore pelo prazo de dez anos a partir de 22 de novembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Portalegre, estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16365/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5232/2017, de 28 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 01 de novembro de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DO GABINETE DO MINISTRO - GM**

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):				
AECI	CGRL	CONJUR	SERAD	OUVID
AGME	CORREG	DAD	SEMPI	
ASPAR	CGPC	DGI	SETEL	
CGCS	COCCT	DEAIC	SEPLA	
CGMO	CONCEA	SUV	SEFAE	
CGGP	CTNBio	<b>SEXEC</b>	SETAP	

DEMANDA:		
Acompanhar	<b>Examinar e adotar providências de praxe</b>	Tomar ciência e devolver ao GM
Emitir manifestação	Responder ao requerente/interessado e arquivar	
Emitir Nota Técnica	Responder ao requerente/interessado c/c para o CGGM	
Emitir Parecer	Tomar ciência e arquivar	

OBSERVAÇÃO:
(ProtGab Nº 2586/2019)



Documento assinado eletronicamente por **Mahendra de Sena Formiga, Assistente em Ciência e Tecnologia**, em 09/08/2019, às 10:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4486758** e o código CRC **FFF7077F**.



Brasília, 5 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.006952/2013-26, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Beneficente Artística Comunitária Ana Nunes do Rego (ABACANR), inscrita no CNPJ nº 02.863.836/0001-45, explore pelo prazo de dez anos a partir de 22 de novembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Portalegre, estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16365/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5232/2017, de 28 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 01 de novembro de 2017.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes*





**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 42816/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor  
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.006952/2013-26.**

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA  
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 05/11/2019, às 17:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4817456** e o código CRC **92F47B72**.